Portal do Discente

Universidade Federal do Piauí
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Emitido em 01/08/2024 17:33

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 01/08/2024

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor:	MARIA DE LOURDES ANDRADE DOS SANTOS			Matrícula:	20221005300 *(identificador)*
Telefone:	994467624				
Identidade:	3708471 - SSP/PI	CPF:		E-mail:	andrrademaria@gmail.com
Orientador:	FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO	CPF:	448.623.853-20	E-mail:	gleison.monteiro@ufpi.edu.br
Membro da banca:	ANTONIO ALEXANDRE ISIDIO CARDOSO	CPF:	004.283.593-37	E-mail:	alexandre.antonio@ufma.br
Membro da banca:	FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO	CPF:	448.623.853-20	E-mail:	gleison.monteiro@ufpi.edu.br
Membro da banca:	JOAO PAULO CHARRONE	CPF:	012.026.236-38	E-mail:	jcharrone@yahoo.com.br
Data da Defesa:	26/03/2024			Titulação:	Mestre
Título:	DE RETIRANTES A CASSACOS: Os trabalhadores e as frentes de serviço nas obras do DNOCS no Piauí (1940-1950)				
Instituição de Defesa:	Universidade Federal do Piauí/UFPI			CNPJ:	06.517.387/0001-34
Afiliação:	CAPES			CNPJ:	06.517.387/0001-34
Palavras-chave:	DNOCS; Seca; Trabalhadores; Politicas Públicas; Piauí.				

3. Agência de Fomento

CNPQ

4. Informação de acesso ao documento

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARIA DE LOURDES ANDRADE DOS SANTOS
Data: 01/08/2024 22:59:48-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura do autor

Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse **/sigaa/documentos/** informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **f05d3b7b27**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

MARIA DE LOURDES ANDRADE DOS SANTOS

DE RETIRANTES A CASSACOS: Os Trabalhadores e as Frentes de Serviço nas Obras do DNOCS no Piauí (1940-1950)

Teresina - PI
2024

MARIA DE LOURDES ANDRADE DOS SANTOS

DE RETIRANTES A CASSACOS: Os Trabalhadores e as Frentes de serviço nas Obras do DNOCS no Piauí (1940-1950)

Dissertação para Defesa de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Piauí – UFPI, Programa de Pós-graduação em História do Brasil – PPGHB, como requisito para obtenção do título de Mestra em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Teresina - PI

2024

MARIA DE LOURDES ANDRADE DOS SANTOS

DE RETIRANTES A CASSACOS: Os Trabalhadores e as Frentes de serviço nas Obras do DNOCS no Piauí (1940-1950)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portella, para obtenção do título de mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Data de aprovação: ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Orientador)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

_____
Prof. Dr. João Paulo Charrone (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

_____
Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio (Examinador Externo)
Universidade Federal do Maranhão – UEMA

_____
Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco (Examinador Suplente)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

FICHA CATALOGRÁFICA

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

S237d Santos, Maria de Lourdes Andrade dos.

De retirantes a cassacos : os trabalhadores e as frentes de serviço nas obras do DNOCS no Piauí (1940-1950) / Maria de Lourdes Andrade dos Santos. -- 2024.

112 f. : il.

“ ”.

Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2024.

CDD 354.366

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque CRB3/1353

Dedico essse trabalho aos meus pais, por todo amor e força inigualável.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho marca não apenas o término de uma jornada acadêmica, mas também o início de uma nova etapa em minha vida. Ao longo dessa trajetória, foram muitas as pessoas que contribuíram de maneira significativa para que este trabalho se tornasse realidade. Sinto-me profundamente grato por cada passo dado ao longo desta jornada acadêmica. E, ao expressar minha gratidão, é inevitável iniciar este tributo à fonte de toda sabedoria, amor e graça: Deus.

Desde o momento em que iniciei esta jornada, sempre senti Sua presença ao meu lado, guiando-me com amor e cuidado. Em cada desafio que enfrentei, em cada obstáculo que surgia, pude encontrar força e coragem em Sua promessa de estar comigo todos os dias.

Agradeço a Deus pela vida da minha família, que tem sido uma fonte constante de apoio, amor e inspiração ao longo da minha jornada. Em particular, expresso minha profunda gratidão ao meu pai, Francisco de Assis. Apesar de nunca ter tido a oportunidade de estudar, ele sempre valorizou a importância da educação e incentivou os meus sonhos. Seu exemplo de trabalho árduo, integridade e determinação foi uma verdadeira inspiração para mim. Ele me ensinou a viver com dignidade, a ser independente e a nunca desistir dos meus objetivos, orientando-me a trabalhar e estudar para alcançar os meus sonhos.

À minha querida e amada mãe, Lúcia de Andrade, dedico todo o meu amor e gratidão. Sua presença amorosa, seu carinho e suas orações foram fundamentais para me sustentar nos momentos de dificuldade. Ela foi não apenas minha mãe, mas também meu primeiro e maior exemplo de profissionalismo. Como professora exemplar, ela dedicou sua vida ao ensino e inspirou inúmeras pessoas ao longo de sua carreira. Seu amor pela educação e pela área acadêmica ajudou-me a encontrar o meu próprio caminho e a descobrir minha paixão por aprender.

O sacrifício silencioso que fizeram por mim, os sonhos que abriram mão para que eu pudesse realizar os meus, são tesouros que guardarei para sempre em meu coração. Seu amor incondicional é a força que me impulsiona a cada dia, motivando-me a superar obstáculos e a alcançar o melhor de mim mesmo.

Minha gratidão também se estende aos meus amados irmãos, José Fernando, Assis Júnior e Paulo Marcos. Cada um deles tem uma maneira única de expressar

seus sentimentos, mas todos sempre estiveram dispostos a me ajudar naquilo que fosse necessário. A minhas cunhadas Paula Renata e Daiane Pacheco, por sempre vibrarem com as minhas conquistas.

Não poderia deixar de expressar minha profunda gratidão a Deus pela vida dos meus dois sobrinhos, Sara e Samuel. Vocês são verdadeiras preciosidades em nossas vidas, enchendo nossos dias de alegria, amor e esperança.

Agradeço imensamente ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí, por ter proporcionado o ambiente propício e os recursos necessários para a realização deste trabalho. Aos professores que fizeram parte da minha jornada acadêmica, expresso minha profunda gratidão pela orientação, pelo conhecimento compartilhado e pelo apoio ao longo deste percurso.

Expresso minha sincera gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que tornou possível a realização deste mestrado. Sua contribuição foi fundamental para meu desenvolvimento acadêmico e para a conclusão deste projeto.

Agradeço imensamente à minha turma de mestrado de 2022 por fazer parte desta jornada acadêmica e por compartilhar comigo momentos de grande aprendizado. Cada interação, cada discussão e cada colaboração foram valiosas para o meu crescimento e desenvolvimento como estudante e como pessoa.

A meu orientador, Francisco Gleison da Costa Monteiro, gostaria de expressar minha profunda gratidão pela parceria ao longo desses dois anos. Com toda convicção, posso dizer que este trabalho não seria possível sem suas valiosas contribuições. Além de um excelente professor e pesquisador, Gleison é um profissional humano, atencioso, compreensivo e acolhedor, o que me faz admirá-lo ainda mais.

A minha gratidão também se estende aos meus amigos; Carvalho Neto, Lucas André, Maria Clara, Heverton, Ana Geórgia, Erismar, Lanna, Bruna e Lilia. Não importa se os nossos caminhos irão se separar no futuro, pois sei que cada um de vocês estará sempre bem guardado em meu coração, obrigada por tornarem a caminhada mais leve e prazerosa.

Em especial, quero expressar minha profunda gratidão ao companheirismo das minhas amigas Veronica Barbosa, Vanessa Barbosa, Mirelle Moura e Maria Eduarda. Seja nos risos compartilhados, nas lágrimas derramadas ou nas conversas

profundas, vocês estiveram sempre ao meu lado. Obrigada por sempre me lembrarem da soberania e graça de Deus sob as nossas vidas.

Não poderia deixar de agradecer ao meu querido e amado amigo Emanuel Victor, conhecido como Caju, que dividiu estadia comigo, durante o período que morei em Teresina. Sua preocupação constante, expressa em perguntas como "Que horas você chega?", "Já jantou?" e "Me manda a placa do uber...", demonstra o cuidado que você sempre teve por mim, obrigada por ter proporcionado meus mais sinceros sorrisos, até nos dias mais difíceis.

Deus plantou esse sonho no meu coração e me capacitou com toda a força e apoio de várias pessoas para suportar o processo até o seu desfecho. Por isso, sou imensamente grata a todos que estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada. Seja por meio de palavras de encorajamento, gestos de apoio ou simplesmente pela presença silenciosa.

Com todo o meu carinho e gratidão!

*Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto**:** que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desfinam.*

João Guimarães Rosa
Grande Sertão: veredas

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o cotidiano dos trabalhadores-retirantes nas frentes de serviços do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas) no Piauí, nas décadas de 1940 a 1950. Deste modo, evidenciaremos as obras públicas nos períodos de secas, assim como também os acordos com as autoridades políticas instituídas na região. Diante disso procuraremos estabelecer um debate historiográfico em torno da memória do DNOCS, em vista das mudanças e desenvolvimento ao longo do tempo. O órgão foi criado com a intenção de adotar procedimentos para o armazenamento e distribuição de água e outras medidas cabíveis para atender a necessidade da população durante os ciclos da estiagem. Buscaremos esquadrinhar quais foram as suas principais ações e os seus impactos sociais econômicos. Para tanto, usaremos como fontes os relatórios técnicos, folhas de pagamentos,jornais e os boletins do acervo do DNOCS- PI.

Palavras-chave: DNOCS; Seca; Trabalhadores; Politicas Públicas; Piauí.

ABSTRACT

This research aims to analyze the daily lives of workers-retreaters on the service fronts of the DNOCS (National Department of Works Against Droughts) in Piauí, in the decades from 1940 to 1950. In this way, we will highlight public works during periods of drought, as well . as well as agreements with the political authorities established in the region. Given this, we will seek to establish a historiographical debate around the memory of the DNOCS, in view of the changes and development over time. The body was created with the intention of adopting procedures for the storage and distribution of water and other appropriate measures to meet the needs of the population during the estimation cycles. We will seek to examine its main actions and their social and economic impacts. To do so, we will use as sources technical reports, payrolls, newspapers and bulletins from the DNOCS-PI collection.

Keywords: DNOCS; Dry; Workers; Public policy; Piauí.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Rodovia Teresina - Picos. 35
Figura 2 – MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Rodovia Teresina - Picos. 36
Figura 3 – MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Rodovia Teresina- Picos- Petrolina.....38
Figura 4 – Açude de Belmonte 59
Figura 5 – Açude de Belmonte 60
Figura 7 – PROJETO DA CONSTRUÇÃO DA PONTE S/ O RIO POTI 98
Figura 8 – ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DA PONTE S/ O RIO POTI 98
Figura 9 – FERRAGENS DOS ARCOS/ PONTE RIO POTI.....99
Figura 10 – VISTA PANORÂMICA, VENDO-SE AO FUNDO, O ANTIGO SEMIÁRIDO DE TERESINA E A FUTURA AV. FREI SERAFIM (AINDA UMA ESTRADA CARROÇÁVEL).....99
Figura 11 – Limitação da zona seca do Nordeste brasileiro 100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Programas Criados para Auxiliar a Sociedade no Período das Secas ...26
Tabela 2 – Dados Técnicos. 29
Tabela 3 – Dados Orçamentários 30
Tabela 4 – Pelo uso de animais.....39
Tabela 5 – despesa com os carros 39
Tabela 6 – Perfuração de poços Tubulares – Ficha Individual 40
Tabela 7 – Despesas da perfuração dos poços Tubulares.....41
Tabela 8 – Açudes.....44
Tabela 9 – Lista de Salários dos Funcionários 50
Tabela 10 – Nomes das vitimas.....53
Tabela 11 – Relatórios de como eram as construções de estradas 54
Tabela 12 – Relatórios de como eram as construções de estradas 55
Tabela 13 – Relatórios de como eram as construções de estradas 55
Tabela 14 – Relatórios de como eram as construções de estradas 56
Tabela 15 – Relatórios de como eram as construções de estradas 56

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa do Piauí 73
Mapa 2 – Plano rodoviário situação em 31 de dezembro de 1944 75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BEC – Batalhão de Engenharia e construção

DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas

IOCS – Instituto de Obras Contra as Secas

IFOCS –Instituto Federal de Obras Contra as Secas

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SÚMARIO

1 INTRODUÇÃO 15
2 POLÍTICAS DE ASSISTENCIALISMO 22
2.1 História do DNOCS 22
2.2 DNOCS No Piauí 28
2.3 Atuações nas cidades do Piauí 33
3 FRENTES DE SERVIÇOS 45
3.1 Processos de alistamentos 45
3.2 Trabalhadores nas frentes das Secas e Politica 52
3.3 Estruturas dos acampamentos 62
4 IMPACTOS SOCIÊCONOMICOS 64
4.1 Contexto político brasileiro 64
4.2 Esquecimento e Progresso do Piauí 68
4.3 Políticas hierárquicas 72
4.4 Barragens 77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 86
REFERÊNCIAS 89
Fontes 89
Referências Bibliográficas 89
Sites de pesquisa 96
Jornais Digitais 96
ANEXO A – IMAGENS 98
ANEXO B – DICIONÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS DA ENGENHARIA CIVIL 100
ANEXO C – FONTES DOCUMENTAIS 103

1 INTRODUÇÃO

Quando a noite chegava, a minha família tinha por costume se reunir na casa dos meus avós, várias pessoas conversando ao mesmo tempo, mas quando o meu avô decidia contar suas ‘’estórias’’, todos se calavam e faziam uma roda pra lhe escutar. Entre as conversas tinham contos de assombração, romances e as suas vivências. Se essas narrativas eram verídicas? Não poderei afirmar, mas foram nessas rodas de conversa que ouvi, desde criança, sobre as chuvas e falta delas. E como o cotidiano dessas pessoas mudava quando a estiagem se instalava sobre uma região. Diferentes histórias contadas e repassadas por várias gerações. Plantio, espera do inverno, colheita, fome, migração, abandono do lar, sofrimento, eram as palavras mais ouvidas quando o assunto se tratava da seca.

Anos mais tarde, ao ingressar na Universidade Federal, desenvolvi um artigo para uma disciplina, sobre a seca e os projetos de assistencialismo na minha cidade natal, Santo Inácio do Piauí, entre o final da década de 70 e o inicio dos anos 80 (1979-1985), período ao qual a estiagem assolou algumas cidades do centro-sul do Piauí. Ao realizar a pesquisa na cidade, descobri que as pessoas sobreviviam com as ações do governo e por meio das políticas públicas . O batalhão do 3º BEC e a igreja Católica apostólico-Romana trabalhavam em prol da distribuição de cestas básicas para a população.

A Partir desse contato com projetos de políticas assistências, para a sociedade durante o período da seca, escolhi o Departamento Nacional de Obras contras as Secas (DNOCS) e as suas atuações no Piauí entre as décadas de (1940-1950), como tema de pesquisa. O DNOCS atuou em vários estados do Nordeste, com estudos hidrológicos e a providência para o abastecimento de água.

O DNOCS, também se envolveu em escândalos relacionados a acordos com políticos e desvios de verbas, assistência precária aos trabalhadores das frentes de serviços. Dando vida a ‘’indústria da seca’’, que é um termo utilizado para se referir a planos de alguns políticos que se aproveitam das ações governamentais públicas em benefício próprio no período de polígono das secas.

> Em toda sociedade dividida em classes sociais, a primeira relação (proprietários-meios de produção) se destaca sempre o primeiro aspecto: são os proprietários que detêm o controle real dos meios de produção e, assim exploram os trabalhadores diretos extorquindo-lhes, sob várias formas, o sobre trabalho [...] esta propriedade

> designa a propriedade econômica real, o controle real dos meios de produção[1].

O estado do Piauí, nesse período, recebeu vários migrantes, assim como piauienses que saiam das suas casas e de sua terra de origem, em busca de sobrevivência e se alistavam nas frentes de serviços do DNOCS. Embora o órgão prometesse melhores condições de vida para os retirantes, eles eram inseridos nas mais precárias condições de trabalho.

A migração pode acontecer em diferentes contextos entre eles, Migração interna: deslocamento dentro do território nacional; Migração externa: deslocamento para fora do território nacional; Migração sazonal: deslocamento sazonal de pessoas por determinado espaço de tempo. Migração permanente: quando o indivíduo resolve ficar no local onde migrou; Migração espontânea: deslocamento que ocorre por vontade da própria das pessoas; Migração forçada: grupos de pessoas que são obrigadas a se deslocarem; Migração regional: classificada em migração inter-regional (migrar para outro estado) ou intra-regional (migrar dentro do próprio estado)[2].

Podemos dizer que a migração que os retirantes faziam no período de seca era forçada, pelas condições climáticas. Sem as chuvas era impossível obter a colheita. É importante salientar que os processos migratórios só ocorriam quando não havia mais esperanças de chuvas, pois os mesmo já se encontravam em uma grande fragilidade física e a caminhada que seguiam era desgastante, muitos acabavam até ficando pelo caminho.

Diante desse cenário, precisamos entender o contexto político social em que o Piauí estava inserido, para adentrarmos nas questões das obras feitas pelos DNOCS e o tratamento que era dado aos trabalhadores-retirantes, que foram muitas vezes marginalizados pela sociedade. A pesquisa aqui proposta pretende ampliar as investigações na constituição da história do DNOCS, para que sejam evidenciando os processos de alistamentos dos retirandes nas frentes de serviços do DNOCS.

Isto posto, nossa pesquisa propõe evidenciar as transformações econômicas, sociais e urbanas sucedidas no Piauí, através do DNOCS, investigando assim como a sociedade estava composta e quais as principais mudanças que acarretaram na

---

[1] POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.p.36

[2] Conceitos tirados do site < https://www.todamateria.com.br/migracao/> para contextualizar a pesquisa.

época. O recorte temporal escolhido é entre as décadas de 1940 a 1950, porque foi um período de significativo crescimento no Piauí, principalmente na capital do Estado, Teresina, que passava por mudanças de estruturação e crescimento urbano, bem como intervenções ambientais. Outro sim, é porque nos anos de 1940, especificamente em 1945, o IFOCS passou a ser intitulado DNOCS que é o objeto principal que o trabalho se propõe a pesquisar.

Durante o período de 1930 a 1945, o DNOCS, que ainda era intitulado por IFOCS, atuou principalmente na construção de estradas ferroviárias e rodoviarias. Com o intuito de reestabelecer a economia que girava em torno da produção de borracha de maniçoba, cera de carnaúba e amêndoa de babaçu.

Diante dessa situação, o DNOCS, estabeleceu acordos com o Governo do Estado, se tornando uma grande empreiteira de estradas . A construção dessas rodovias, empregou muitas pessoas que sofriam com as consequências da estiagem, evitando assim a migração para as metrópoles. Muitas famílias tiveram que abandonar suas terras e se alistarem nas frentes de serviços concedidas pelo DNOCS.

Ademais, para compreendermos como seu deu esse processo de alistamento nas frentes de serviços, é essencial entendermos quem eram esses indivíduos e porque se sujeitavam a essas condições precárias de vida. O alistamento nas obras era visto pelo estado como uma ação de assistência para amenizar o flagelo. Segundo a autora Lara de Castro esses retirantes passavam por extremas necessidades e se sujeitavam a esse trabalho por falta de oportunidades. Assim, mesmo diante dessa situação, existia uma fila enorme de pessoas que desejam se alistar a esses serviços.

A vista disso, a pesquisa que desenvolvemos trata-se de investigar as ações feitas pelo DNOCS no Piauí, tendo em vista as seguintes questões norteadoras: As construções desses poços instalados na casa de grandes fazendeiros estavam beneficiando a quem? O DNOCS estava trabalhando para o bem comum de toda a população piauiense? Por qual motivo alguns açudes demoraram tanto para serem terminados?

É a partir dessas indagações, que buscaremos investigar como esses serviços foram desenvolvidos e como o órgão se manteve diante de tantas mudanças. Nesse sentido, a pesquisa justifica-se por se tratar de um assunto pouco estudado no Estado do Piauí, pois embora encontremos pesquisas que trabalhem a

temática, estas estão voltadas à análise minuciosa de outros estados. Sendo assim, há uma grande importância de trabalharmos este tema, haja vista que tivemos acesso ao arquivo do DNOCS, ante isso uma determinada documentação já se encontra digitalizada, contendo relatórios, telegramas e registros dos empreendimentos. E, por ainda, as demais fontes estarem localizadas na capital do estado, Teresina-PI.

A relevância deste tema se dá pelo fato de contribuir no enriquecimento da historiografia piauiense, possibilitando o conhecimento sobre a dimensão do DNOCS e os seus impactos sociais e econômicos para a população que necessitava da sua atuação nos períodos de estiagem. Outro sim, é que o órgão continua prestando serviços públicos até os dias atuais.

Para embasar o contexto socioeconômico piauiense do século XX, alguns autores como Maria Mafalda Baldoíno[3] e Francisco Alcides do Nascimento[4], nos ajudam a compreender como estavam organizadas e divididas as classes sociais em Teresina-PI. Isso contribuirá com a nossa pesquisa, porque nos ajudará a entender como a sociedade e os governantes agiam nos períodos de calamidade.

Embora, não possamos contar com pesquisas que tratem diretamente sobre o DNOCS no Piauí, foi possível ter acesso a algumas que direta ou indiretamente, tratam da questão da seca e do órgão na região nordeste, juntamente com as suas repercussões, se constituindo então como um elemento norteador.

As leituras bibliográficas apresentadas nesse trabalho, ainda que de caráter complementar, são de suma importância para agregar conhecimentos sobre a instituição e o desenvolvimento do trabalho pelos retirantes. Devido ser uma temática pouco estudada, utilizei como aporte teórico para as minhas averiguações os autores que trabalharam a instituição em outros Estados e no Nordeste como um todo, entre eles estão á pesquisadora Lara Vanessa de Castro Ferreira, que escreveu sobre o DNOCS e as linhas das frentes de serviços no estado do Ceará.

Embora houvesse recursos destinados às obras, a quantidade recebida pelos trabalhadores era mínima e a alimentação nos campos de aglomeração era precária

[3] ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e pobreza*: *a magia da sobrevivência em Teresina-Piauí:* EDUFPI, 2010.
[4] NASCIMENTO, Francisco Alcides do*. A cidade sob o fogo:* modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

e nem um pouco saudável. Paulo de Brito Guerra, retrata em suas memórias que muitas das refeições eram apenas “um punhado de farinha e um quarto de rapadura” ou serviam feijão-fervido acompanho de farinha e rapadura.[5] Diante disso, é possível fazer comparações com as folhas de pagamentos do órgão no Estado do Piauí, que possuí os nomes e as funções das pessoas que estavam nas frentes de serviços, compreendendo assim como as divisões das tarefas eram distribuídas entre eles.

Os boletins do DNOCS – Acervo de Teresina PI, contém fichas de despesas com pedidos de material e ferramentas para as perfurações de poços e aluguéis de carros para deixar o material nas áreas de serviços. Segundo Celso Furtado, muitos desses carros alugados e algumas folhas de despesas existiam apenas para desviar as verbas e muitas pessoas chegavam a receber sem trabalhar. [6] Possibilitando assim realizar futuras comparações e estabelecer diferenças do DNOCS de um estado para outro. Além disso, as leituras que trabalham Teresina-PI – Nascimento (2002)- Araújo (2010), nos ajudam a compreender as mudanças políticas, econômicas e as situações de desigualdades sociais que a capital se encontrava.

Somando a isso, iniciaremos uma fase exploratória pelos boletins, folhas de pagamentos dos funcionários, comprovantes de despesas, telegramas que estão anexados a documentação, relatórios das obras e registro da perfuração de poços tubulares que se encontram no acervo do DNOCS-Teresina/PI e pelos jornais que se localizam no Arquivo Público-Teresina/PI.

Para analisar a memória e a maneira que ocorreu à construção das feitorias do DNOCS no Piauí, tendo como personagem chave para essa discussão os Trabalhadores, tivemos que apreciar os pormenores, baseando se nos indícios dos registros disponíveis. Assim, procedemos a partir de pressupostos na busca de sinais e indícios, deixados pela documentação do DNOCS. É possível estabelecer analogias entre diferentes elementos, fazendo reconstruções sob diferentes aspectos e realidades, estabelecendo um fio narrativo. Pretendo utilizar esses registros para compreender as ações do DNOCS, voltadas para Politicas Públicas e suas nuances estruturais.

---

[5] GUERRA, Paulo*. A civilização da seca:* Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS, 1981. p.137.

[6] FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

O conjunto de documentos importantes para o desenvolvimento da pesquisa foram: folhas de pagamentos, telegramas, cadernetas com registros e datação dos açudes, relatórios técnicos feitos pelos coordenadores das obras do DNOCS, onde os mesmos descreviam o processo de como o serviço seria feito, registro da escavação de poços, livros sobre as barragens. Entretanto, as informações sobre os cassacos[7], ainda são difíceis de encontrar aqui no Piauí, para isso fizemos o cruzamento das fontes documentais com as leituras que abordam o cotidiano desses retirantes. Para assim, compararmos os discursos e analisarmos as suas histórias de vida.

> Os trabalhadores aparecem no discurso científico dessas correspondências como coadjuvantes do momento de crise. Numa leitura não linear, num trabalho de observação das múltiplas facetas, é que enxergamos os sujeitos pobres inseridos nessas fontes[8].

Outro ponto que é importante abordar, é que a maioria dessa documentação que está na central do DNOCS da capital Teresina-PI se encontra jogada em um galpão, dentro de caixas velhas se degradando ao decorrer do tempo. Não existe uma politica de conservação, no local, de documentos tão importantes para a construção da história social.

A pesquisa esta dividida em três capítulos, o primeiro consiste na análise da implementação de políticas assistenciais[9] desenvolvidas pelo DNOCS no Piauí e em como o órgão desenvolveu essas ações diante das mudanças sociais e econômicas. Esse capitulo é constituído pelas leituras bibliográficas e a análise das fontes documentadas. Foi necessário uma análise minuciosa das fontes, desde os desenhos dos engenheiros do DNOCS aos relatórios descritivos de como eram feitas as obras e também aos livros das finanças. Outrossim, é evidenciar como o

[7] O termo "cassacos" foi historicamente utilizado no Brasil para se referir a trabalhadores migrantes, especialmente aqueles que se deslocavam para regiões afetadas por secas ou em busca de emprego em obras e empreendimentos temporários. Esses trabalhadores eram frequentemente recrutados para realizar trabalhos braçais, muitas vezes em condições precárias e com baixos salários. Também utilizado de forma pejorativa para se referir a esses trabalhadores, denotando uma visão preconceituosa e desvalorizadora de suas condições de vida e de trabalho. Essa estigmatização refletia uma série de estereótipos e preconceitos associados à pobreza.

[8] Fontes Oficias para a História Social: Documentos do DNOCS em questão. LARA DE CASTRO 2015, p.

[9] Políticas de Assistencialismo: São políticas voltadas para a prestação de assistência direta e imediata a indivíduos ou grupos em situação de vulnerabilidade social, econômica ou pessoal. Essas políticas visam atender às necessidades básicas das pessoas, como alimentação, moradia, saúde e educação, geralmente por meio de programas sociais, benefícios financeiros ou distribuição de recursos. O assistencialismo muitas vezes é criticado por focar apenas nas consequências imediatas da pobreza e não abordar suas causas estruturais.

órgão atuou em seus acordos políticos com coronéis e como essas políticas assistencialistas acabaram se redirecionando para o bem de grandes fazendeiros.

No segundo capítulo, abordamos os movimentos dos retirantes em busca de trabalho nas frentes emergenciais, assim como as suas experiências e vivencias desenvolvidas nesse ambiente e como os mesmos conseguiram sobreviver a tanta escassez e descaso. Procurando assim, evidenciar esses sujeitos nas fontes, seja nas folhas de pagamentos, telegramas ao qual falavam sobre os cassacos e as suas formas de trabalho. Além disso, buscamos perceber como o Estado e a sociedade enxergavam os cassacos. Diante da rotina árdua nas frentes de serviços e uma má alimentação, muitos dos retirantes acabavam adoecendo. Os mesmos constituíram laços de amizades aos quais ajudavam uns aos outros nas lidas, assim como compartilhavam o seu cotidiano. Assim que uma obra ou trecho de estrada terminava, os cassacos se mudavam para outro canteiro de obras, tentando se adaptar as novas rotinas e os comandos dos engenheiros e chefes de serviço.

> O ritmo acelerado, de trabalho, os horários definidos, a divisão de trabalho, a hierarquia e a obediência aos chefes, destoavam dos costumes do sujeito do interior afeiçoado ao trabalho no campo, pois, mesmo que para alguns trabalhadores aquele serviço fosse conhecido de outras secas, ele era o significado do imediatismo, não pertencia ao dia-a-dia regular daquele trabalhador[10].

No terceiro capítulo, pretendemos relacionar as construções das barragens e como esse processo afetou diretamente o progresso no Piauí e os seus impactos e crescimento socioeconômicos, assim como a relação de estudos hidrológicos dos engenheiros do DNOCS para a construção das barragens. Outro ponto é analisar o desenvolvimento da agricultura a partir dos projetos de irrigação concedidos pelo órgão e os acordos políticos existentes e de que maneira os pequenos camponeses foram beneficiados.

Nessa nossa tentativa de abordar diferentes trabalhos do DNOCS no Piauí, favorecemos para o enriquecimento da memória dos trabalhadores que se alistaram a instituição, possibilitando o conhecimento sobre a dimensão do DNOCS e os seus impactos sociais e econômicos na população que necessitava da sua atuação nos períodos de estiagem. Segundo Le Goff ‘’ A memória, a qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao

[10] Castro, Lara de. *É ‘’gente que só o diabo’’*: ‘’ trabalhadores-cassacos’’ no lavor das obras contra as secas no Ceará (1950). 2013.p.11.

futuro''. Outrossim, é que o órgão continua prestando serviços públicos até os dias atuais. Sendo assim, há grandes possibilidades de diferentes abordagens, sobre a instituição.

2 POLÍTICAS DE ASSISTENCIALISMO

2.1 História do DNOCS

No contexto histórico, a seca vem sendo registrada desde o século XVI, pelos viajantes aos quais passaram pelo Nordeste[11]. Em suas viagens exploratórias o Padre Jesuíta Fernão Cardim[12], foi um dos primeiros a observar e escrever sobre a estiagem que assolava a região. Desde então, a falta de chuvas e as suas consequências, vem sendo abordada de diversas maneiras. Seja pelos estudiosos, pela literatura, pelos jornais ou por pessoas que enfrentaram a calamidade nos períodos das estiagens.

De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1995)[13], o que tornou a seca de 1877 excepcional em relação às anteriores foi o contexto de crise econômica enfrentado pelas elites do Norte do Brasil na época. Essa crise já existente foi agravada pela estiagem, que afetou ainda mais a situação econômica da região. Como forma de angariar recursos para garantir sua própria sobrevivência e manter seu status social, essas elites passaram a denunciar a decadência do território e formularam discursos que transformaram a seca em um problema de grande proporção que precisava ser combatido.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Professor Marcos Formiga[14], através da SUDENE (A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), as secas podem ser caracterizadas em três categorias; Seca hidrológica[15]; Seca agrícola[16];

[11] Atualmente conhecido como Nordeste, mas anteriormente pertencia a Região Norte.
[12] O texto de Fernão Cardim está no livro: SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Trad. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968; 3 v
[13] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de .Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 14, n. 28, p. 111-120, 1994. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=15.
[14] Pronunciamento do superintendente da Sudene, Professo Marcos Formiga, na câmera da fiscalização e controle de câmera pelos deputados – Brasília, 01 de dezembro de 1999.
[15] Poucas chuvas, mas bem distribuídas, suficientes para as agriculturas, diminuição no volume de água acumulada.
[16] Chuvas pouco distribuídas, não garantindo a colheita.

Seca efetiva[17]. A finalidade desses estudos consiste em encontrar uma solução para que nos períodos de falta de chuvas, as consequências sejam menores, preparando assim a sociedade para enfrentar esse fenômeno natural.

As decorrências das secas no Nordeste ocasionaram muita desordem, miséria, migração e calamidade a população. Nesse cenário, abordaremos as políticas públicas que foram desenvolvidas no Piauí, através do DNOCS, como uma tentativa de auxilio e socorro àqueles que padeciam e se retiravam de suas casas, suas terras para tentar um meio de sobrevivência.

> Esse elemento, cuja circulação atmosférica e terrestre é um fato, que observamos que anotamos que medimos, que registramos, que comparamos, que filiamos, de que organizamos preciosas estatísticas- não permitiu, ainda, até hoje ao ente humano- com toda a sua ciência acumulada, com todo sua técnica aperfeiçoadíssima, com leiimutáveis, a que obedece nas suas manifestações como fenômeno natural[18].

O DNOCS é um órgão que foi criado para contribuir com a diminuição dos efeitos das secas, com estudos apropriados para ajudar o sertão nordestino no período de falta de chuvas. Estabeleceu-se em 1909 e tornou-se uma autarquia federal pela lei de nº 4229 de 01 / 06/ 1963, constituindo-se a primeira e maior entidade a realizar estudos sobre a estiagem e criar projetos específicos para diminuir o problema causado pela escassez de água.

De acordo com a sua legislação, suas principais funções se destacariam entre: o beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações; irrigação; radicação de população em comunidades de irrigantes ou em áreas especiais, abrangidas por seus projetos; subsidiariamente, outros assuntos que lhe sejam cometidos pelo Governo Federal, nos campos do saneamento básico, assistência às populações atingidas por calamidades públicas e cooperação com os Municípios.

Ao longo dos períodos de estiagem, fica evidente que a seca é um fenômeno natural e evitá-la não seria uma alternativa. A ideia de “combate” significa que alguns meios deveriam ser tomados, para que a população do sertão não precisasse passar fome, necessidades e migrar de suas terras. Diante disso, o DNOCS foi

---

[17] Baixa precipitação e má distribuição, impendido as safras e esgotamento dos reservatórios hídricos.

[18] Reis, A. Obras Novas contra as Secas. p. 230

criado com a intenção de adotar um procedimento que armazenasse e distribuísse água nesses períodos, para que o problema fosse amenizado.

Antes de ser intitulado por DNOCS, o órgão possuiu outros nomes e outras funções, porém com a mesma finalidade. No início do século XX, o Governo Federal, através de estudos geológicos, decretou a criação do órgão de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), pelo decreto nº 7.619, em 21 de outubro de 1909. Em 1919, teve uma alteração no seu nome, concedida pelo presidente Nilo Peçanha, que acrescentou a palavra Federal ao órgão, passando assim a se chamar (IFOCS) Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, pelo decreto de nº 13.687 e em 1945 passou a chamar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Durante o período de 1930 a 1945, o DNOCS, que ainda era intitulado por IFOCS, atuou principalmente na construção de estradas rodoviárias. Com o intuito de reestabelecer a economia, que girava em torno da produção de borracha de maniçoba, cera de carnaúba e amêndoa de babaçu. Isto posto, a proposta desta pesquisa é evidenciar as transformações econômicas, sociais e urbanas sucedidas no Piauí, através do DNOCS, investigando assim como a sociedade estava composta e quais as principais mudanças que acarretaram na época.

Nossa análise partirá do pressuposto teórico do historiador britânico Edward Palmer Thompson[19], que trabalha os sujeitos marginalizados pela sociedade, nos permitindo um olhar para as subjetividades das classes, retratando a história e memória daqueles que foram invisibilizados, silenciados e excluídos. Nesse sentido, conectamos essa teoria diretamente com as atuações do DNOCS no sertão piauiense, que por muitas vezes se atentaram apenas para as obras da instituição, se esquecendo daqueles flagelados que foram essências para a dimensão de obras do órgão.

Segundo Cirilo, Montenegro e Campos[20], o semiárido representado por um quinto do território brasileiro, localizado no Nordeste, abrangendo os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Bahia. Cerca de 18,5 a 8,6 milhões de pessoas vivem na zona rural. Caracterizada como uma região pobre em volume de escoamento de água, esse

[19] THOMPSON, E. P. *Costumes em comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[20] CIRILO, J. A.; MONTENEGRO, S. M. G.; CAMPUS, J. N. B. *A Questão da Água no Semiárido brasileiro*, BICUDO, C. E. de M.; TUNDISI, J. G.; SCHEUENSTUHI, M. C. B. (Org.) *In*: Águas do Brasil, Análises Estratégicas. 1 ed. – São Paulo: Instituto de Botânica, 2010, v. 1, p. 81-91.

fato ocorre devido à variabilidade temporal e pelas características geológicas dominantes.

A IOCS foi o primeiro órgão federal criado com o objetivo de sistematizar o combate às secas periódicas que assolavam a região Nordeste. A construção de reservatórios hídricos, conhecidos como açudes, surgiu com o acontecimento das secas, nos anos de 1825-1830. Nessa época foram construídos reservatórios menores, mas com a grande seca de 1877 começou-se a construção de grandes reservatórios, anos mais tarde essa função seria dada ao DNOCS. A instituição foi estabelecida durante o governo do fluminense Nilo Peçanha, que exerceu a presidência da República por 17 meses (de junho de 1909 a novembro de 1910).

De acordo com Paulo de Brito Guerra, em sua obra ‘’ A Civilização da seca: o Nordeste é uma história mal contada’’[21] a aprovação da lei 3.965 de 25 de dezembro de 1919, nomeada como Epitácio Pessoa, foi a conquista mais importante realizada em todos os tempos de IOCS, IFOCS e DNOCS. A lei autorizava a construção de obras necessárias para a irrigação de terras cultiváveis no Nordeste brasileiro. A mesma também ficou conhecida como um “presente de natal” ao povo do sertão.

> A lei 3.965 é clara “autoriza a construção de obras necessárias a irrigação de terras cultiváveis, no nordeste brasileiro e das outras providencias”. Em apenas nove artigos, tratava da construção das obras por administração e contato criava uma caixa especial para financiá-las, com recursos vindos de operações internas ou externas de uma quota de dois porcento da receita geral da República, dois a cinco porcento dos estados onde as obras se localizarem e do produto de venda ou arredamento de terras cedidas pelo estado ou desapropriadas. Á união cabia a administração e exploração das obras até reembolsar-se, quando as transferiria ao estado. Previa ainda o loteamento de terras para venda ou arredamento, a assistência técnica, incluída a revenda de implementos e fertilizantes, e a comercialização de produtos[22].

As ações iniciais do órgão foram destinadas ao reconhecimento científico do espaço sertanejo. O Então ministro da Viação, o cearense Francisco Sá, escolheu para ser o primeiro inspetor-chefe do órgão o engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, profundo conhecedor dos sertões e adepto da antropogeografia do alemão Friedrich Ratzel, cuja matriz entendia o progresso como uma ação coordenada entre homem

[21] GUERRA, Paulo de Brito. *A civilização da seca:* o Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS, 1981.
[22] GUERRA, Paulo de Brito. *A civilização da seca: o Nordeste é uma história mal contad*a. Fortaleza: DNOCS, 1981, p. 59

e natureza. Arrojado Lisboa organizou administrativamente o órgão em três distritos com sedes em Fortaleza, Natal e Salvador.

> Num balanço de suas atividades, de sua criação até 1970 o DNOCS atuou numa área de 949.578km2, abrangendo os estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Construiu 246 represas públicas, acumulando 113 bilhões de metros cúbicos de água, e cooperou na construção de 594 represas particulares, com capacidade para mais de 1,3 bilhão de metros cúbicos; organizou 148 serviços de abastecimento de água; colocou em ação 820km de canais de irrigação beneficiando 12 mil hectares de terras; perfurou 7.135 poços e os aparelhou para o bombeamento destinado a fins agropecuários; construiu sete usinas hidrelétricas, com 10.666cv e 650km de linhas de transmissão; construiu 8.760km de estradas de rodagem, e preparou 78 campos de pouso para aviões de pequeno e médio porte[23].

Por volta do século XIX, durante a seca de 1877-1879, a província interviu, criando grupos de estudos geológicos em determinadas regiões, para a criação de cisternas, com a finalidade de aprovisionar a água limpa e amenizar os problemas causados pelas estiagens. Foi durante esse período que surgiram as primeiras providências para o armazenamento de água. Durante esses períodos de estiagens as instituições governamentais interviam com alguns programas destinados para ajudar a população. A seguir mostrarei uma tabela com alguns desses programas governamentais.

Tabela 1 – Programas Criados para Auxiliar a Sociedade no Período das Secas

Seca	Programas
1877-1879	O Império instituiu uma Comissão Imperial para estudar a abertura de um canal comunicando às águas do rio Jaguaribe com as do rio São Francisco, porém não foi concretizado e a prioridade foi dada à construção de açudes e poços tubulares. Em 1904, foram criadas várias comissões: “Açudes e Irrigação", "Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas" e de "Perfuração de Poços”. Em 1909, foi instituída a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), a qual foi transformada em 1919 em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS).

[23] Portal do DNOCS. Disponível em: http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-nacional-de-obras-contra-as-secas-dnocs.

1945	O IFOCS foi renomeado para Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Em 1948 foi criado a Comissão do Vale do São Francisco, concebida para um criar novo método de gestão de combate às estiagens.
1951	O Banco Nordeste foi criado em 1952 para apoiar financeiramente os municípios que faziam parte do Polígono das Secas. Em 1956 foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) para realizar estudos socioeconômicos para o desenvolvimento do Nordeste.
1959	Neste ano foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), tendo Celso Furtado como diretor e encarregado de lutar pela aprovação da SUDENE no congresso Nacional. Neste ano a SUDENE foi instituída.
1970	Os programas de desenvolvimento regional passaram a impulsionar a agricultura irrigada no país. Os principais foram: Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA, 1971), incorporados ao I Plano de desenvolvimento Nacional (I PND) e o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE, 1972) e Programa de Desenvolvimento de Terras Integradas do Nordeste-Polo Nordeste (1974), incorporados ao II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND).

Fonte: Acervo do DNOCS (Relatórios de Programas Governamentais)

Perante esses ciclos de secas, é notório que a sobrevivência da população, principalmente das classes pobres, seria quase impossível, sem o auxílio de políticas públicas que se destinasse a projetar meios de solucionar a falta de água. O DNOCS foi muito importante para a consolidação da sobrevivência e da economia no Nordeste, embora ao longo do tempo o órgão tenha recebido várias denúncias de não concluir as suas atividades e ter se inclinado a outras prioridades.

2.2 DNOCS No Piauí

A transição da monarquia para república passou por crises políticas e novas ideologias que se permeavam por todo o Brasil. A economia do Piauí estava baseada na pecuária, no extrativismo vegetal e na agricultura. Diferente das outras regiões o Piauí estava atrasado. “Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, não era fácil para a elite piauiense conciliar seu imaginário progressista com uma realidade social desafiadora, apesar de a paisagem que se abria no novo século oferecer perspectivas de modernidade a nação brasileira” [24]. De acordo com Maria Mafalda Araújo[25], o Piauí estava vivendo muitos problemas políticos e econômicos, ocasionados pela seca que tinha grande impacto no seu crescimento. Segundo o autor Francisco Alcides do Nascimento seria necessária uma construção de redes ferroviárias para exercer o processo de modernização. “Os construtores da cidade desejavam transformar Teresina em um grande entroncamento ferroviário”.[26]

> A estrada de ferro foi considerada sinônimo de progresso em todo o país e o Piauí não poderia ficar de fora desse ideal, ocorrendo o aparecimento de inúmeros projetos voltados para a construção de trechos ferroviários interligando, principalmente, regiões produtoras aos mercados consumidores, como as que ligariam as cidades de Petrolina (PE) a Teresina (PI), São Luís (MA) a Teresina, Crateús (CE) a Teresina (PI) e esta cidade a Amarração (atual Luís Correia)[27].

Diante dessa situação, o DNOCS estabeleceu acordos com o governo do estado, se tornando uma grande empreiteira de construção de estradas ferroviárias. Acreditava-se que a construções de viações pudessem diminuir os efeitos da estiagem, quando o ciclo de falta de água chegasse à população teria uma melhor condição de sobrevivência. É importante ressaltar que grande parte dessas estradas foram construídas quando o órgão ainda se intitulava por IFOCS. Durante o governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), foi intensificado as obras de açudes pelo sertão do Nordeste, assim como também nomeou o paraibano José de Américo de Almeida para o cargo de ministro de aviações de obras públicas.[28]

---

[24] ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *Cotidiano e pobreza:* a magia da sobrevivência em Teresina-Piauí. Teresina: EDUFPI, 2010, p. 45.
[25] Ibid. 2010.
[26] NASCIMENTO, Francisco Alcides do*. A cidade sob o fogo:* modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002, p.184.
[27] VIERA, Rodriguez Leda, *Caminhos de ferro*: A ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960. p. 41
[28] Portal do DNOCS. Disponível em: https://www2.dnocs.gov.br/.

Sob a ministração de José de Américo, o paraibano escolheu o engenheiro Luiz Augusto da Silva Vieira para coordenar as atividades do IFOCS. O mesmo dirigiu o órgão entre os anos de (1930-1940), assumindo a responsabilidade de realizar projetos de pequenos, médios e grandes açudes. O decorrer de sua administração também foi o período que mais se investiu em estradas rodoviária,que consistia na abertura das estradas com o intuito de ligar as cidades. A construção dessas redes de estradas empregou muitas pessoas que sofriam com as consequências da estiagem, embora a mão de obra fosse barata e a maioria desses trabalhadores se encontrasse em condições precárias.

> Persuadido de que, a acumulação d'água era essencial à sustentabilidade da vida social e econômica no Nordeste, Vieira deu o maior apoio às tarefas de açudagem e promoveu, com grande ímpeto, à implantação rodoviária. Por outro lado, daquela época em diante, descem a um segundo plano, no seio da Inspetoria, os estudos hidrológicos, até porque a síntese hidrológica de Aguiar, logrando notável adequação ao meio, perduraria válida por muitas décadas posteriores[29].

No entanto, para a realização das estradas era necessário todo um processo, desde a roçagem da terra à utilização das máquinas e também estudos de como as rodagens, a terraplenagem e os revestimentos seriam feitos. No acervo de documentação do DNOCS-PI, encontramos boletins com os dados técnicos e orçamentários do trecho rodoviário de Teresina – Valença – TRE Picos – Natal-Berlengas. Entre a documentação, também se encontram presentes, telegramas com o pedido de aprovação para a central do departamento e detalhes do processo de construção. Inicialmente o trabalho feito foi o de roçagem com base em uma faixa de 15m, para cada lado do eixo da estrada. A terraplenagem consistia na escavação, carga e descarga em carrinhos de mão á uma distância média de 100 metros, para a formação dos aterros de terras ordinárias dos cortes e usavam explosivos para o desmonte em rochas brandas.

Tabela 2 – Dados Técnicos.

Extensão do trecho.....20km
Em curva.....2.919m

[29] Portal do DNOCS. *Relatório dos Presidentes homenageados do DNOCS*. Disponível em: https://www2.dnocs.gov.br/gab-cs/597-noticia-site-antigo-828.

Número de curvas..... 12
Extensão em reta.....17.081m
Raio Mínimo.....301m
Tangente mínima entre curvas.....130m
Rampa máxima..... .....6%
Extensão em rampa de 6%.....460m
Maior rampa de 6% 130m
Número de rampas 6

Fonte: Acervo do DNOCS - OS trabalhos de escritórios (cálculos e cadernetas, desenhos e projetos) - Ministério da viação de Obras Públicas.

Tabela 3 – Dados Orçamentários

Corte em Terra.....16.231m^3
Piçarra.....12.17m^3
Rocha branda .....6.090m^3
Dura.....6.090m^3
Aterro .....86.015m^3
Ponte de 60 m (Rio Berlengas) 1
De 10m 1
Pontilhões de 2m.....2
Bueiros diversos.....25
Despesa pessoal.....1.435.000,00
Material 998.000.000

Fonte: Acervo do DNOCS - OS trabalhos de escritórios (cálculos e cadernetas, desenhos e projetos) - Ministério da viação de Obras Públicas.

Porquanto, é possível perceber através dos dados das tabelas que o DNOCS possuía toda uma equipe especializada, composta por engenheiros, agrônomos, botânicos, pedólogos, geólogos e hidrólogos. E os mesmos geralmente coordenavam as frentes de serviços, juntos com os residentes que acompanhavam as tarefas de perto, entre eles estavam: auxiliar encarregado dos serviços de secretaria e organização das folhas de pagamentos; auxiliar encarregado dos serviços de estáticas e armazém; enfermeiro; chaufeur; mecânico; ferreiro; ajudante

de ferreiro. Porém, os mesmos se instalavam em casas alugadas, próximas aos campos de concentração que eram montados pelos trabalhadores. Constamos esse fato através das folhas de pagamentos do DNOCS-PI. Ao analisar os relatórios que estão arquivados no Departamento de Obras Contra as Secas localizado em Teresina- PI, encontramos registros de despesas para as casas, como comprovantes de materiais comprados para a higienização dessas equipes, para a limpeza da casa em geral e também os gastos excessivos com alimentação.

Para conseguir trabalho nos trechos rodoviários era necessário se alistar nos serviços de assistência pública, que possuía diversificadas funções, embora a maioria consistisse nas atividades de pedreiros. Os obreiros trabalhavam de sol a sol e armavam suas tendas aos redores das construções de estradas ou açudes. Esses trabalhadores eram chamados de cassacos por se encontrarem em uma situação desvalida.

> Para isso, volumosos créditos foram liberados para construir obras que se constituíssem em investimento no âmbito da política desenvolvimentista. Espalhar construções pelo Interior do país, portanto, atendia à sede por integração e ocupação dos espaços supostamente “vazios”, obsessão que percorre a década de 1940 e 1950, representada também pela construção de Brasília no governo de Juscelino Kubitschek. Ao mesmo tempo, desejava-se com as obras ocupar os desempregados das secas, mantendo-os calmos e longe dos centros, e represar a migração de braços para outros estados, funcionando com política antimigratória[30].

Ademais, desde o governo do presidente Getúlio Vargas, havia uma imensa preocupação por parte dos governantes a respeito da migração dos flagelados para os centros urbanos, e principalmente para a região sudeste. Diante disso, houve um aumento na criação de obras e um maior alistamento nos acampamentos de trabalho[31]. Os governantes começaram a temer que o sertão semiárido ficasse completamente despovoado por conta das secas. Isso posto, observamos que em alguns momentos durante os trabalhos das ferrovias, essas construções eram paradas, por falta de recursos que não chegavam até os locais. E, enquanto os migrantes aguardavam a chegada do material, ficavam parados.

[30] CASTRO, 2019, p. 36.
[31] Esse termo é citado para se referir aos migrantes – trabalhadores que se aglomeravam próximo as obras do DNOCS.

> Rogo atenção vossa excelência para o assunto seguinte acabo de receber de picos, neste estado, constando serviço rodagem central ceara que passara por esta cidade, já tendo atingido município fronteiras - esta via paralização por falta verba - peço providencias vossa excelência junto autoridades competentes do Rio, sentido ser provido recurso indispensável para seu prosseguimento, não só falta importância referida exceda para solução nosso problema transporte, mas sobretudo a necessidade de dar trabalho ao povo dos estados dos limites- Ceará, Pernambuco e paraíba. Acossados falta absoluta inverno, essa situação no sul do estado agrava com o êxodo lavradores dos municípios vizinhos- aqueles estados além de sermos desprotegidos pelo inverno fraco e perdermos completamente toda a lavoura. A imigração só poderá ser atalhada com a continuação do serviço daquela rodagem. Outrossim, vistas vossa excelência para o prosseguimento da estrada ferro Petrolina -Teresina e rodagem Teresina- picos, como medida para amparar os trabalhadores [32].

As secas ocorridas durante o século XX, e principalmente entre as décadas de 1940-1950, continuavam ocasionando fome, miséria, epidemias e mortes. Isso mostra que mesmo com maiores conhecimentos sobre esse fenômeno natural, ainda existia negligência do Estado e suas politicas oligarquicas na aceitação do problema como um todo.

Os coronéis ligados às oligarquias algodoeiro-pecuárias remontam à história do Brasil, principalmente em regiões nordestinas, onde a economia era dominada por grandes proprietários de terras, os chamados "coronéis", que exerciam um forte controle sobre a política local e as instituições governamentais. Esses coronéis muitas vezes tinham interesses econômicos ligados à produção de algodão e pecuária, e utilizavam sua influência política para direcionar recursos públicos em benefício próprio e de seus aliados.

No contexto do DNOCS, historicamente, houve casos de uso político da instituição por parte dessas oligarquias. Isso se traduzia em direcionamento de recursos, favorecimento de determinadas regiões ou grupos sociais em detrimento de outros, em práticas de corrupção. O controle político sobre o DNOCS permitia que esses coronéis usassem a instituição para consolidar seu poder e perpetuar seu domínio político nas regiões onde atuavam.

> Nessa visão, as prioridades do DNOCS não são as que se fundam no papel. Não é pensando na solução para o problema da miséria que é criado o DNOCS, mas procurando redefinir uma nova estratégia para a ação do Estado, que buscava, através do seu comendo, intervir politicamente na região. Convenhamos por ‘Estado’

[32] MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS Departamento Nacional de Obras Contra as secas. p.145.

> os próprios coronéis do algodão, que se apoderaram da máquina administrativa do órgão. Se o governo federal queria, realmente, solução à situação dos nordestinos, jamais deveria entregar nas mãos das várias oligarquias exploradoras o destino da referida autarquia[33].

A busca de alternativas por sobrevivência, por parte dos subalternos, em face a ineficiência das políticas públicas, tornava-se o único meio de prover o sustento das famílias camponesas. Afinal, ainda que o DNOCS tenha, ao longo do tempo, desenvolvido uma base de estudos para tentar armazenar a água e evitar o desespero dos sertanejos, houve muita houve precariedade de ações, e por extensão, a pobreza dos retirantes.

2.3 Atuações nas cidades do Piauí

Seguindo com o nosso o objeto de estudo, o DNOCS atuou em diversos setores no Piauí, principalmente para a solução de problemas ocasionados pelas falta de chuvas e assistência a população. Como já citado anteriormente a economia do Piauí estava voltada principalmente a agricultura e pecuária, ou seja, era a principal fonte de renda da população. Diante desse cenário, a instituição trabalhou ligando as cidades do Piauí, com a construção de rodovias a outros estados, na construção de barragens escavação de poços e irrigações.

> Toda essa faina desaparece inopinadamente desde que se acentua a seca, e se esta se prolonga além do ano, o cenário se transforma crestada a vegetação, dizimados os rebanhos, desaparecidas as crianças menos aptas a resistência, envelhecidas de improviso as mulheres e esterilizadas pelo depauperamento precoce e convertido os homens, cuja robustez se traduzia ontem numa produção abundantíssima de coisas e pessoas, em esqueletos ambulantes de lamentável impotência[34].

Com esses projetos políticos assistenciais, a população do Piauí se dividia entre aqueles que se preocupavam com o processo de modernização do estado e como ele seria visto pelas demais regiões, sendo eles os políticos e coronéis que tornaram os problemas sociais ocasionados pelas secas em grande uma

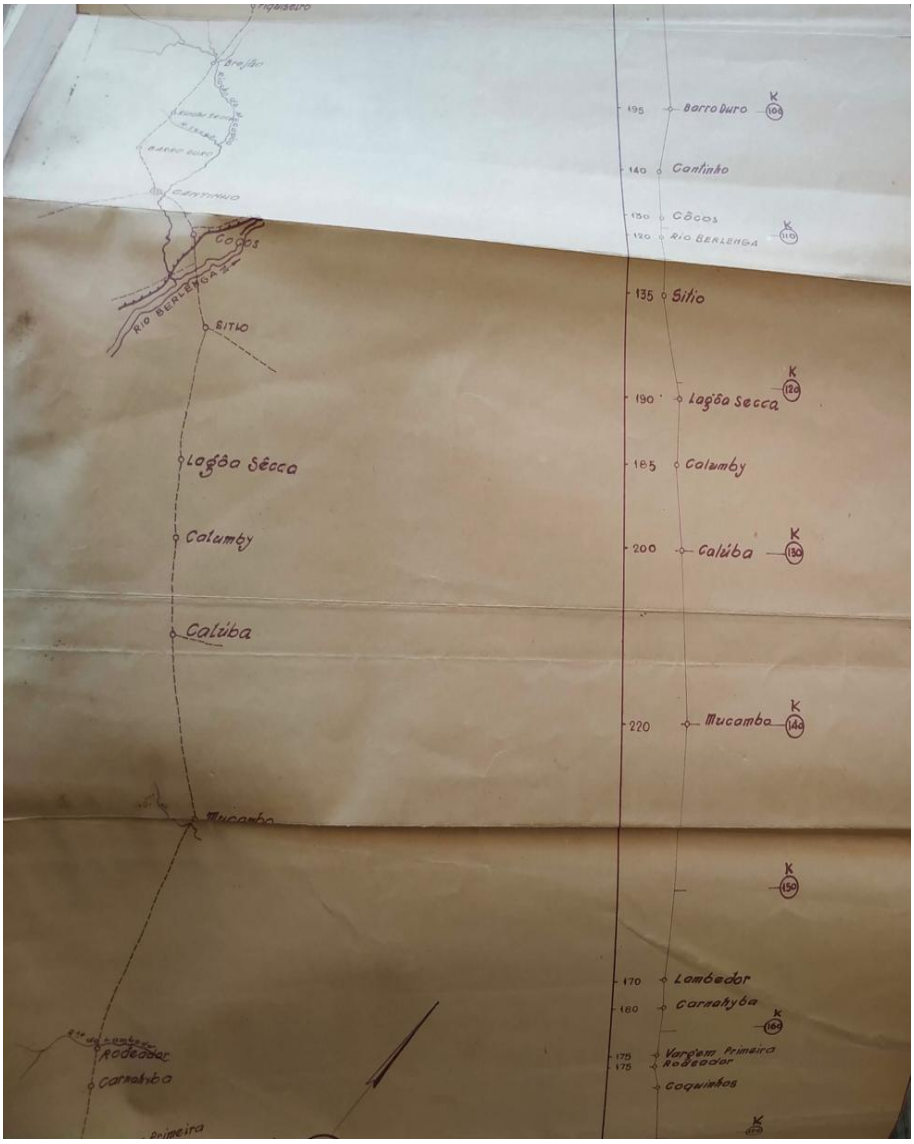
[33] PATRÍCIO, Marcelino; LIMA, Damião. Caminhos e descaminhos do departamento nacional de obras contra as secas – DNOCS. Anpuh, 2010, p.10. Disponível em: https://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/pe/anais/encontro5/12-cult-mem modern/Artigo%20de%20Sandro%20Patr%EDcio%20e%20Dami%E3o%20de%20Lima.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.
[34] REIS, Aarão. Obras Novas Contra as Secas. p. 232.

‘’Industria’’[35], fazendo jogos políticos em seu próprio beneficio, desviando as ações de auxílios das regiões carentes. E, os que estavam inseridos em um maior número da população, migrantes e flagelados, que sofriam com as consequências das faltas de chuvas e necessitavam das obras públicas do DNOCS para a sua sobrevivência. No capítulo adiante, abordaremos melhor sobre o cotidiano e a vivência desses sujeitos que trabalharam nas obras de serviços da instituição.

Diante desses ciclos das secas, é notório que a sobrevivência da população, principalmente os pobres, seria quase impossível sem o auxílio de políticas públicas que se destinasse a projetar meios de solucionar a falta de água. O DNOCS foi muito importante para a consolidação da sobrevivência e da economia no Nordeste.

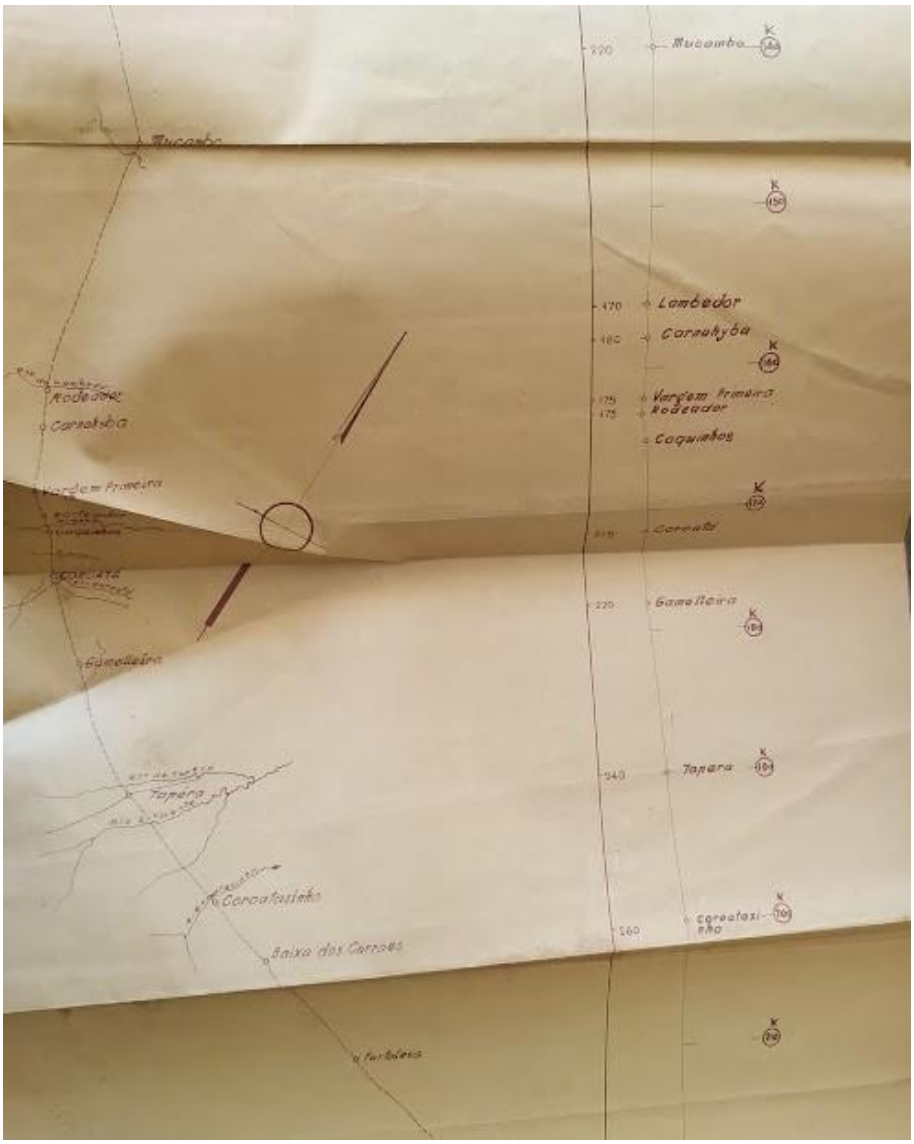
[35] Industria da Seca-Nome dado pelo o jornalista Antônio Calado na década de 60.

Figura 1 – MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Rodovia Teresina - Picos.



Fonte: Acervo do DNOCS. Teresina Piauí.

Figura 2 – MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Rodovia Teresina - Picos.



Fonte: Acervo do DNOCS. Teresina Piauí

As imagens acima, fazem parte de um projeto referente à construção das rodovias que interligam a cidade de Teresina a Picos, é possível observar que todo um mapeamento era realizado antes de iniciarem os processos de construção, também é possível identificar através das fontes que existiam dois projetos com rotas distintas, para a finalização dessa estrada. É importante ressaltar que grande parte dessas estradas foram construídas quando o órgão ainda se intitulava por IFOCS.

> Acontece, porém, que o projeto, tal como foi recuperado, apresenta-se incompleto, res- sentindo-se da falta dos perfis e respectivo orçamento. Além disso, verifica-se, a vista de um confronto dos dois projetos, isto é, do primitivo e do recentemente organizado pela Comissão do Piauí, não haver pontos em comum ou pontos de

> referência que permitam a necessária ligação dos dois traçados projetados. Por outro lado, comparando-se os dois traçados em planta, verifica-se ainda que enquanto o primitivo projeto apresenta 42 curvas para os primeiros trinta quilômetros, o projeto da Comissão do Piauí prevê apenas oito curvas para a mesma extensão de rodovia, e isso a custa de um perfil relativamente leve e pequeno movimento de terra que não atinge à média de 4 m3 por m. 1. Daí podermos concluir serem melhores as condições técnicas do projeto da Comissão. Pelos motivos acima, somos de parecer não valer a pena o aproveitamento sugerido[36].

Este projeto também foi utilizado para interligar o Piauí ao Estado de Pernambuco, assim intensificado os trabalhos dessas rodovias[37] para ligar os trilhos da estrada de Teresina a Petrolina. A comunicação entre essas duas cidades tornaria um maior interesse em torno da economia do Nordeste brasileiro.

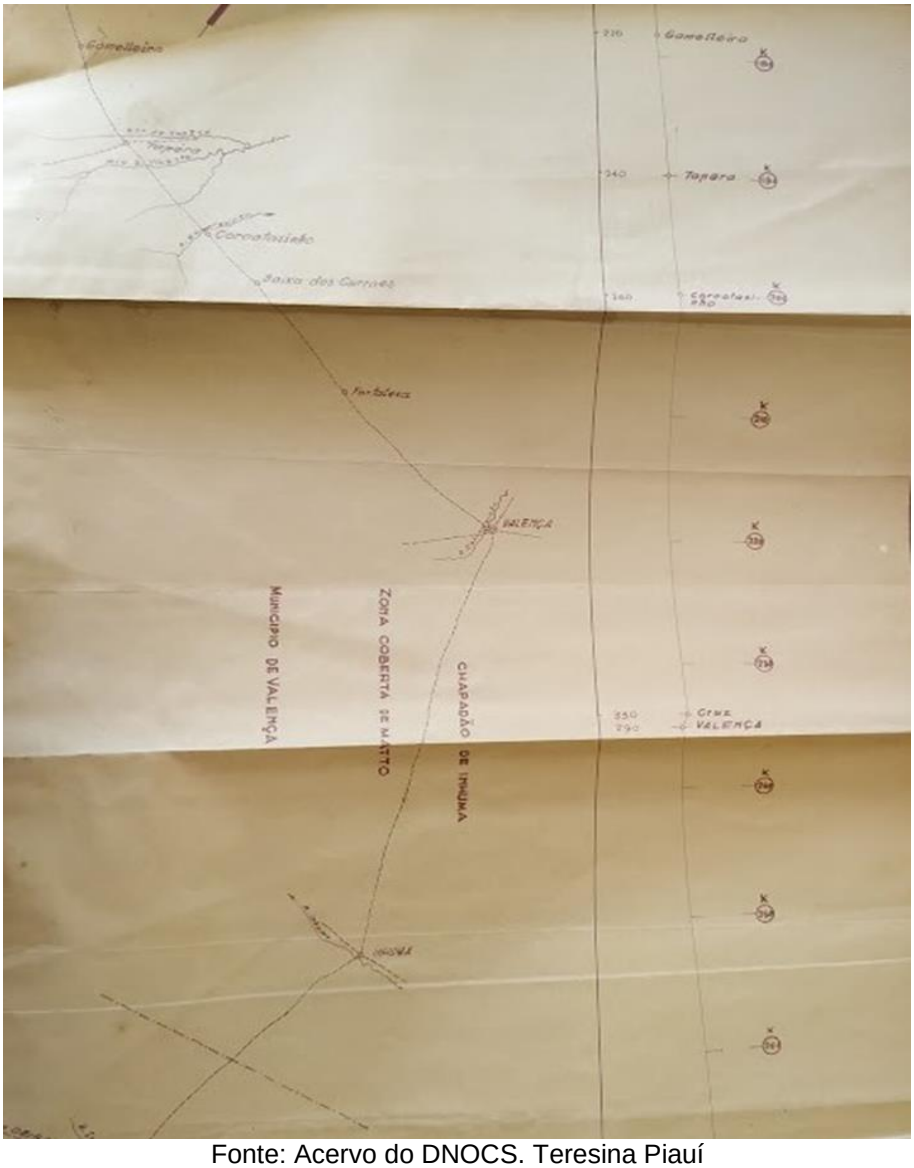
Através dessas fontes é possível constatar, toda uma problematização das relações econômicas, relações de trabalhos e relações de politicas públicas para com a população piauiense. É interessante abordar que no cenário da seca, onde muitos dos sertanejos sofriam a falta das chuvas e aceitavam trabalhos insalubres, também era um momento de crescimento do estado. E que aqueles com melhores condições, não estavam preocupados com os problemas sociais, apenas usavam da calamidade das outras classes, para conseguir transparecer que se tratava de uma estado em processo de modernização.

> Com a conclusão o ano passado da rodovia Fortaleza-Teresina, ficaram ainda por construir no Piauí, de acordo com o nosso pla-no rodoviário, as duas rodovias, "Teresina-Picos" e "Central do Piauí", estabelecendo esta a ligação de Floriano a Icó, no Ceará, passando por Oeiras, Picos, Campos Sales e S. Mateus. Já estando em andamento, no Ceara, desde o ano passado, a construção desta segunda rodovia, nos trechos compreendidos entre Iguatú e Campos Sales, resolveu esta Inspetoria atacar este ano, no Piauí, em primeiro lugar, a construção de Teresina a Picos, que na realidade e o prosseguimento da Fortaleza- Teresina e sua ligação com a Central acine referida, an Picos [38].

.

[36] Relatório -MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. 1944.
[37] BAND SR. MINISTRO DA VIAÇÃO E OBRAS POBLICAS - ASSUNTO: Devolve papel relativo à rodo- via Petrolina-Picos-Teresina- 13 de abril 1943.
[38] Relatório EXMS SR. MINISTRO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS: março de 1943.

Figura 3 – MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Rodovia Teresina- Picos- Petrolina



Fonte: Acervo do DNOCS. Teresina Piauí

Todos esses projetos precisavam ser aprovados pela central do IFOCS, antes de serem executados. Através dos relatórios é possível se ter acesso também a uma parte das despesas dessas construções e da maneira a qual era feito o controle e como as tarefas eram divididas. Em um dos anuais de despesas é descrito o pagamento de alugueis de 08 animais, que foram utilizados para auxiliar durante a construção de rodovias.Também é possível identificar despesas com uma caminhonete da Chevrolet que foi usada para os estudos das construções dos trechos rodoviários. Embora, não seja possível a visualização de todos os dados, ainda assim é possível fazer uma comparação, acerca de quais eram os trabalhadores que utilizavam os animais e quais usavam os carros. Sendo que na

maior parte das vezes os sujeitos aos quais trabalhavam nas frentes de serviços, faziam quase todo o trabalho na força do braço.

Tabela 4 – Pelo uso de animais

Matias Dias de Almeida	**24 dias**	**3.200 $**
Ovidio Pinto de Azevedo	**26 dias**	**3.300 $**
Achiles do Brasil Rocha	**26 dias**	**3.200 $**
Valdemar Saraiva de Lemos	**24 dias**	**3.300 $**
Francisco das Chagas Freitas	**20 dias**	**3.100 $**
Joaquim de Oliveira lemos	**11 dias**	**(Incompreensível)**
Luis Regino de Araújo	**10 dias**	**(Incompreensível)**
Francisco Alves de Holando	**24 dias**	**3.200 $**

Fonte: Acervo do DNOCS- Relatórios de despesas 1942.

Tabela 5 – despesa com os carros

2 Mancais para a caixa de marcha	**16$000**
2 Arruelas idem	**6$000**
1 Contra- eixo	**-**
25 Roletas	**1$000**
1 Carcaças cx. Maixa	**-**
1 Rolamento grande de pião	**-**
1 Dito pequeno	**-**
1 Semi-eixo grande	**-**

Fonte: Acervo do DNOCS- Relatórios de despesas 1942.

A escavação de poços foi um setor no qual o DNOCS investiu para consolidar o armazenamento de água nos estados do Nordeste. No Piauí foram escavacados diversos poços, principalmente nas cidades onde a seca mais atingia a população. O processo consistia na utilização de maquinas com o serviço dos migrantes. Embora ainda não seja possível ter uma numeração exata de quantos poços foram feitos no Piauí, encontramos cidades com um maior número.

Os poços tubulares, também conhecidos como poços “artesianos”, é uma obra de engenharia geológica e geralmente apresentam pequenos diâmetros e profundidades que variam de dezenas a centenas de metros, os mesmos possuem revestimentos, filtros e isolação sanitária[39]. Existem outros tipos de poços com métodos diferentes de escavação, como poço coletor, poço ponteira e poço de monitoramento. Porém, entre as décadas de 1940-1950 a documentação do DNOCS expõe apenas a construção de poços tubulares[40]. As escavações eram feitas através de máquinas com sondas rotativas, que são as mais recomendadas para a perfuração em locais que possuem sedimentos; sondas percursoras, que são as mais indicadas para a perfuração de terrenos com características rochosas; e sondas rotopneumáticas, que possuem equipamentos mais atuais e por isso possuem recursos para atuarem em diferentes tipos de solos.

Ademais, entre as décadas de 1940-1950 em cidades como Jaicós, Campo Maior, Piripiri, Oeiras, Simplício Mendes e Piracuruca há mais registros de escavações, em comparação com outras cidades. As fichas técnicas dos poços tubulares possuem informações a respeito da profundidade, altura, nível estático, nível dinâmico e revestimento, embora algumas das mesmas não possuam esses registros[41]. Alguns eram abandonados no meio da escavação, as fichas não evidenciam os motivos.

Tabela 6 – Perfuração de poços Tubulares – Ficha Individual

Poço número 18-Pí-40	Município: Campo Maior	Nível Estático 8,00 m Nível dinâmico: 14,00 m
Perfuratriz: PF 43	Estado: Piauí	Lenções: 1º aos 8,00 2º aos 35,00

[39] Portal do DNOCS. Disponível em: https://www2.dnocs.gov.br/.
[40] Informação analisada conforme os estudos das fichas técnicas de poços do DNOCS.
[41] Arquivos encontrados no acervo do DNOCS-PI

Denominação: Prefeitura Campo Maior	Inicio: 04-9-51 Conclusão: 05-09-51	Profundidade: 35,0O m Revestimentos: Tubos de 6''
Proprietário: Prefeitura Campo Maior	Grau hidrométrico ---	Descarga 4,000
----------	Qualidade: Doce	Processo de medição: Sonda

Fonte: Acervo do DNOCS: Teresina-PI.

Tabela 7 – Despesas da perfuração dos poços Tubulares

	Pessoal	Material	Total
Inspectoria	55,00	-----	55,00
Proprietário	45,00	80,00	125,00
Inspectoria	275,00	--------	275,00
Proprietário	180,00	365	545,00
Inspetoria	330,00	-----	330,00
Proprietário	225,00	445,00	670,00

Fonte: Acervo do DNOCS: Teresina-PI.

Outro elemento, essencialmente importante para analise dessa documentação é que eram feitos acordos entre os coronéis e o DNOCS para a escavação de poços em suas terras particulares. Alguns políticos usavam a seca para justificar o atraso de seus municípios, pedindo verbas ao governo, para as construções de açudes públicos. Porém as obras acabavam sendo destinadas para acordos políticos, principalmente com os coronéis. De acordo com Paulo Guerra, em seu livro ''A civilização da seca", vários coronéis, donos de muitas terras, faziam os açudes em "parcerias" com o DNOCS, que realizava os estudos e pagavam grande parte das despesas, para ser construído a barragem e permitir acesso a todos da região, mas isso não ocorria e depois dos açudes prontos os coronéis limitavam o acesso da população a água.

> As máquinas e equipamentos do DNOCS eram utilizados por fazendeiros ao seu bel-prazer. Nas terras irrigadas com água dos

> açudes construídos e mantidos pelo governo federal, produzia-se para o mercado do litoral úmido, e em benefício de alguns fazendeiros que pagavam salários de fome [...] em síntese, a seca era um grande negócio para muita gente[42].

Diante disso, evidenciamos que O DNOCS foi um órgão que muitas vezes foi utilizado como disfarce para benefícios dos grupos dirigentes , principalmente por parte dos políticos regionais e coronéis, que desviavam suas ações de auxílios as regiões e as manipulavam.

> O distinto órgão encontra percalços para alcançar seus objetivos e um deles é precisamente o latifúndio e toda uma estrutura governamental viciada e atrelada a políticas locais. Assim sendo, a entidade se tornou uma vítima da sua própria elite dirigente, algodoeira-pecuária, dentro de uma realidade em que a maioria das terras estava controlada por essa elite. Esse fato contribuiu para que as ações do departamento se desenvolvessem no tocante ao beneficiamento das terras de particulares, que exerciam, através da política coronelista, grandes influências na máquina administrativa do órgão.[43]

Essa hierarquia de fazendeiros ricos e pobres no interior do sertão agravou muito a situação de dominação das execuções do órgão. A Seca prejudica a todos independentemente de sua classe social, mas a camada pobre é atingida drasticamente, porque seus meios de sobrevivência são escassos

A cidade de Campo Maior, entre (1940-1950), recebeu projetos para a construção de açudes, poços e chafarizes. Sua população era mais da zona rural e a maioria dos açudes construídos foram nas fazendas de grandes proprietários. Segundo Domingos Neto[44], grande parte das barragens de aterro e açudes construídos em regime de cooperação, ou ainda com crédito subsidiado, valorizava as grandes propriedades. Além disto, mão-de-obra constituída de “flagelados” sempre foram abundante e barata em épocas de crise.

> Açudes inserem-se na paisagem nordestina de tal modo que podem ser vistos como um marcador identitário, presente na poética sertaneja, retratado na descrição da paisagem e na relação de nordestino/as com o ambiente natural. É, portanto, um elemento da

[42] FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.86.
[43] Patrício e Lima. CAMINHOS E DESCAMINHOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS p.2
[44] DOMINGOS NETO, Manuel. *Seca seculorum*: flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

> tessitura geo-simbólica de uma territorialidade que se desenha, no sertão, historicamente na relação entre seca e presença de água[45].

Nos anos de (1945-1960), o DNOCS realizou a construção de açudes nas cidades de Cajazeiras, em 1945; no rio Condado, município de Pio IX; açude Caldeirão, em Piripiri, em 1945; açude Barreiras, em Fronteiras, construído entre 1954 e 1965; e o açude Ingazeiras, na cidade de Paulistana, iniciado em 1953 e finalizado em 1965[46]. Os projetos de irrigação foram outros que se desenvolveram através dos estudos do DNOCS, esse investimento possibilitaria a safra nos anos secos. Dessa maneira, as pessoas não se desesperariam e nem morreriam de fome. Mas, esses projetos não conseguiram alcançar as suas metas. Esse fator ficou claro na seca de (1951-1953), onde os estados mais atingidos foram o Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco[47].

Os açudes eram vistos como um projeto politico preferencial, para os planejamentos de combate as secas, pois consistia no acumulo de água. Segundo Aarão Reis, ‘’ tornar especialmente, a circulação das águas tão normal, pela arte, quanto e como for possível’’[48]. Com a escassez de água não seria possível um crescimento econômico e consequentemente as produções de riquezas estariam estagnadas, não podendo assim manter o ideal de ‘’ modernidade e progresso’’. Na visão de Aarão Reis, que foi inspetor do IOCS, os açudes também serviam como um meio de controlar a migração para as grandes capitais, evitando assim o êxodo rural.

> Os açudes servirão para animar o sertanejo no seu lar, e não aventurar-se aos cruéis. Horrores duma retirada por estradas ressequidas e arrastando consigo sua mulher e filhas param se atirar nos braços da fome e da prostituição inevitável[49].

O DNOCS realizou a construção de muitos açudes pelo estado do Piauí, o processo inicial consistia no roçado da terra, escavação da terra, piçarra e rocha, transporte de materiais para a construção do sangradouro[50]. Essa atividades, eram realizados em sua maioria pelos retirantes obreiros que se instalavam no canteiro das obras, os quais desempenhavam diversas funções. “Esses simples "cassacos"

---

[45] PEREIRA. Vinicius. Povos, territórios e águas do sertão (etnografando memória e territorialidade no Açude/barragem Algodões I, em Cocal - PI). In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 2012, Teresina. *Anais...* Piauí: UFPI, 2012, p. 5.
[46] Portal do DNOCS. Disponível em: https://www2.dnocs.gov.br/.
[47] Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/retirantes-fogem-da-seca-e-da-fome.
[48] REIS, Aarão. Obras Novas contra as Secas. p. 245.
[49] REIS, Aarão. Obras Novas contra as Secas. p. 237.
[50] Informações coletadas pelos registros das fichas técnicas e de despesas- no acervo do DNOCS.

que, com as mãos, transformaram a rocha e a terra estéreis, nas barragens que reservam a água, mitigam a sede de homens, animais e de plantas e que pintaram de verde as manchas cinzentas da caatinga adusta''[51].

Ao decorrer dos capítulos, evidenciaremos de maneira mais precisa como essas barragens atuaram e contribuíram no combate a estiagem e por extensão no desenvolvimento social e econômico do estado do Piauí bem como a população conseguiu desenvolver suas atividades a partir dessas soluções hidráulicas. Abaixo mostraremos uma tabela das barragens feitas pelo DNOCS.

Tabela 8 – Açudes

AÇUDE	MUNICÍPIO
ALDEIA	São Raimundo Nonato
INGAZEIRA	Paulistana
ANAJAS	Piripiri
BARREIRAS	Fronteiras
BENEDITINHOS	Beneditinos
BOCAINA	Bocaina
BONFIM	São Raimundo Nonato
CAJAZEIRAS III	Pio IX
CALDEIRÃO	Piripiri
CAMPO MAIOR	Campo Maior
CARACOL	Caracol
ESTREITO	Padre Marcos
JENIPAPO	Padre Marcos
JOANA	Padre Marcos
INGAZEIRAS	Paulistana
PÉ DE SERRA	Piripiri
PEDRA REDONDA	Conceição do Canindé
PETRÔNIO PORTELA	São Raimundo Nonato
PIAUS	São Julião
POÇOS	Simplício Mendes
SALINAS	São Francisco de Assis
NONATO	São Raimundo Nonato
TINGUIS	Piripiri
UMBURUNAS	Piripiri
ALGODOES II	Curimatá

[51]Texto do Portal do DNOCS- Diversos discursos dos diretores do DNOCS com correções em novembro/2016 de alguns dados.

Fonte: Relações dos açudes construídos e administrados no estado do Piauí- Livro de Barragens

Por quanto, consideramos que o DNOCS estruturou um plano eficiente para o armazenamento de água e para a construção de açudes que acabavam interferindo de maneira positiva na economia local. Entretanto, acreditamos que muitos fazendeiros locais faziam acordos políticos, para que os projetos fossem executados dentro de suas propriedades, ocasionando assim um grande problema social. Aqueles que realmente precisavam só podiam usufruir dos benefícios do que lhe eram de direito através da autorização dos donos das fazendas. Entende-se que houve negligência de fiscalização do governo, acarretando a pobreza da população.

3 FRENTES DE SERVIÇOS

3.1 Processos de alistamentos

A partir do acesso a memória do DNOCS e dos Trabalhadores, foi possível entendê-los enquanto sujeitos de vários acontecimentos, ao qual participaram diretamente e foram protagonistas. Sendo assim, horizontes se abrem de ora em diante a memória dos trabalhadores, salientando as suas especificidades e singularidades. O Historiador francês Pierre Nora[52], levanta uma discussão a respeito da memória e o sentimento de pertencimento de um dado grupo e aos lugares que ocupam a memória. Apoiando nisso, evidenciamos que o DNOCS e toda a sua construção é um lugar de memória, demonstrando assim seus processos e conflitos sociais.

> Os lugares de memória são primeiramente, lugares em uma tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são funcionais porque têm ou adquiram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva, vale dizer, essa identidade se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. Longe de ser um produto espontâneo e natural, os lugares de memória são uma construção histórica e o interesse que despertam vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das

[52] NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: Projeto História: revista do programa de estudos de pós-graduação em História da PUC-SP. São Paulo, 1993.

> paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica.

Tendo em vista, essa erupção da memória, grupos sociais como; trabalhadores rurais, trabalhadores domésticos, trabalhadores ferroviários. Passam a ser investigados pela história. Na obra literária o Quinze[53], a autora Raquel de Queiroz, retrata a seca de 1915 no Nordeste, principalmente no estado do Ceará. Esse romance aborda, a vida dos sertanejos retirantes e os seus percalços durante o período dessa grande estiagem que assolou a região, além de conter uma grande crítica social.

Em um determinado momento a autora conta a história de Dona Maroca das Aroeiras, uma fazendeira, que possuía uma grande quantidade de gado, mas que estavam sendo dizimados pela seca. A fazendeira resolve abandonar o resto do seu rebanho e despede os sertanejos aos quais trabalhavam para ela, para que eles pudessem procurar um emprego nos canteiros de obras públicas aos quais o governo ofereciam. Desde então o DNOCS já trabalhava com canteiros aos quais disponibilizavam algumas vagas para os retirantes que precisavam prover o sustento de suas famílias, sendo impossível conseguir isso sem ajuda de políticas auxiliares.

> Quando se consome os derradeiros grãos de milho e feijão que havia armazenado da última safra e percebe que não haverá mais colheita, o sertanejo sem-terra – e mesmo o pequeno arrendatário ou proprietário de uns poucos hectares – sai de casa em busca de alimentação. Tem só duas opções: emigrar para outra região onde exista trabalho, ou alistar-se nas frentes de trabalho de emergência que o governo sempre instala quando ocorre uma seca[54].

Nessa conjuntura literária, identificamos às vulnerabilidades sociais e como essas causas estavam ligadas a miséria e muitas vezes a marginalização desses retirantes. Segundo a autora Lara Ferreira de Castro[55], o sertanejo entendia como uma questão de honra, garantir o sustento da sua família, ainda que para isso tivesse que se submeter as situações mais precárias possíveis.

---

[53] 8 QUEIROZ, Rachel de*. O quinze*. 107. Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2017

[54] GARCIA, Carlos. *O que é Nordeste brasileiro*. 8 eds., Coleção Primeiros passos, São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 71.

[55] FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Cassacos*: trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950). 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bahia, 2016. p.76.

> Porém, acontece que prover a família fazia parte da cultura dos trabalhadores do sertão. Situações que desestabilizassem essas bases, fossem cheias, estiagens ou qualquer outro fator que causasse perda de plantação, constrangiam-lhes a buscar alternativas diferentes[56].

Em contrapartida, aos acordes de Tom Jobim, que em uma de suas lindas canções anseia para que os períodos chuvosos encerrem e dê continuação às obras de sua casa[57] “São as águas de março fechando o verão - É a promessa de vida no teu coração”, os nordestinos ansiavam pelas chuvas do mês de março. Quando suas esperanças se esvaiam, começavam a procurar maneiras de se alistar nas frentes de serviços destinadas pelo DNOCS, os meses de maiores procuras estavam entre março e abril [58].

Como mencionado, no primeiro capitulo o Piauí vivia uma onda progressista de se parecer com as grandes capitais modernas, e embora o estado estivesse sofrendo com as faltas de chuvas, sua situação ainda estava melhor do que outros estados, como o Ceará. É nesse cenário, que o Piauí recebe um grande número de flagelados, que tentavam fugir da seca, procurando aniquilar a fome. Os retirantes que chegavam se aglomeravam nos centros das cidades, gerando um grande caos. Para aqueles que mantinham o seu ideal em ter uma cidade moderna, que consistia em uma cidade limpa e sem aglomerações de ‘’flagelados’’ causava grande incomodo. Esses migrantes foram marginalizados diversas vezes, pela considerada elite, que desejavam mantê-los longe dos centros urbano.

> Diariamente afluem na cidade de Picos este estado VG inúmeros flagelados procedentes do Ceará, criando uma difícil situação e pânico na população do município. Devido principalmente a escassez de gêneros alimentícios e crescentes aumentos de pessoas sem trabalho como meio mais viável para melhorar tal situação, peço que venha lembrar e autorizar a INSPETORIA DE OBRAS CONTRA AS SECAS a contratar serviços na rodovia de Teresina a Picos, partindo aos mesmo tempo dos extremos, esta capital e Picos a fim de dar trabalho a todos aqueles retirantes- antecipo agradecimentos e atenção. Saudações atenciosas Leônidas Melo – Intervertor Federal.[59]

Através desse telegrama, identificamos uma situação ao qual parte da população se sentia acuada com a presença de inúmeros migrantes, e que o

[56] FERREIRA, 2016, p.76.
[57] Disponível em < https://arteeartistas.com.br/analise-da-musica-aguas-de-marco/>
[58] NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História*.
[59] Telegrama ao Ministro General Mendonça Lima – Ministério de Viação de Obras Públicas RIO DF. 25 TEREZINA -PI 1167 111 26 – 1950

governo deveria tomar providências. O autor Frederico de Castro Neves[60] trata esse pânico da população como uma medida de pressão ás autoridades políticas e que os mesmos promovessem um maior número de alistamentos para tirar os retirantes das ruas e os colocarem nos canteiros das obras.

Os processos de alistamento se davam por enormes filas, ao qual um encarregado do órgão ficava responsável por coletar nome, idade, estado civil, documentos e quantidade de filhos, porém na maioria das vezes só eram registrados os nomes e a idade. Os trabalhadores recebiam uma caderneta para registrar as faltas e presenças, mas a mesma ficava na posse do encarregado do DNOCS, que anexava essas informações. Esses dados são constados a partir da análise dos registros e folhas de pagamentos do DNOCS no Piauí e das comparações de como eram feitos os registros em outros estados.

> De início, os retirantes já presenciavam uma clara relação de hierarquia, já que o apontador, encarregado dos alistamentos, era o mesmo que posteriormente regularia faltas e presenças, computando, através disso, o pagamento semanal. Era bem possível que alguns funcionários do DNOCS, que sabiam ler e escrever, e, muitas vezes, tinham qualificação técnica, acreditassem ter “ares de importância” diante das pessoas que não lembravam ao certo sua idade e tinham como hábito abreviar o nome. Mas não somente apontadores, como também engenheiros, enfermeiros, profissionais da administração e do escritório, feitores de turma, feitores gerais, fiscais e até guardas, eram arregimentados pelo órgão para organizar os afazeres da construção e a massa de trabalhadores braçais[61].

É importante ressaltar que havia toda uma equipe do DNOCS, responsável por coordenar os serviços, geralmente compostas por engenheiros, agrônomos, botânicos, pedologistas, geólogos e hidrólogos, que ficavam em lugares diferentes dos trabalhadores, mantendo assim uma hierarquia. Nos primeiros anos de criação do órgão (1909), o presidente do mesmo, o engenheiro Arrojado Lisboa, trouxe técnicos estrangeiros para estudar os limites do solo e o semiárido do Nordeste. Para mais, as preocupações maiores deveriam estar ligadas a estrutura socioeconômica das regiões nordestinas.

Ainda que houvessem recursos destinados para as obras, a quantidade de dinheiro recebida pelos trabalhadores era mínima e a sua alimentação precária, não possuíam nutrientes necessários para dar a força necessária aos sertanejos. O autor

[60] NEVES, Frederico de Castro. A Multidão e a História.
[61] FERREIRA, 2016, p.78.

Paulo Guerra retrata em suas memórias, que as refeições eram apenas “um punhado de farinha e um quarto de rapadura” ou serviam feijão-fervido acompanho de farinha e rapadura’’[62].

As mulheres também exerceram o seu papel nas lidas das frentes de serviços. Enquanto algumas preferiam ficar em suas terras com seus filhos a espera de seus maridos, se virando como podiam, outras se alistavam nos trabalhos de obras públicas. Algumas trabalhavam fazendo as refeições para os obreiros e suas respectivas famílias, chamadas de “barraqueiras”, outras trabalhavam como ajudante de servente. E tinham aquelas que também ajudavam a roçar e limpar as estradas. É possível constar esse fato através dos nomes e funções presentes nas folhas de pagamentos do DNOCS-PI[63].

No entanto, é sabido que jogos de interesses políticos sempre estiveram presentes em todas essas atuações desenvolvidas pelo DNOCS ou órgãos parceiros. Para um maior entendimento e ampliação das discussões, essa politica de troca de favores entre fazendeiros e governantes, não se esquivaram nesse processo de alistamento de trabalhadores. Isso fica bastante perceptível na construção do açude particular na fazenda Belmontes em Piracuruca, onde os sujeitos que trabalharam na construção foram os obreiros alistados no órgão. Depois da pareceria realizada, geralmente quem escolhiam os obreiros, que desenvolveriam os serviços para os coronéis, eram os encarregados pelas listas de documentos.

Ainda que com as políticas anti-migratorias, citadas anteriormente, o Piauí ainda possuía um grande numero de pessoas que se deslocavam para o sudoeste, em busca de melhores condições de vida. Existia um grande interesse dos coronéis de manter a população nas políticas assistências do governo, estabelecendo acordos, para conseguirem ter um controle em massa do eleitorado piauiense.

> Seca, no rigor léxico, significa estiagem, falta de umidade. Da chuva provém a água necessária à vida na terra. O problema das secas, assim encarado, simplesmente o problema d’agua; isto é, do seu suprimento. Mas a palavra seca, referida a uma porção de território habitado pelo homem, tem significação muito mais compreensiva, com efeito, o fenômeno físico da escassez da chuva influi no homem de uma região pela alteração profunda das condições econômicas que se refletem na ordem social. Assim encarada, a seca é um fenômeno muito vasto, de natureza tanto física como econômica e

[62] GUERRA, Paulo. *A civilização da seca*: Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS, 1981, p.137
[63] Documentação encontrada no Acervo de Teresina - PI.

> social. O problema das secas é, portanto, um problema múltiplo. Verdadeiramente não há um problema, há problemas [64].

As politicas públicas, instituídas pelo governo deixaram muitas vezes a desejar, pois muitas de suas verbas eram utilizadas por politicos, causando um grande problema social. Afinal enquanto a sobrevivência de uns custavam, um trabalham degradante, outros trabalham de forma degradante, e outros, ainda, se aproveitavam dos períodos de estiagens para crescerem economicamente e politicamente.

Desde que os pesquisadores começaram a investigar sobre a história de vida de pessoas comuns, abre se um leque de possibilidades de feitos históricos através da vida desses indivíduos e grupos sociais. ‘‘Podem desempenhar um papel importante neste processo, recordando-nos que a nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros e generais”[65].

> Essa perspectiva atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história[66].

No processo de pesquisa, conseguimos obter algumas folhas de pagamento que continham os nomes de trabalhadores nas obras do DNOCS, os mesmos atuaram, entre outros, na perfuração de poços nas cidades do Piauí.

Tabela 9 – Lista de Salários dos Funcionários

José Pinheiro .....cr$ 1.748
Francisco Luís de Freitas 1297.60
José Viera da Silva 1.748
Manoel Fernandes Braga.....1.748
Antônio Pedro dos Reis 1.748
Antônio Viera Lopes 1.748

[64] Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa. Conferência pronunciada em 1913. SOUZA et al., 1980, p. 110 apud FERREIRA, 1993, p. 13.
[65] BURKE, Peter. *A escrita da história*: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992, p. 60.
[66] BURKE,1992, p.41.

José Francisco Vieira.....1.311
Domingos Escocio de Sousa 1311
Hilmar de Moraes Rego 1748
Raimundo Paulino da Silva.....1748
Aristóteles Pereira Barros.....1226,70
Jose Lino.....1331,30
Manoel Pedro das Chagas.....1311,30
Raimunda Cardoso Ferreira.....1748
Antônio Celestino 1443,70
Joao Gomes da Silva.....874,20
Hugo Milu da Silva.....874,20
Francisco Gomes da Silva 874,20
Francisco David do Nascimento.....874,20
Antônio de Oliveira Martins 1331,30
Maroto Soares 874.20
Felipe Abrão de Sousa.....874,20
Juarez Câmara Probo.....874,20
Mario Barbosa Soares 874,20
Epifânio Pereira da Silva.....1311
José Pereira de Oliveira 874,30
Claudio da Cunha Machado 733
Edmilson Balbino 728
Total.....Cr$32.521,30

Fonte: Acervo do DNOCS - MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS- TERESINA- 1953.

O Historiador Edward Palmer Thompson, apresentou estudos e incentivos para levantamento das atividades desenvolvidas pelas pessoas consideradas comuns, que fazem parte da grande maioria, ao desenvolver esse processo histórico

e social os nomes e as histórias dessas pessoas começam ser constados e problematizados na historiografia. Diante desse aspecto da história, narramos e registramos a vida e a lida desses trabalhadores, que por tanto tempo, não tiveram nenhum destaque na história e nas obras que foram edificadas pelo suor de suas mãos.

3.2 Trabalhadores nas frentes das Secas e Politica

> Se milhares de sujeitos migraram para longe nas estiagens da década de 1950, outros milhares se tornaram obreiros justamente nas frentes de serviços das secas. Diversos trabalhadores permaneceram dentro dos seus estados e encontraram nas obras uma alternativa de sobrevivência enquanto a seca durasse. Chamados de cassacos, os homens ocupados nas construções carregavam para o cenário das obras suas diferentes histórias e condições de vida[67].

Cassacos foi um termo que foi intitulado para chamar os trabalhadores que ocuparam as frentes de serviços da seca, pela a maneira a qual se vestiam, andavam, comiam e se agregavam no meio das estradas e campos, as vezes muitos distantes dos seus familiares. Estas comparações estavam atreladas aos animais cassacos, conhecidos também como gamba. “No caso do trabalhador cassaco, a aproximação pejorativa a um animal se deu em decorrência da sua roupagem de faminto que saía do seu lugar habitual de existência e ia viver na rota das obras públicas”[68].

Em 1958, um ano marcado por campanhas politicas, ocorreu uma acidente ao qual associou o nome de cassacos a importantes nomes políticos do Piauí. A disputa das eleições aconteciam pelos seguinte candidatos, José Gayoso Freitas – candidato a governador e Mendonça Clark- candidato a senador, os dois pertenciam ao PSD. Em oposição, Demerval Lobão (PTB) para o governo e o Deputado Federal Marcos Parente (UDN) candidato a senador.

---

[67] FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Cassacos. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950). 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bahia, 2016.p.46.

[68] FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. Migrantes, retirantes, trabalhadores: memória, história e as representações em torno dos cassacos. In: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA, 1., 2014, Macapá. Anais... Amapá: Anpuh, 2014, p. 1-12.

No dia 04 de setembro de 1958, faltando poucos dias para a eleição, um carro que transportava os Demerval Lobão e Marcos Parente, se envolveu em um acidente na BR-316, que na época estava em Obras, eles bateram em um caminhão que trabalhava nas obras da rodovia, naquele momento estava cheio de trabalhadores.

O grave acidente foi marcado pela Morte de Demerval Lobão e Marcos Parente e também dos trabalhadores ao qual estavam no veículo atingido. Esse acontecido marcou a história do Piauí. O lugar ficou conhecido como “Desastre da cruz dos cassacos’’, e em 1991 ganhou um monumento que homenageava os trabalhadores. O povoado que antes era conhecido como Morrinhos, recebeu o nome de Demerval Lobão após a emancipação e o lugarejo que era conhecido como Tinguis, foi homenageado com o nome de Marcos Parente.

Em 2014, demoliram o monumento, para a duplicação da rodovia da Br-316, Porém no ano de 2022, reconstruíram o monumento. O Departamento Nacional de infraestrutura de trânsito (DNIT), com a iniciativa do vereador Vinício Ferreira, de Teresina, reconstruíu o monumento com uma placa que contém os nomes das vítimas[69].

Tabela 10 – Nomes das vitimas

Demerval Lobão Veras (Candidato a Governo do Estado)
Francisco Fernandes da Silva (Trabalhador das obras da BR-316)
João Francisco da Silva (Trabalhador das obras da BR-316)
José Marques Cardoso (Trabalhador das obras da BR-316)
José Mendes da Silva (Trabalhador das obras da BR-316)
José Raimundo Gomes (motorista)
José Ribamar Pacheco (advogado)

[69] Essas Informações foram adquiridas através de site < https://lupa1.com.br/blogs/gustavo-almeida/video-desastre-da-cruz-do-cassaco-tragedia-mudou-rumos-da-politica-do-piaui-21461.html>

Manuel Paulino Aguiar (trabalhador das obras da Br-316)
Marcos Santos Parente (Candidato ao Senado)
Rubens Perlingueiro (médico)
Valdemar da Silva (trabalhador das obras da BR-316)

Fonte:<https://lupa1.com.br/blogs/gustavo-almeida/desastre-da-cruz-do-cassaco-tragedia-mudou-rumos-da-politica-do-piaui-21461.html>

Ademais, essa tabela e o monumento construído são de uma grande importância politica e histórica para a história Piauiense. A partir dos relatórios anuais, telegramas, escalas, folhas de pagamentos das construções de rodovias, açudes, escavação de poços, que eram registrados pelos diretores gerais do DNOCS, conseguimos fazer um delineamento do dia a dia dos trabalhadores.

Depois que conseguiam se alistar ao serviço, eram divididos em grupos para dar inicio ao trabalho. Através das folhas de pagamentos é possível identificar que cada trabalhador, ou grupo, se responsabilizava por uma função diferente. Embora quase todo o trabalho fosse braçal. As maquinas eram administradas por aqueles que já tinham um conhecimento especifico, para manuseá-las.

Tabela 11 – Relatórios de como eram as construções de estradas

Limpeza de Valetas:
Roçagens a foices na faixa de (metros para cada um lado da rodovia)
Rodovia (Construção)
Serviços Preparatórios:
Instalação de 40 barracas de palhas para operários
Construção do caminho de Serviço
Construção da cerca de arames farpados, com 4 fios
Limpeza e preparo de terrenos no local dos empréstimos da piçarras

Roçagem e Limpeza em capeirão na faixa de 10m para cada lado do eixo da rodovia
Construção de caminho de serviço, com trator equipado com bulldozer

Fonte: Acervo de DNOCS- Teresina Piauí

Tabela 12 – Relatórios de como eram as construções de estradas

Pedreira:
Extração de Pedras em blocos com emprego de explosivos, perfuração manual e deslocamento a alavancas e aparelhamentos a ponteiros de aço, inclusive as cargas, transporte e descarga de caminhões
Abastecimento de água:
Transporte de água em animais, nas distancias media de 1.500 m.
Rodovia (Conservação)
Escavação e transporte de terra ordinária a carrinhos de mão, na distância media de 40m, para a reconstrução dos aterros.
Espalhamento da terra a enxada. Produção em material solto.

Fonte: Acervo de DNOCS- Teresina Piauí.

Tabela 13 – Relatórios de como eram as construções de estradas

Revestimento
Escavação, carga, transporte e descarga de piçarra, em caminhões particular, na distância media de 2.200 m. Produção em material solto
Espalhamento de piçarra a enxada. Produção em material sôlto
Apiloamento manual de piçarra com malho de madeira. Produção em material solto

Fonte: Acervo de DNOCS- Teresina Piauí.

Tabela 14 – Relatórios de como eram as construções de estradas

Plataforma em corte:
Corte em Terra em ordinária, com trator equipado com Bulldozer, na profundidade média de 0,80 m.
Corte em rocha branda com perfuração mecânica e deslocamento a alavancas, com redução de blocos maiores a marrão, na profundidade media de 2,50 com bota fora a carrinho de mão, na distância média de 20 mts. Produção em material solto.

Fonte: Acervo de DNOCS- Teresina Piauí.

Tabela 15 – Relatórios de como eram as construções de estradas

Fabricação de Cerâmicas:
Operação:
Fabricação de manilhas de 0,75mx,05 de diâmetro, traço 1:3:4,5
Moldagem de ferros para manilhas de 075,mx, 0,90 de diâmetro
Fabricação de manilhas de 1,05mx,90m de diâmetro, traço 1:3:4:5
Moldagem de ferros para manilhas de 1,050mx0,90 de diâmetro.

Fonte: Acervo de DNOCS- Teresina Piauí.

Ao analisarmos essas fontes, compreendemos que o serviço realizado pelos trabalhadores na construção de estradas consistia em um trabalho muito pesado, desde a limpeza até a conclusão das rodovias. Nesses relatórios encontramos também serviços que eram feitos com os moldes das mãos como a construção de cerâmicas e serviços de marcenaria, isso deixa claro os talentos dos trabalhadores.

Nesse processo de pesquisa, ainda não encontramos nenhum documento remetente a idade dos cassacos, embora saibamos que o DNER E O DNOCS só contratavam maiores de idade. Porém, pessoas com a idade avançada também eram contratados e colocados em serviços bem pesados. Através de outras

leituras[70] que estudam os cassacos em outros estados, encontramos relatos de que muitos grupos viviam unidos, e muitas vezes faziam parte da mesma família, então os mesmos se ajudavam. Deixando o serviço mais brando para os mais velhos e assumido os mais pesados.

> Vimo-lo a cavar dreno em solo empedernido onde a picareta resvala e não penetra mais de um centímetro a cada golpe, sob o sol escaldante do meio-dia, com a temperatura do solo superior a cinquenta graus... Vimo-lo destocando, quebrando pedra, cavando barro, carregando caminhões, construindo aterros a carrinhos de mão ou retirando terra e lama das valas de drenagem, atolado na lama quente até as coxas[71].

Em relação a estruturação da rodovia de Fortaleza-Teresina, trecho Piripiri, encontramos um telegrama do engenheiro chefe da comissão, João Martins do Rêgo. No qual ele pede a administração central o envio de uma ambulância e material de primeiros socorros, para os trabalhadores, pois acabavam muitas vezes se machucando diante dos serviços duros aos quais eram expostos, e muitas vezes sem contarem com as ferramentas de segurança de trabalho. Outro ponto adicional, fundados nos estudos de Lara de Castro[72], foram as epidemias. Estas foram causadas pelas aglomerações e falta de higiene entre os grupos de retirantes.

> Uma pequena ambulância, contendo medicamentos de urgência, indicadas pelo médico dos serviços e de acordo com a zona, pode se assegurar uma conservação eficiente, e como consequência, um tráfego econômico, o que não se verifica com o estado atual de conservação das estradas[73].

Encontramos também, outros telegramas[74], pedidos de primeiros socorros e medicação para dor, atestando que naquele momento os campos das frentes de serviços, estavam desabastecidos. Muitos dos cassacos adoeciam com epidemias virais, e até mesmo doenças relacionadas a má alimentação, pois a alimentação era

---

[70] Leituras que estudam os cassacos do Ceará apontam essa teoria. Castro, Lara Vanessa de Ferreira. Cassacos. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950). 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bahia, 2016

[71] GUERRA, Paulo. A civilização da seca. Op., p. 137.

[72] CASTRO, 2016.

[73] Telegrama- Relatórios do IFOCS- 1943.Acervo de Teresina – PI.

[74] Ao investigar as fontes encontrei alguns telegramas que pediam socorros médicos aos retirantes. 1945. Acervo do DNOCS- Teresina Piauí

bem precária e muitas vezes não tinham como realizar o preparo correto dos alimentos.

Diante desse cenário, cada vez mais, aumentava a população aos derredores das obras. Paulo Guerra, em seu livro “Flashes da seca”, analisa como se dava o convívio entre as famílias dos trabalhadores. O autor destaca que muitos deles ainda carregavam consigo suas práticas religiosas e sua cultura festiva. Nos acampamentos do Ceará foram construídas capelas e escolas para crianças, mesmo que feitas de taipas ou palhas[75]. No Piauí, ainda não encontramos fontes que comprovem que essas mesmas construções eram feitas para o lazer dos obreiros e suas famílias.

> Passo ás vossas mãos o oficio junto. De fato a barraca precisa com urgência de reparos na cobertura; quando chove, o vigia fica sem abrigo. O digno Chefe Sr. Dr. Lohengrin Chaves, aceitou o meu al vitre, para cobertura com telhas, serviço definitivo, facilitando-me aí, o referido material, mas, além de não ter transporte, precisamos comprar ripas e caibros etc., quando não temos mais tempo. Convém comprar 20 000 pall as a razão de 350 por milheiro. Preciso alistar por alguns dias, um operário, para tirar cipós e cobir à barraca. Assim, preciso de 60$o e mais 2400, em dinheiro, para pagar as palhas que não vendem para receber depois e ao operário, que não aceitará barracão. Mandarei depois a conta, assinada e recibada. Respeitosas. Saudações[76].

Dito isto, este telegrama da cidade de Campo Maior- PI, ao qual pedia trabalhadores para dar continuidade às escavações de poços, que foi um serviço bastante presente na vida dos obreiros. Outro detalhe importante, as escavações precisavam da utilização de maquinas, que precisavam de um cuidado especifico. Alguns obreiros acabavam se machucando, causando os mais graves acidentes.

> Estudos do açude particular ‘’ Belmonte’’ no município de Piracuruca no Estado do Piauí. Medição e classificação dos furos de sondagens da barragem e sangradouro com as seções anuais para monitoramento e ajustes[77].

Em uma caderneta de anotações do DNOCS, encontrei registros desse açude particular que foi construído em uma fazenda na cidade de Piracuruca. Os registros no caderno estão feitos a mão anotados por Valdeck Duarte de Magalhães, e o

[75]GUERRA, Paulo de Brito. Flashes das secas: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977.
[76] Acervo do DNOCS- Teresina Piauí - Commissão de B Pinuhy no Estado do e Obras Campo Maior, 24 de janeiro de 1942.
[77] Acervo do DNOCS- Piauí- Anotações sobre o açude Belmonte. 1955.

operador Pedro Freire de Meuezes. Como citado anteriormente, O DNOCS fazia parceria com alguns fazendeiros na construção de poços e açudes, com intuito que essas feitorias também beneficiassem a população.

O açude de Belmonte foi construído na fazendo do senhor Raimundo Inácio Aguiar, cearense que veio embora com sua família para o Piauí, compraram e passaram a cultiva-la. A fazenda prosperou. O açude em questão é conhecido como ‘’Belmonte’’ em praticamente toda a região próxima à Serra da Ibiapaba, do lado piauiense. Principalmente nos municípios de São João da Fronteira, Brasileira, Piracuruca e Piripiri, ainda mais pelas pessoas mais antigas.[78]

Em Parceria com DNOCS, foram enviados trabalhadores-retirantes, ao qual estavam alistados nos canteiros das obras, para esse serviço, e muitos deles foram tentar a sobrevivência pelos arredores da Fazenda, ‘’o açude foi construído pelo barro puxado dentro de coro de boi, transportado pelo lobo de jumentos’’.[79] A utilização de animais para as lidas nas obras eram bem constantes. Conseguimos verificar através desse relatos e também pelos registros das folhas de pagamentos.

Figura 4 – Açude de Belmonte



Fonte:< http://www.brasileiracity.com.br/portal/index.php/noticias/12-entretenimento/5310-a-fazenda-

[78] Informação retirada do site < http://www.brasileiracity.com.br/portal/index.php/noticias/12-entretenimento/5310-a-fazenda-belmonte-resiste-ao-tempo-e-ainda-esbanja-a-sua-imponencia-entre-os-municipios-de-brasileira-e-sao-joao-da-fronteira-no-piaui>

[79] Informação retirada do site < http://www.brasileiracity.com.br/portal/index.php/noticias/12-entretenimento/5310-a-fazenda-belmonte-resiste-ao-tempo-e-ainda-esbanja-a-sua-imponencia-entre-os-municipios-de-brasileira-e-sao-joao-da-fronteira-no-piaui>

belmonte-resiste-ao-tempo-e-ainda-esbanja-a-sua-imponencia-entre-os-municipios-de-brasileira-e-sao-joao-da-fronteira-no-piaui>

Figura 5 – Açude de Belmonte



Fonte :< http://www.brasileiracity.com.br/portal/index.php/noticias/12-entretenimento/5310-a-fazenda-belmonte-resiste-ao-tempo-e-ainda-esbanja-a-sua-imponencia-entre-os-municipios-de-brasileira-e-sao-joao-da-fronteira-no-piaui>

O autor Luciano Barreira, em sua obra os cassacos[80], descreve sobre as relações desenvolvidas no cotidiano dos retirantes. Indicando assim que esse aglomerado de pessoas desenvolviam sociabilidades nas obras e embora o seu dia a dia fossem de um trabalho pesado, condições precárias e incertezas, tentavam manter seus hábitos de distrações. Atrelado a este cenário, fazemos um paralelo aos laços de sociabilidades desenvolvidas nas frentes de serviços do Piauí.

> Os povos diferem de muitas maneiras, e os que se veem transferidos para outro ambiente, muito diferentes do de sua terra natal, podem ser envolvidos em conflitos de caráter geral e coletivo- raciais, linguísticos, etc., ou particularizando mais, em questões religiosas ou políticas. Os contatos raciais, qualquer que seja o sentido do termo raça, são muitas vezes difíceis[81].

Entretanto, é interessante destacar que amizades eram desenvolvidas, assim também como a aglomeração de diferentes pessoas, ideias e costumes, que poderiam acabar gerando conflitos entre eles. Dessa forma é importante salientar

[80] BARREIRA, Luciano. Os Cassacos. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1976.
[81] BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia de população. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.p .266.

que os efeitos da seca não provocaram apenas mudanças climáticas, mas toda uma conjuntura social e política.

Segundo a autora Lara Ferreira de Castro, ao analisar a vida dos cassacos em vários estados do Nordeste, aborda uma discussão a respeito do “trabalho livre” ou “trabalho escravo” entre os trabalhadores. Essas frentes de serviços se tornava a única opção a muitos retirantes e os mesmos não possuíam outra escolha de sobrevivência a não ser suportarem essa vida miserável. Nos primeiros sinais de chuvas ou que a seca teria uma trégua, muitos dos trabalhadores voltavam para suas terras de cultivo, abandonado as obras[82].

> A experiência humana, portanto, expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retomados com sujeitos. Construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a história. São as pessoas carregadas de experiências. Claro que não são sujeitos autônomos nem ‘’indivíduos livres’’. Suas situações e suas relações produtivas lhes são determinadas como necessidades (ninguém trabalho, simplesmente como quer; nem a remuneração é sempre condizente com suas necessidades). As contingências históricas exercem pesada presença na vida de cada pessoa. São os antagonismo aos quais estamos submetidos(...) A experiência passa a ser entendida como, sentimento, como parte da vida cotidiana, que é incorporada na cultura em seu sentido mais concreto: normas criados, obrigações familiares e de parentes, organização da vida urbana ou rural. Passa a construir um conjunto de valores que atuam imperceptivelmente nos meandros da vida inteira dos indivíduos e das classes assim constituídas. Experiências que de deixaram suas marcas profundas[83].

Como diz Thompson, a cidade é o resultado da experiência social, sendo assim buscamos através dos registros documentais e pesquisas de outros autores perceber as maneiras como os trabalhadores-retirantes se inseriam nas variadas forças e formas de trabalho. Nessa nossa tentativa de abordar o cotidiano dos trabalhadores do DNOCS no Piauí, favorecemos para o enriquecimento da memória dos mesmos que se alistaram a instituição, possibilitando o conhecimento sobre a dimensão do DNOCS e os seus impactos sociais e econômicos na população que necessitava da sua atuação nos períodos de estiagem. Segundo Le Goff ‘’ A

[82] FERREIRA, 2016, p. 38.
[83] THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

memória, a qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro''[84].

3.3 Estruturas dos acampamentos

Após o alistamento, os trabalhadores-retirantes eram escalados para uma obra, fosse para a construção de estradas, açudes, escavação de poços ou outros projetos. Os mesmos construíam suas barracas aos derredores das obras. Este aglomerado de pessoas em barracões, e com uma alimentação minguada, acabava desenvolvendo problemas de saúde. A autora Kênia Sousa Rios[85] discorre sobre os campos de concentração no Ceará, sobre a mão de obra e aglomeração dos retirantes. A ideia principal dos governantes em criar esses campos de concentração era afastar os retirantes da capital, a mão de obra era altamente explorada.

> A existência de um lugar para o castigo era mais uma estratégia no disciplinamento dos flagelados dentro das Concentrações. Mesmo que não fossem utilizados com frequência, somente pelo fato de existirem, esses lugares conseguiam fortalecer o controle dos flagelados através de uma intensificação da "pedagogia do medo". Constituía-se como uma espécie de autoridade inanimada[86].

Segundo as discussões levantas pela autora citada acima, esses campos de concentrações eram currais, uma prisão que tratava os seres humanos de maneiras degradantes [87]. A partir da leitura e analisa dessa obra, conseguimos perceber que não houve uma preocupação governamental e social, com a vida desses retirantes. As situações eram degradantes e os mesmo não tinham escolhas, aceitavam ou se entregavam a fome. E muitos acabaram perdendo a sua vida.

Esse desdém pelos migrantes se perdura ao longo do tempo, as frentes de serviços estabelecidas no Piauí pelo DNOCS, também tiveram seus problemas, aos quais geraram atrasos e faltas de pagamentos, uma alimentação precária e problemas de saúde gerados pela falta de atendimento e higienes básicas

> No início da manhã, podia-se tomar um café preto e, em algumas obras, eram distribuídas porções de leite aos mais fracos e doentes,

[84] LE GOFF,Jacques *História e Memória*.7 ed. Campinas /SP: Editora da Unicamp,2013.p.437
[85] RIOS, Kênia Sousa. Ao Campos de Concentração no Ceará: Isolamento e poder na seca de 1932. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará/ SECULT, 2006.
[86] Ibid., 2006.
[87] Ibid., 2006.

> mantimentos enviados por associações filantrópicas, entre elas, o estadunidense Fundo Internacional de Serviço à Infância FISI). Mais tarde, sob os cuidados das barraqueiras ou barraqueiros – função ocupada geralmente por trabalhadores mais velhos – ou ainda de esposas e filhas que permaneciam nos alojamentos, fervia-se o feijão, acompanhado de farinha e rapadura, para o almoço. Este almoço, que variava pouco e era consumido em pequenos ou maiores bocados, a depender do tamanho do grupo, era servido coletivamente entre onze e doze horas, logo depois do fim do primeiro turno de trabalho[88].

Sobre os vales alimentícios, sabemos que existia uma política de acordos no DNOCS, entre os donos de comércios e os encarregados dos serviços. Ao invés dos trabalhadores receberem seus salários, recebiam vales e trocavam por alimentos. Essa troca acabava sendo superfaturada e eles recebiam muito menos do que era de direito.

> A ação do DNOCS revestiu, nas secas ou nas "emergências", como são denominadas as épocas em que a intensidade da irregularidade se agravava, formas típicas de uma acumulação primitiva. Recrutava-se a mão- de-obra desocupada pela estiagem, apenas depois que os magros recursos de pequenos sitiantes, meeiros, parceiros, haviam-se esgotado em duas ou três semeaduras, à espera das chuvas, e empregava-se na construção das barragens e das estradas; o pagamento dessa mão-de-obra dava-se, na maioria das vezes, sob a forma de espécie, isto é, fornecendo-se os alimentos – farinha, feijão e a indefectível carne seca, está nem sempre presente; os resultados desse trabalho concretizavam-se nas barragens feitas nas propriedades dos grandes fazendeiros e nas estradas, às vezes estradas privadas no interior dos grandes latifúndios. Utilizava-se também essa mão-de-obra na construção das grandes barragens, mas alguns estudiosos críticos dos próprios quadros do DNOCS chegaram a calcular que, se essa mão-de-obra, em todas as secas de que há memória no Nordeste desde a criação da IFOCS, tivesse sido utilizada na construção das barragens públicas, a grande maioria delas estaria construída há muito tempo. Tal acumulação primitiva utilizava os recursos do Estado para a implantação de benfeitorias nas grandes propriedades, e sua forma de financiamento chegou a constituir-se em outro pilar da força e do poder político dos "coronéis", da oligarquia algodoeira – pecuária. Chegando quase sempre atrasados os recursos fiscais que a União deveria fornecer para as "emergências", o DNOCS utilizava o crédito junto aos grandes fazendeiros e comerciantes do Nordeste semiárido, quase sempre as duas formas do capital reunidas numa só pessoa, personae dessa forma de reprodução, para adiantamentos. O dinheiro passava imediatamente, com a chegada dos recursos às mãos desses fornecedores. Não é preciso nenhuma imaginação, antes é ela desnecessária porque mais fraca que a

[88] GUERRA, Paulo de Brito. Flashes das secas: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: MinterDNOCS, 1977, p. 16

> realidade, para adivinhar que os preços dos mantimentos fornecidos ao DNOCS para essas frentes de trabalho eram na verdade outra forma dos “preços na folha”: mais altos que os preços que se poderia conseguir mediante uma estrutura de compras diretas do DNOCS nas outras zonas produtoras do país. Uma estrutura de enriquecimento que a literatura de oposição à oligarquia algodoeiro-pecuária chamava de ilícita. “As “emergências” criaram outra forma de enriquecimento e de reforço da oligarquia: não apenas os eleitores reais dos coronéis” tinham prioridade para engajamento nas frentes de trabalho, como os eleitores – trabalhadores – fantasmas pululavam. Obras – fantasmas e trabalhadores, “cassacos” – fantasmas, povoavam as frentes de trabalho das secas.[89]

Ainda que os objetivos estabelecidos pelo Órgão fosse amparar os flagelados da seca, pelas frentes de serviços, auxiliando assim nos impactos sociais causando pela estiagem, fica evidente que foi uma caminhada bastante árdua para aqueles que moravam no sertão e tiveram que enfrentar toda essa lida para que sua família não morresse propriamente de fome.

4 IMPACTOS SOCIÊCONOMICOS

4.1 Contexto político brasileiro

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas por processos políticos conturbados e decisivos para história do Brasil. Em 1937 foi aplicado um golpe de Estado, sob a liderança de Getúlio Vargas, apoiado pelo Exército e outras forças antidemocráticas, que foi caracterizado pela presença de autoritarismo. Portanto, a década de 1940 inicia com a ascensão do Estado Novo. A situação do País não se encontrava nas melhores condições, ainda na década de 1930 o setor agrário havia sofrido grande perdas, com o *crack* da bolsa de Nova York, e a situação veio a piorar com a entrada do Brasil na guerra em 1942.

A mudança do modelo político vigente até então, foi uma das primeiras medidas do governo varguista, os partidos políticos foram abolidos e pessoas da confiança de Getúlio Vargas nomeados interventores nos estados, eles assumiam o Poder Executivo e passavam a agir conforme o que era determinado pelo governo central, se orientando pela nova Constituição, promulgada em 1934, no final do governo provisório.

---

[89] 2 OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes.3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 54-55.

Uma das justificativas utilizadas para o golpe, foi a necessidade de realizar mudanças que conseguissem fazer com que o país alcançasse um progresso material capaz de equipará-lo aos países mais desenvolvidos do mundo. Vargas buscava desenvolver o país do ponto de vista econômico, nesse contexto, o assunto modernização ganha ênfase e várias medidas são tomadas com intuito de promover esse desenvolvimento e o controle social, isso porque um dos objetivos de Vargas era o progresso do país, só que dentro da ordem estabelecida. Mas o mais relevante para o novo regime era manter sua legitimidade.

Para que essa legitimidade fosse mantida, o governo investia na propaganda, em um regime autoritário, em que os meios de comunicação eram controlados pelo Estado, não era difícil promover uma propaganda que enaltecia a figura do líder.

> Os meios de comunicação, cerceados na liberdade de expressão, ficaram impedidos pela censura de externar suas opiniões, bem como de expressar as opiniões alheias contrárias ao regime. Os órgãos opositores foram silenciados e os adeptos do regime tiveram como missão enaltecer os atos do governo e divulgar a ideologia que o norteava[90].

Vargas era enaltecido como um conciliador entre as classes e protetor dos trabalhadores, mas também como um líder capaz de promover o progresso do país, desenvolvendo a economia e vencendo o atraso. Segundo Maria Helena Capelato[91] o modelo de propaganda utilizado pelo governo varguista, teve forte inspiração no modelo Alemão instituído pelo ministro Joseph Goebbels, que objetivava conquistar a população para apoiar a nova política, enquanto a polícia repreendia os opositores do regime.

Em 1934, ainda no governo provisório, Vargas criou a legislação trabalhista que objetivava regulamentar os conflitos entre patrões e empresários e controlar os sindicatos, que passavam serem ligados ao Estado. As leis trabalhistas que foram implantadas, garantiram os direitos de muitos trabalhadores, mas não se aplicavam ao meio rural, ficando restritas a zona urbana. Em 1942 é que essas leis foram consolidadas, com a determinação do pagamento de um salário mínimo, férias, limitação de horas de trabalho, segurança e tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Em um primeiro momento o salário mínimo instituído cumpriu com os

[90] CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. *O tempo do nacional-estatismo*: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). 1. ed. Rio de JaneirO: Civilização Brasileira, 2019, s/p.
[91] CAPELATO*. In*: FERREIRA; DELGADO, 2019.

objetivos expressos. “Foi com o correr dos anos que se deteriorou, até converter-se em uma importância irrisória, muito distante de suas finalidades expressas”[92], não sendo o suficiente para que os trabalhadores pudessem sustentar suas famílias.

Para Capelato[93] a relação dos trabalhadores com o governo de Vargas, no Estado Novo, era complexa, por isso são muitas as divergências entre as estudiosos desse período. Para alguns, a atuação do governante foi benéfica para os trabalhadores, para outros foi autoritária, impossibilitando os trabalhadores de agirem de maneira independente. Para ela os benefícios da legislação trabalhista para com os direitos adquiridos pelos trabalhadores são inegáveis, no entanto, essa política que não permitia a participação efetiva destes que eram os principais interessados, representava mais uma forma de controle social.

Os resultados efetivos da justiça social que propunha o governo Vargas foi postergada, não havendo uma melhoria do nível de vida da das classes populares, com a justificativa de que as reivindicações dos trabalhadores seriam atendidas quando o progresso fosse estabelecido.

O custo de vida elevou bastante durante o Estado Novo, se agravando ainda mais com a entrada do Brasil na segunda guerra mundial, em 1942. O Estado não interviu para o controle do aumento dos preços. “Os baixos salários e o desemprego passaram a ser vistos como uma ameaça à ordem social”[94], pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), isso porque só “era considerado cidadão quem trabalhava, e a carteira de trabalho assinada era o documento de identidade mais importante”[95].

Diante dessa crise, ocorria um paradoxo, enquanto muitos trabalhadores estavam desempregados o que fazia com que se sentissem na marginalidade, fora da condição de cidadania considerada naquela época, outros se sentiam gratos. Segundo Capelato[96], esses sentimentos eram expressados em cartas enviadas a Vargas. Essa gratidão possui relação com a sensação de proteção, perante os direitos trabalhistas adquiridos e por não estarem submetidos ao desemprego em um momento em que o custo de vida se encontrava tão alto. “O Brasil, nessa época, deu um salto em termos de superação do ‘atraso’, mas os resultados não chegaram

[92] FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. Ed. São Paulo: EDUSP, 2019, p. 320.
[93] CAPELATO. *In*: FERREIRA; DELGADO, 2019.
[94] Ibid., s/p.
[95] Ibid.
[96] Ibid.

a beneficiar as classes populares como um todo, pois o desemprego era apontado como um dos problemas mais sérios do momento”[97].

Se o desemprego assolava os trabalhadores urbanos, e o aumento do custo de vida estava afetando os trabalhadores assalariados, que haviam conquistado muitos direitos, nesse período, não devido a bondade de Vargas, mas por meio de suas lutas que atravessaram o século XX. Os trabalhadores rurais, principalmente aqueles que viviam na região Nordeste, enfrentavam grandes dificuldades, ainda tendo que lidar com a seca.

Em 1945 o Estado Novo caiu, com apoio de Vargas, Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente do Brasil e em 1946 foi promulgada a nova Constituição brasileira, que contava com um artigo aproveitado da Constituição de 1934, que determinava que o numero de candidato era fixado seria fixado por lei. Segundo Fausto, esse foi um artificio utilizado para “dar maior peso aos redutos eleitorais controlados pelas oligarquias locais, sobretudo no Nordeste”[98].

O governo de Dutra em seus últimos anos alcançou resultados positivos no plano de crescimento econômico, porém, os movimento sindical estava reprimido e foi permitido que se impusesse uma compressão de salários. A média salarial ficou bem abaixo da média do aumento do custo de vida. Os trabalhadores continuavam sofrendo para conseguir manter suas famílias.

A década de 1950 iniciou com a volta de Vargas ao poder, mas dessa vez por meio de eleições diretas, o que demonstra que ele tinha grande força popular, principalmente entre os trabalhadores urbanos. Logo no inicio de seu governo promoveu várias medidas para tentar desenvolver a economia, com foco na industrialização, no Nordeste tratou logo de ampliar a oferta de energia.

Em relação aos trabalhadores, liberou a organização dos movimentos sindicais, que em consonância com problemas ocasionados pelo alto custo de vida levaram a uma série de greves em 1953, abrindo margem para a organização e fortalecimento de uma oposição.

A década de 1950 termina com o governo de Jucelino Kubitschek, que implementou o Programa de Metas, “ele abrangia 31 objetivos, distribuidos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação indústrias de de base, educação

[97] CAPELATO. *In*: FERREIRA; DELGADO, 2019, s/p.
[98] BORIS, 2019, p. 341-142.

e a contrução de Brasília”[99]. Para que seu Plano fosse executado, buscou vencer as questões burocráticas criando órgãos paralelos à administração pública, como é o caso da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que funcioanava paralelamente ao DNOCS, órgão público que segundo Fausto era “inútil e corrompido”[100], e também o responsável pelas obras em que os trabalhadores do Piauí, protagonistas dessa pesquisa, trabalhavam. JK, como assim é conhecido, realizou grandes êxitos, mas também muitas dificuldades, principalmente referente aos gastos para sustentar o processo de industrialização, atrelados ao aumento da inflação.

4.2 Esquecimento e Progresso do Piauí

A região do Nordeste, incluindo o Piauí, muitas vezes era estigmatizada pela ideia de sertão, que evocava imagens de pobreza, seca e dificuldades socioeconômicas. A percepção de que o Piauí ocupava uma posição periférica e enfrentava desafios relacionados ao isolamento, abandono e condições precárias é uma característica histórica que remonta ao início do século XX. Essa assimilação influenciou a demanda por melhorias em vários setores, especialmente na infraestrutura de transporte. Estradas, ferrovias e outros meios de comunicação e transporte eram vistos como essenciais para integrar a região ao resto do país e estimular o desenvolvimento econômico. A caracterização da região como sertão, isolada, abandonada, atrasada, doente e castigada pela seca remonta a um contexto histórico específico, geralmente associado às regiões semiáridas do Brasil, como o Nordeste. Essa representação tem suas raízes na realidade socioeconômica e ambiental dessas áreas, marcadas por condições climáticas adversas, como a escassez de chuvas e longos períodos de estiagem, que impactam diretamente na agricultura, na disponibilidade de água e no desenvolvimento socioeconômico.

Essa designação do sertão como uma região problemática e carente de desenvolvimento tem sido historicamente utilizada como justificativa para a implementação de políticas públicas e investimentos em infraestrutura, visando mitigar os impactos da seca e promover o desenvolvimento regional. Entre esses investimentos, destacam-se os voltados para a infraestrutura de transporte, como

[99] FAUSTO, 2019, p. 362-363.
[100] Ibid., p. 363.

estradas, ferrovias e sistemas de transporte público, que são fundamentais para conectar a região com outras áreas do país, facilitando o escoamento da produção, o acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego e contribuindo para reduzir o isolamento e a marginalização dessas comunidades. No contexto do Piauí, a análise do cenário político e econômico em relação à necessidade de implantação de grandes obras públicas para romper com o suposto isolamento do estado envolve várias dimensões.

No cenário político, líderes e governantes muitas vezes destacavam a necessidade de grandes obras públicas como uma forma de impulsionar o desenvolvimento do estado e reduzir seu suposto isolamento. Esses discursos inplementaram através do DNOCS obras como construção de estradas, barragens, projetos de irrigação, como meio de abrir novas oportunidades econômicas e integrar o Piauí mais plenamente na economia nacional.

O estado do Piauí é uma região que carrega consigo uma série de significados e representações, tanto históricas quanto culturais. É conhecido por sua paisagem árida e semiárida, marcada por vastas áreas de caatinga e cerrado. Essa geografia é frequentemente associada à ideia de sertão, evocando imagens de aridez, escassez de água e condições climáticas adversas. Em suma, a caracterização do Piauí como parte do sertão envolve uma combinação de elementos geográficos, econômicos, históricos, culturais e sociais, que são mobilizados pelas elites locais para construir uma narrativa específica sobre a identidade e a condição dessa região dentro do contexto brasileiro.

As elites piauienses, como já visto no texto, nas primeiras décadas do século XX perceberam à importância das ferrovias para a modernização e o desenvolvimento do estado. Essas elites viam a construção de estradas de ferro como uma forma de compensação pelo suposto descaso governamental durante o Império, quando o Piauí teria sido negligenciado. A possibilidade de construir ferrovias no Piauí gerou grande entusiasmo entre as elites locais, que viam nisso uma oportunidade de integrar as regiões mais remotas do estado, especialmente as afetadas por secas, ao mesmo tempo em que poderiam mudar a percepção de atraso associada ao estado.

Além do aspecto prático de facilitar o transporte de produtos, as ferrovias eram vistas como símbolos de progresso, modernização e desenvolvimento

econômico, trazendo consigo ideias de avanço tecnológico e conectividade que poderiam transformar a região.

Segundo o autor José Vieira Camelo Filho[101], a análise da produção historiográfica sobre o tema das ferrovias revela um aspecto modernizador tanto da economia quanto em relação a comunicação. Isso se deve ao papel fundamental das ferrovias na integração de regiões produtoras de matérias-primas aos portos marítimos, de onde os produtos eram exportados para os mercados externos. Além disso, as ferrovias contribuíram para a integração territorial, fortalecendo a segurança nacional.

Essas ligações ferroviárias eram essenciais para superar os desafios do atraso econômico e do isolamento geográfico, proporcionando oportunidades de desenvolvimento econômico e social. Portanto, as ferrovias eram vistas como uma espécie de "salvadoras" que poderiam impulsionar as regiões atrasadas e conectar áreas remotas ao mercado global. Esse aspecto modernizador das ferrovias reflete a percepção de que elas desempenharam um papel crucial na transformação e na modernização das economias e das comunicações durante o período em que foram construídas e expandiram-se.

Percebeu-se a necessidade de integração e modernização do estado do Piauí, que era visto como abandonado, isolado e afetado por secas. Dentro desse contexto, a construção de estradas foi vista como uma possível solução para romper o isolamento. A ideia era que a abertura de vias de comunicação facilitaria o transporte da produção econômica do Piauí, conectando-a ao mercado nacional e internacional.

Os grandes proprietários tinham interesse em investir recursos para viabilizar o desenvolvimento econômico da região, mas isso exigia a criação de uma infraestrutura de transporte, tanto terrestre quanto fluvial. Acreditava-se que ao garantir essa infraestrutura, seria possível incentivar a produção econômica na região, que até então era limitada devido à dificuldade de escoamento dos produtos.

As autoridades governamentais do Piauí há muito tempo desejavam ter estradas de ferro na região. Desde a segunda metade do século XIX, elas vinham reclamando da falta dessas estradas, argumentando que as poucas existentes eram

[101] CAMELO FILHO, José Vieira. A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas -SP, 2000.p15-104.

rudimentares e improvisadas, feitas apenas por necessidade e sem seguir padrões adequados[102].

O Senador Abdias Neves, também trouxe a situação de esquecimento e negligência enfrentada pelo estado do Piauí em termos de atenção política e investimentos por parte do governo central. A metáfora da "muralha chinesa"[103] sugere uma barreira ou falta de transparência que impede as autoridades políticas de enxergarem e lidarem com os problemas enfrentados pelo povo piauiense. Isso implica que o Piauí estava sendo tratado como estrangeiro dentro do próprio país, em termos de atenção e cuidados governamentais.

> Até bem poucos anos, o Piauhy foi inteiramente esquecido pelos favores federais, aliás prodigamente distribuídos a outros estados da federação. Entretanto, parece já haver, presentemente, motivo para as nossas queixas, então justas. Ultimamente a partilha desses favores nos tem cabido, senão com a mesma liberalidade com que outros são aquinhoados, pelos menos o bastante para satisfazer as nossas mais urgentes necessidades. Assim é que o problema que mais interessa à nossa vida comercial e econômica, vai ficar resolvida com a conclusão de, pelos menos, duas vias férreas[104].

Para entender a recorrência histórica do esquecimento do Piauí, é crucial analisar as dinâmicas de poder que moldaram a representação e o discurso sobre essa região. Durante períodos-chave da história brasileira, o Piauí foi marginalizado e negligenciado, tanto em termos de investimentos públicos quanto de reconhecimento cultural e político. Diante desse cenário, as elites locais buscavam mudar essa percepção negativa e reivindicavam melhorias para a região. Eles percebiam que para serem considerados parte integral da nação e alcançarem o progresso econômico e social, era necessário superar essas dificuldades e investir em infraestrutura, saúde, educação e outros setores. A retórica política dessas elites visava destacar as potencialidades da região e convencer as autoridades e a população em geral a apoiar medidas que promovessem o desenvolvimento local.

A combinação de abandono do poder central, efeitos da seca e migração em massa de sertanejos para o território do Piauí cria uma pressão significativa sobre as

---

[102] Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 9 de julho de 1866 pelo presidente da província o Exm. Snr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria, p.32.
[103] NEVES, Abdias da Costa. Política das estradas de ferro e finanças da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p.11.
[104] Mensagem apresentada à Câmara Legislativa no dia 1º de junho de 1913 pelo Exm. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa governador do estado, Teresina, Piauí, p.31.

estruturas sociais, econômicas e políticas da região. As secas não apenas afetaram o Piauí, mas também influenciaram a dinâmica política e econômica, levando o governo central a intervir na forma de projetos de infraestrutura para lidar com os efeitos das secas e projetos para promover o desenvolvimento regional, ainda que nem todos tenham sido executados.

4.3 Políticas hierárquicas

A ascensão da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), posteriormente transformada na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas e finalmente no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), é crucial para entender a dinâmica da intervenção do governo e no processo de modernização afetada pelas no estado do Piauí.

De acordo com a autora Janaína Amado[105], compreendemos o conceito de sertão e sua relevância na composição social e histórica do Brasil, a autora discute que o sertão não é somente um espaço geográfico, além disso, destaca como a denominação de sertão está estreitamente ligada a ideia de conquista e modernização. Os autores Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman[106], discutem como o projeto de saneamento dos sertões esteva ligado ao planejamento da construção nacional. Essas políticas não apenas visavam combater as doenças endêmicas, mas também estavam associadas ao combate às secas.

A construção de obras como poços, açudes, estradas de ferro e rodovias no Nordeste, coordenadas pela Inspetoria de Obras Contra as Secas e posteriormente pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Portanto, ao analisar a relação entre as secas, o poder central e as grandes obras públicas no Piauí, é importante considerar como essas políticas de modernização e combate às secas estavam inseridas em um contexto mais amplo de construção nacional e integração territorial.

---

[105] AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1990/1129.>.

[106] LIMA, Nísia; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996.

Mapa 1 – Mapa do Piauí



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em:https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa121. Acesso em 29 de abril de 2023.

Sendo assim, as ações do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) não foram voltadas apenas para atender as necessidades imediatas dos retirantes que chegavam até o estado, e da sua população, durante os períodos da seca, o contexto histórico nos permite analisar como a estiagem interferiu nas relações politicas e econômicas da região. As estradas não foram construídas apenas para ligar regiões e empregar os retirantes, tinham como meta impulsionar o desenvolvimento ao progresso.

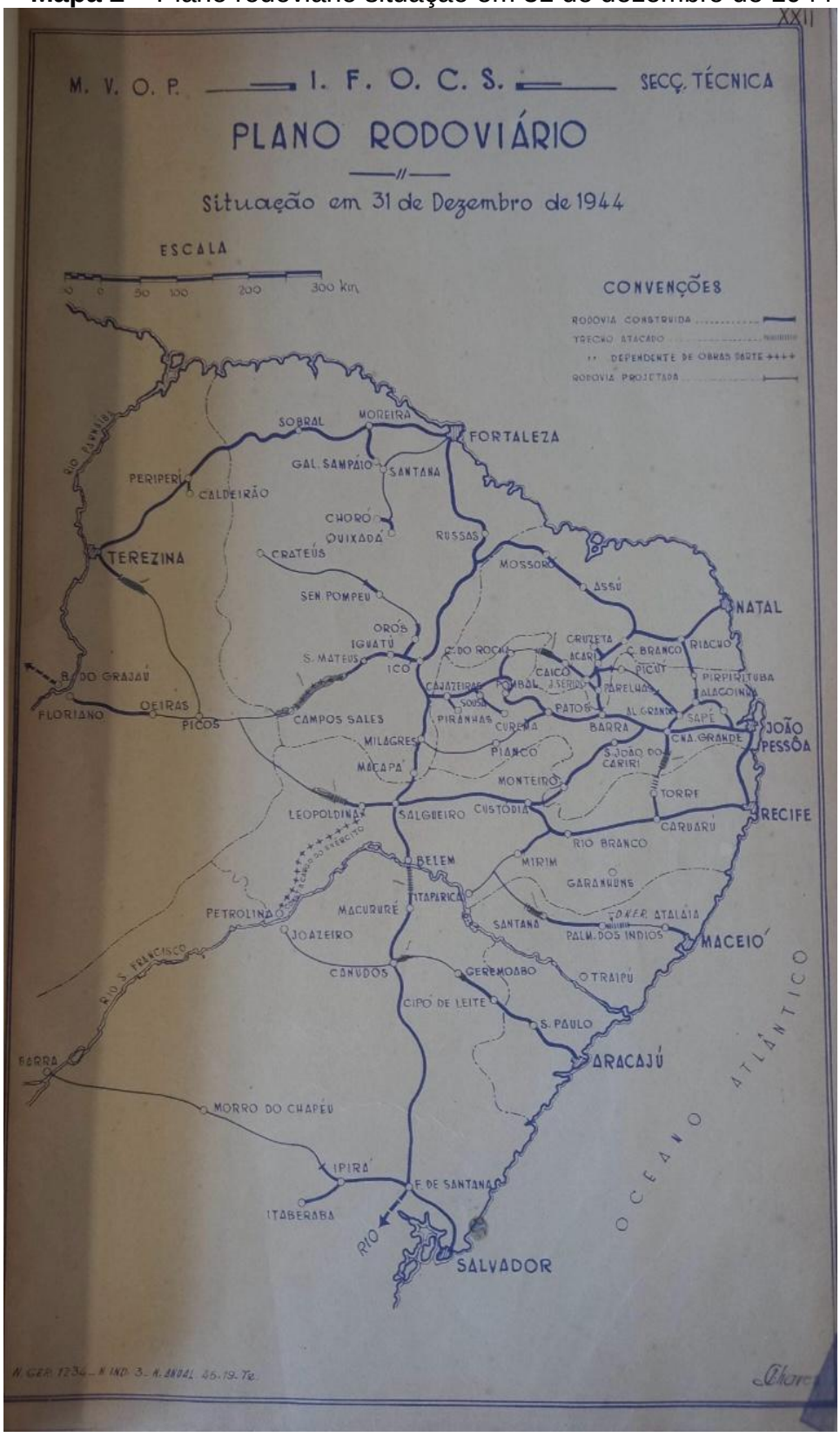
De acordo com a autora, Sônia Regina de Mendonça, o trecho abaixo destaca a influência das interações entre o Estado e a sociedade civil, em especial os fornecedores, na criação e execução de políticas públicas, demonstrando a relevância do poder econômico e da organização política e econômica da época.

> A estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política)[107].

No ano de 1943 Getúlio Vargas deu continuidade à política de transporte rodoviário no Brasil ao aprovar o Plano Rodoviário Nacional. Este plano tinha como prioridade o aproveitamento econômico da malha rodoviária já existente e propunha a construção de 27 rodovias federais, subdivididas em três eixos principais[108]. Esse fato impulsionou significativamente as construções rodoviárias, especialmente a partir de 1945, marcando um período de grande crescimento e expansão da rede rodoviária no país. Adiante poderemos observar o mapa rodoviário, com o planejamento das rodovias projetadas e como se encontaravam as obras no ano de 1944.

[107] MENDONÇA, 2014, p. 34.
[108] PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. O processo de planejamento e desenvolvimento do transporte rodoviário no Brasil. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 12, n. 40, dez/2011, p.29.

Mapa 2 – Plano rodoviário situação em 31 de dezembro de 1944



Fonte: Relatório dos trabalhos realizados no ano de 1944 apresentado ao ministro João de Mendonça Lima pelo Eng. Vinícius César Silva de Berredo interventor interino. Rio de Janeiro, 1945.

A formação do Estado Nacional brasileiro foi um processo complexo e multifacetado que se estendeu ao longo de séculos, marcado por diferentes fases e eventos históricos que moldaram a identidade e a estrutura política do país. A partir dos anos de 1950 que o Piauí começou a experimentar um processo mais acelerado de desenvolvimento, impulsionado por políticas de industrialização e modernização promovidas pelo governo federal, especialmente durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Essas políticas visavam não apenas expandir a infraestrutura do país, mas também integrar regiões até então isoladas, como o Nordeste, ao mercado nacional.

> De 1945 a 1962 muitas obras foram iniciados, existindo um crescimento no número de operários nas frentes de serviços das secas. É importante dizer que, esse ritmo acelerado que tomavam as obras do Departamento das Secas nesse período está dentro do contexto que diz respeito aos avanços científicos e tecnológicos, ao refino de petróleo, ao crescimento da industrialização, à construção de Brasília e à influência do capital estrangeiro etc[109].

Nesse sentido, a construção do Piauí nos anos 1940 e 1950 foi caracterizada por uma série de iniciativas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do estado, incluindo a expansão da infraestrutura de transporte, a implantação de indústrias e a modernização da agricultura. Além disso, houve um esforço para fortalecer as instituições estaduais e consolidar a autonomia política e administrativa do estado dentro da federação brasileira.

No entanto, é importante ressaltar que esse processo de construção do Piauí não foi isento de desafios e contradições. O estado ainda enfrentava questões estruturais profundas, como a concentração de terras, a pobreza rural e a falta de acesso a serviços básicos, que continuariam a ser desafios ao longo das décadas seguintes.

Em suma, os anos 1940 e 1950 foi um período de transformações significativas tanto para o Brasil quanto para o Piauí, marcados pela consolidação da democracia, pela expansão da infraestrutura e pelo início de um processo mais amplo de desenvolvimento econômico e social. Essa fase foi crucial para moldar as bases do Estado Nacional brasileiro e para pavimentar o caminho para o crescimento e a modernização do estado do Piauí.

---

[109] CASTRO, Lara de. “Cassacos”: trabalho, cotidiano e conflitos nas frentes de serviços na Bahia e no Ceará (1945-1962).p.2.

4.4 Barragens

Em 1933, em uma visita realizada ao Ceará, o então presidente Getúlio Vargas, resolveu em um discurso realizado perante os cearenses, abordar o que chamou de o principal problema do nordeste: a seca. Durante o seu governo de 1934 a 1945, Getúlio tomará, como veremos mais adiante nesta seção, uma série de medidas que irão impactar de maneira significativa toda a região nordeste. Mas, para que possamos chegar nessas decisões que já começam em 1934, é preciso analisarmos parte deste discurso realizado em 1933.

Trabalhamos aqui tendo como nossa fonte o jornal *Diário Carioca*, uma publicação veiculada na cidade do Rio de Janeiro entre 1928 e 1965. O jornal tinha abrangência nacional e realizava cobertura dos eventos que considerava mais relevantes sobre o dia a dia do país. Na edição de 20 de setembro de 1933, dedica a capa e às primeiras páginas de sua edição impressa a visita de Getúlio ao nordeste, mais especificamente ao Ceará. A capa, inclusive, é deverás chamativa; utilizando a imagem do açude Cedro, que é considerado o primeiro açude construído no Brasil em 1906, na República Velha, juntamente com uma imagem do rosto de Getúlio, acompanhadas da frase: o sr Getúlio e o Nordeste: o que tem feito o governo revolucionário. Apesar da última parte da frase parecer uma pergunta, não existe qualquer interrogação no final da oração. Denotando, assim, não se tratar de um questionamento e sim do detalhamento das ações varguistas para com o Nordeste.

Ao abordar o discurso de Vargas, o jornal oferece ênfase no fato de que o governo a qual denomina reiteradamente de “revolucionário”, procura com sua visita mapear as calamidades sofridas pelos nordestinos para que se possa avançar na solução dessas intempéries. No intuito de salvaguardar essa análise preliminar, são adicionados na sequência da narrativa alguns falas preliminares de Getúlio, onde ocorre a afirmação de que o principal problema do Nordeste seria a seca.

Na sequência, o texto retrata que Getúlio teria destacado no seu discurso, uma “dolorosa”, porém, inescapável verdade: o Nordeste vinha ao longo dos anos sendo deixado ao ‘léo” pelo governo federal. Ao invés de destacar as riquezas culturais encontradas na região, o periódico prefere afirmar que somente com Vargas, o Nordeste passaria aos poucos a ser reconhecido e receber maiores recursos financeiros. Recursos esses que seriam capazes de conectar a região ao restante do país. É um princípio de análise parecido com o empregado a região

amazônica. O desprezo pelas singularidades locais, busca refletir e converter os interventores (no caso o governo varguista) em verdadeiros heróis para aquela localidade. Afinal de contas, são esses interventores os responsáveis por retirar ou ao menos tentar, o Nordeste e a Amazônia do seu "atraso letárgico" experienciado até então.

Ao expor as dificuldades econômicas que o Nordeste tinha se deparado ao longo dos últimos anos, o periódico complementa sua abordagem com parte do discurso de Getúlio. Nesse trecho especifico, o então presidente busca dizer de maneira enfática que os açudes e as estruturas de irrigação construídas e ainda em fase de elaboração, seriam a saída encontrada para retirar a região dessa letargia mencionada anteriormente, tornando-se atrativa aos investimentos públicos e privados. Dessa forma, o problema da seca definido como principal "vilão" ao avanço econômico nordestino, poderia ser combatido por intermédio da açudagem.

Na sequência do discurso apresentado pelo jornal, o então presidente destaca algumas ações já realizadas no seu governo, que é na sua visão, marcado pelo interesse para com a questão da seca

> Desde o início do meu governo, cumprindo promessas feitas ainda quando candidato, interessei-me pelo problema. das seccas. Muito deliberadamente escolhi para ministro da Viação o eminente dr. José Américo, profundo conhecedor das necessidades e do ambiente nordestino, que tão bem retratou nos seus livros, a individualidade de rara tempera e de excepcionais atributos de tenacidade, altivez e civismo. Não falharam os meus vaticínios. Elle demonstrou ser o homem indicado para o momento, ao afrontar, impávido e resoluto, a crise tremenda que as estiagens, prolongadas acima de qualquer previsão, provocaram, logo ao instalar-se do Governo Provisório. Com effeito, o dr. José Américo tornou dinâmica. reorganizando-a, a Inspetoria Federal *de Obras Contra as Secas. Fixou-lhe um programa racional, iniciando com rapidez o serviço de construção de obras sistemáticas, delineadas com método e em condições de socorrer às populações vitimadas por uma catastrophe, quasi sem precedentes nos anais de seu longo mar tyrologio[110].

Logo após abrir essa extensa citação do discurso de Getúlio, o jornal confirma justamente o ponto de nossa análise anterior, ao afirmar que o Ceará e todo o Nordeste, ofereceriam com o passar do tempo "justiça" aos esforços tanto do governo como do então ministro José Américo, o periódico confere aos dois sujeitos

[110] DIÁRIO CARIOCA, 1933.

a posição de heróis nessa luta contra a seca. Um heroísmo que custa muito caro, já que necessita de um imediato reconhecido do povo nordestino.

As declarações de Vargas são proclamadas em 1933, antes que algumas das obras analisadas aqui neste texto fossem construídas, entretanto, essas obras são frutos direto desse olhar conformado pelo então presidente para com a região nordeste. As construções não são oriundas de eventos indeterminados, elas obedecem a uma lógica estatal brasileira de enfrentamento da seca. Essa forma de "combater" a seca não começa na figura de Getúlio, mas parece-nos fundamental nos debruçarmos sobre o olhar empregado pelo seu governo ao nordeste e os recursos hídricos da união.

O período em que Getúlio Vargas, comanda o país na Ditadura do Estado Novo (1934-1945) é um marco na visão conferida pelo Estado brasileiro para com seus recursos hídricos. O Brasil até então possuía uma legislação hídrica extremamente defasada. A iniciativa privada dominava as ações do setor, explorando as águas da união para bens privados sem quaisquer tipos de processo legal que fiscalizasse o uso e a intensidade desse aproveitamento, que na realidade deve ser chamado de exploração. Isso passará a mudar por intermédio do Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, onde é instituído o Código das Águas, a primeira legislação brasileira acerca dos seus recursos hídricos.

Até o momento de criação do código, os recursos hídricos da união eram geridos pelas ordenações coloniais portuguesas. A criação de uma burocracia estatal trazida por Getúlio, no Estado Novo, fez com que o Estado finalmente desce maior atenção aos seus recursos naturais. O primeiro passo com vistas a controlar o que acontecia no setor foi a institucionalização do Código das Águas.

O decreto de criação do Código das Águas procurava retirar da mão do setor privado o protagonismo com relação ao aproveitamento dos recursos hídricos nacionais. Para isso, procurou-se elucidar de maneira bastante clara os domínios de competência da união através do termo "águas públicas de uso comum". No geral, foram definidas por essa alcunha: mares territoriais, correntes, lagoas, fontes de reservatórios públicos, enseadas, mares interiores, nascentes, dentre outras tipologias especificas de localização das águas.

O artigo de número 43° do código, estabelece de maneira bastante clara, as novas regras para concessão da água enquanto bem público para a iniciativa privada, a saber

> Art. 43. As águas públicas não podem ser derivadas para as aplicações da agricultura, da indústria e da higiene, sem a existência de concessão administrativa, no caso de utilidade pública e, não se verificando esta, de autorização administrativa, que será dispensada, todavia, na hipótese de derivações insignificantes.
>
> § 1º A autorização não confere, em hipótese alguma, delegação de poder público ao seu titular.
>
> § 2º Toda concessão ou autorização se fará por tempo fixo, e nunca excedente de trinta anos, determinando-se também um prazo razoável, não só para serem iniciadas, como para serem concluídas, sob pena de caducidade, as obras propostas pelo peticionário.
>
> § 3º Ficará sem efeito a concessão, desde que, durante três anos consecutivos, se deixe de fazer o uso privativo das águas[111].

Como se poder notar, a nova legislação estabelece um limite máximo de tempo que às águas públicas poderiam ficar cedidas a terceiros. Esse período, inclusive, segue no tempo presente praticamente inalterado, somente sendo acrescidos cinco anos ao período inicial estabelecido no Estado Novo, que era de 30.

Oliveira[112], afirma que a intenção de Getúlio ao elaborar o código das águas seriam impor para além de um controle sobre os recursos hídricos da união, teria a premissa de conseguir a implementação de um novo modelo energético produtivo ancorado na figura do Estado, fazendo com que, as decisões mais importantes com relação ao aproveitamento dos recursos hídricos se concentrassem em torno dessa burocracia recém criada.

A implementação do código que visava gerir os recursos hídricos da união afetou diretamente a organização administrativa do DNOCS. Ao analisarmos os dados contidos na tabela de investimentos do órgão, iremos observar que o período em que Getúlio ficou no poder (1937-1945) foi um dos recortes temporais que menos recebeu investimentos para a construção de açudes. O ano de 1937 e 1942,

---

[111] BRASIL, 1934.

[112] OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 34, n. 65, p. 315-346, maio/ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/ChCpxyx8Xg6w74xRTmNBRvJ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

são nesse período, os que mais receberam investimentos com: 17.167 e 17.553 mil dólares respectivamente.

Os investimentos na construção de açudes retomam um crescimento exponencial logo após 1945. No ano de 1951, por exemplo, já são investidos mais de 25 mil dólares na abertura de novas represas. Esses dados mostram que mesmo o DNOCS fazendo parte da estrutura estatal, o órgão tem na gestão de Getúlio uma diminuição no repasse para a construção de suas obras.

Não estamos querendo afirmar que a legislação acerca dos recursos hídricos da união alterou a forma como o DNOCS operava, no entanto, nos parece bastante significativo que ao longo dos primeiros anos em que entrou em vigor as alterações processadas por Getúlio, os investimentos na abertura de novas obras tenham diminuído bastante se comparado com números anteriores e principalmente com os de anos posteriores.

Outro fator que chama bastante atenção é a diminuição dos estudos hidrológicos realizados durante o Estado Novo. Em compensação, se os estudos acerca das bacias hidrográficas dos rios nordestinos têm relativa queda, os estudos de viabilidade rodoviária saltam exponencialmente. Esses estudos são realizados na esteira de uma parceria firmada entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos. Os norte-americanos enviam para o Brasil, diversos engenheiros e economistas para mapear as formas nas quais o país poderiam dar o tão sonhado salto econômico rumo ao desenvolvimento.

Nesse período, o país recebe a Joint Brazilian- United States Technical, em 1942, também conhecida como Missão Cooke e Joint Brazil-US Technical Comission, concluída em 1948, já após o governo de Getúlio e conhecida como Missão Abbink. Apesar de ter sido instaurada alguns anos após a saída de Vargas, a missão seguia os pressupostos desenvolvimentistas elaborado por ele em seu governo no Estado Novo.

Essas missões, de modo geral, em seus relatórios finais elencaram os caminhos pelos quais o Estado deveria seguir para alcançar o almejado desenvolvimento. Importante lembrarmos que estamos falando de um período no qual o mundo está atravessando a combustão da Segunda Guerra Mundial (no caso da Missão Cooke) ou lidando com os resultados do conflito (caso da Missão Abbink).

Nos relatórios apresentados ao governo brasileiro, os textos caminham quase que na mesma direção: seria necessário para ocorrer um salto econômico

significativo que o Estado brasileiro utilizasse seus recursos naturais como via produtora de insumos para alimentar sua corrida rumo á industrialização. A concentração das ações nas mãos do poder público é questionada pelos norte-americanos, que entendem ser a iniciativa privada, o promotor ideal para a realização das obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento do país.

Desse modo, podemos observar que o período no qual Getúlio Vargas, governou o país, em seu primeiro mandato, é marcado por uma instabilidade no papel que devia desempenhar a água nova estrutura de modernização da indústria pretendida por ele. Primeiramente, há, através do código das águas, uma clara tentativa de normatizar as explorações dos recursos hídricos concentrando as decisões nas mãos do Estado. Posteriormente, ao subordinar o planejamento econômico aos “conselhos” dos norte-americanos, o governo é orientado a conceder maior protagonismo á iniciativa privada.

No entanto, apesar de haver essa aparente indefinição com relação aos fiadores da exploração dos recursos hídricos brasileiros, uma coisa é certa; as missões norte-americanas marcaram de vez o caminho que o Estado devia percorrer na direção de alcançar desenvolvimento econômico em pouco tempo: a exploração desenfreada dos seus recursos hídricos. A água, nesse caso, passará a ser peça central no discurso de desenvolvimento da economia brasileira. Tornando-se aos poucos objeto de poder. Em outras palavras, quem detivesse o controle de gestão e exploração de nossas águas, seria invariavelmente da década de 1940 em diante, um protagonismo na estrutura econômica brasileira.

É importante lembrarmos que o Brasil, até 1929, tinha uma economia voltada inteiramente para exploração de café. Se no nosso tempo presente é a pecuária quem domina a produção agrícola brasileira, naquele momento a cultura cafeeira tinha grande influência não somente na estrutura econômica do país, mas também na organização política, já que durante o período da república velha (findada justamente em 1930), reinou a política do café com leite[113]. As políticas exploratórias norte-americanas ofereceram para além do que já mencionamos, certo alívio para

[113] A política do café com leite imperou no Brasil durante praticamente todo o período da República Velha. Essa política era, na realidade, uma estratégia conformada pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, os dois maiores produtores de Café e Leite, respectivamente, para que a chefia do executivo brasileiro fosse ocupada somente por paulista se mineiros e assim os interesses econômicos de ambos os estados estariam garantidos. Deve-se acrescentar a esse fato, a observação de que Minas Gerais, para além de ser o maior produtor brasileiro de leite naquele período, era também o maior polo eleitoral do país. Título que detém até o tempo presente.

essa elite brasileira interessada em uma industrialização rápida e que retirasse o país da dependência do mundo agrário, bastante dominante naquele momento.

Portanto, a partir da institucionalização do código das águas em 1934, a água passa ser vista como principal fonte energética do Brasil. O fortalecimento dos grandes centros urbanos foi outro fator que colaborou nesse novo emprego dado às águas brasileiras. A energia elétrica, se tornaria aos poucos, vital ao abastecimento de uma indústria em seu primeiro estágio de espanção.

As regiões Norte e Nordeste, serão apontadas pela Missão Cooke (1949), como vias necessárias para a exploração energética brasileira. A Amazônia, pela imensa pujança dos seus rios e a região Nordeste pelo imenso potencial notado pelos norte-americanos na bacia do Rio São Franciso. Obviamente a seca era um grande entrave ao plano de aproveitamento das águas do São Francisco para a geração de energia elétrica. Segundo Maio; Oliveira e Lopes[114], muitos dos projetos idealizados para o vale do maior rio nordestino, na década de 1950, foram elaborados por empresas e cientistas internacionais, que eram “convidados” com bastante frequência pelo governo brasileiro para seguir o mapeamento apresentado no relatório da Missão Cooke. Com relação aos projetos, cabe destacar que

> Em solo brasileiro, as investigações centradas em comunidades foram produzidas após a Segunda Guerra Mundial ,no contexto do desenvolvimento da Guerra Fria, da cooperação técnica internacional e das trocas científicas entre diferentes instituições, tais como o acordo entre o Institute of Inter-American Affairs(EUA),o Institute of Social Anthropology/Smithsonian Institution e a ELSP; a parceria entre o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) e pesquisadores da ELSP no âmbito dos estudos de desenvolvimento de comunidade; os convênios entre o Programa Ponto IV do governo norte-americano, o Serviço Social Rural e a ELSP, além do programa Columbia University-Estado da Bahia. Essas iniciativas também foram apoiadas por agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização Mundial da Saúde (OMS)[115].

[114] MAIO, M. C.; OLIVEIRA, N. S.; LOPES, T. C. Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: Cientistas Sociais em Ação na Era do Desenvolvimento. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 56, 2013, p. 245 a 284. Disponivel em: scielo.br/j/dados/a/cBQstpvKxc3zzRqfYDG97gH/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.
[115] Ibd., p. 247.

É preciso olharmos com atenção para a função que a região nordeste desempenhará nessa engrenagem brasileira estabelecida desde o Estado Novo. O papel, como alguns podem supor, não é necessariamente de coadjuvante e sim de protagonista. Mas, esse protagonismo acontecerá às custas da exploração de muitos trabalhadores em diversos pontos dessa modernização industrial que o país e a região irão ser mergulhados. Podemos pensar que o Norte e o Nordeste, a partir dos relatórios da Missão Cooke, se tornam as novas fronteiras de exploração hídrica do Brasil. Acontece um processo de “coisificação” da região. E aqui assumimos a perspectiva de “coisificação” trazida a partir do diálogo com Escobar (1996). Para o antropólogo colombiano, após o fim da Segunda Guerra Mundial, como citado anteriormente, o chamado Terceiro Mundo, no qual o Brasil fazia parte, é tomado pelo desespero de se tornar atrativo aos investimentos internacionais e assim galgar espaço na geopolítica mundial, que será dominada pela polarização entre Estados Unidos e União Soviética.

Entendemos que o processo de coisificação, apontado anteriormente, é justamente como todo esse processo de busca por ser “interessante” e “atrativo” aos olhos internacionais e aos nacionais também. O único “bem explorável” identificado na periferia mundial seria os recursos naturais. Tendo isso em vista, o Brasil, assim como seus vizinhos sul-americanos, passa a investir cada vez mais pesado em projetos que possam extrair esses recursos e transformá-los em insumos para a produção industrial. Se destacarão na paisagem nordestina, três formas especificas de exploração: a água enquanto produtora de energia, algo que acontecerá mais a partir da década de 1960, a construção de açudes para suprir a “crise” hídrica constante da região e a as obras rodoviárias com vistas a melhorar as comunicações interestaduais.

É justamente a partir dessa nova engrenagem que o DNOCS retomará o seu protagonismo, que havia sido de certa maneira deixado de lado nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas. Onde percebemos pelos dados apresentados anteriormente, uma gradativa diminuição no número de obras. Essas obras terão uma retomada exponencial nessa nova estruturação econômica brasileira de exploração dos recursos naturais com vistas a desenvolver e povoar o interior da região Nordeste. Vejamos, o discurso de Vargas apontava para um aumento nas construções, mas os números mostram que elas existiram de maneira mais

ponderada. Com isso, concluímos , pois, que a política varguista e a sua retórica, tinham como alvo primeiramente a “venda” da açudagem perante á população.

Ao longo desta seção, procuramos apresentar o contexto no qual a água e o Nordeste, se tornaram centrais na discussão com relação ao desenvolvimento econômico do Brasil. A água, vem no decorrer dos últimos anos, tornando-se cada vez mais alvo de disputas políticas, atestando a sua importância no que se tornou uma geopolítica dos recursos naturais renováveis. Em grande parte, essa disputa converte-se em uma desenfreada exploração deste, que é um dos bens mais vitais à sobrevivência humana. O início dessa transformação da água brasileira em insumo para a indústria, teve sem dúvidas, os seus primeiros passos em alguns dos eventos analisados nesta parte do texto.

A transformação da água em um dos principais vetores da modernização da industrial ocidental, teve suas ressonâncias na região Nordeste. Ocasionando uma significativa alteração do espaço geográfico da região. As missões norte-americanas realizadas ao longo da década de 1940, preconizavam que a transformação desse espaço traria o tal sonhado desenvolvimento. Assim, aos poucos os recursos hídricos nordestinos foram se transformando em bens cada vez mais escassos e disputados.

Como vimos na primeira parte da seção, a seca se tornou absolutamente comerciável para Getúlio Vargas e seu regime. Antes mesmo de assumir o poder através da ditadura do Estado Novo, o então presidente já fazia visitas pela região e declarava a escassez como o grande inimigo dos nordestinos. Essa narrativa criada por Vargas, tem ao nosso entender, duas principais consequências: inicialmente ao declarar “guerra” contra a seca, mesmo que sem projetos concretos de enfretamento, o presidente consegue captar parte da opinião pública em torno do “inimigo comum”. Em segunda instância, esse discurso visava conferir legitimidade às futuras obras do DNOCS, ao passo que a solução apontada por Getúlio, para vencer o inimigo só viria mediante a açudagem e a irrigação.

A imprensa desempenhou papel fundamental na difusão dessa propaganda das construções, que passariam a ser vendidas como peças chaves ao futuro da região. Não somente pela importância em termos de combate à seca, mas também como uma forma de produção de insumos para a modernização industrial. Os açudes e a irrigação conformaram a primeira parte de investimentos tendo a água como protagonista, porém, não serão os únicos. Ao longo da década de 1950,

ocorrem os primeiros projetos hidrelétricos para o nordeste, mais especificamente o complexo de Paulo Afonso, na Bahia. As construções hidrelétricas idealizadas nesse período, são claro, uma continuação desse novo olhar empregado a água.

Desse modo, a conformação de uma narrativa com vistas a sustentar as construções do DNOCS, ao longo da década de 1950, tiveram na figura de Getúlio Vargas, no Código das Águas e nas missões norte-americanas, fatores determinantes, que juntos alicerçaram o caminho para a naturalização e expansão dessas obras por todo território nordestino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o século XX, e particularmente nas décadas de 1940-1950, as secas continuaram a causar devastação na região nordeste do Brasil, resultando em fome, miséria, epidemias. Ainda que com o avanço do conhecimento sobre esse fenômeno natural e suas causas, a sociedade e os governantes falharam em lidar adequadamente com suas consequências.

Os Periodos de estiagem refletem uma série de problemas estruturais e sociais, incluindo negligência por parte das autoridades governamentais, falta de investimento em infraestrutura para mitigar os impactos das secas, desigualdades socioeconômicas que deixavam as populações mais vulneráveis à mercê das condições climáticas adversas. Para além, compreensão do problema como um todo era frequentemente dificultada por visões simplistas ou preconceituosas sobre o nordeste e seus habitantes, levando à criação de estereótipos que não levam em consideração as complexidades das situações enfrentadas pelas regiões afetadas pelas secas.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) desempenhou um papel importante no desenvolvimento de estudos e na implementação de infraestrutura para armazenamento de água, assim como também desenvolveu outros projetos entre eles rodovias,ferrovias, projetos de irragação visando mitigar os impactos causados pelas secas.

Entretanto, ainda existia muita precariedade e sofrimento entre os sertanejos. A pobreza extrema dos retirantes, aqueles que eram forçados a deixar suas terras em busca de melhores condições de vida, causava dor e comoção naqueles que testemunhavam suas lutas e dificuldades. A falta de recursos, políticas

inadequadas e desigualdades estruturais contribuíam para a continuidade do sofrimento das comunidades.

A pesquisa inicialmente pretendia analisar os processos de trabalhos dos retirantes nas frentes de serviços do DNOCS no Piauí, assim como investigar os processos de alistamentos e outros aspectos como a situação de alimentação dos retirantes , a vivência da fome e escassez de alimentos, e o cotidiano dos trabalhadores nas frentes de serviço.

O autor Edward Palmer Thompson em sua obra a '' A Miseria da teoria ou um planetário de erros (1981)'' enfatiza que o historiador não pode simplesmente aceitar as fontes como uma representação direta da realidade histórica, assim como o marceneiro não pode simplesmente começar a trabalhar na madeira sem as ferramentas e técnicas adequadas. Em vez disso, o historiador precisa questionar suas fontes, entender seu contexto de produção, considerar suas limitações e viéses, e empregar métodos adequados de análise para extrair significado histórico delas.[116]

Utilizando a documentação de registros das obras,boletins, folhas de pagamentos, telegramas, fichas catolograficas dos poços do DNOCS- PI , identificamos aspectos da estruturas das obras do DNOCS , analisando assim como era o dia a dia de trabalho dos retirantes, o seu horários de alimentação, os sistemas de pagamentos, a hierarquia estabelecida entre cassacos e os técnicos encarregados do Orgão. O cotidiano dos retirantes nas nas obras consistia em uma realidade de submissão, interagindo constantemente com as dificuldades impostas.

No Estado do Piauí, a necessidade de enfrentar os impactos das secas e promover o desenvolvimento regional também foi destacada. A infraestrutura, nesse contexto, foi vista como um meio de minorar o quadro de mazelas sociais e econômicas, além de potencializar as atividades produtivas da região.

A narrativa em torno das estiagens e das migrações decorrentes delas foi instrumentalizada pelos governos como uma justificativa para a implementação de políticas e projetos de infraestrutura que visavam não apenas resolver problemas imediatos, mas também integrar essas regiões nos planos de modernização e desenvolvimento do país.

[116] THOMPSON, Edward. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Alhusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

Segundo Paulo Guerra (1981) ressalta uma realidade complexa e problemática em relação à gestão das secas e à distribuição de recursos para ajudar os necessitados. Ele aponta que, apesar de haver uma demanda de recursos para auxiliar as vítimas da seca, o fenômeno se tornou uma espécie de "indústria" para alguns políticos e fazendeiros, que usavam da calamidade em seu próprio beneficio.

Portanto, a exploração da seca para ganho pessoal resultava em uma distribuição inadequada dos recursos disponíveis, o que privava aqueles que realmente necessitavam do acesso pleno aos auxílios a que tinham direito. A negligência por parte do governo e dos políticos em lidar efetivamente com a situação contribuía para a ampliação da pobreza e do sofrimento das comunidades.

Para muitos retirantes, exaustos pela fome e pelas condições precárias de vida, a oportunidade de trabalho nessas obras representava uma chance de sobrevivência, mesmo que implicasse em um ambiente problemático e em um serviço que demadava um imenso esforço físico. muitas vezes em tarefas diferentes daquelas a que estavam habituados, em um cotidiano marcado pela imposição de horários e disciplina.

Os salários oferecidos eram geralmente baixos em relação a quantidade de trabalho e o ambiente insalubre das obras contribuía para o adoecimento de muitos trabalhadores. A exploração e a vulnerabilidade enfrentadas pelos cassacos nas obras do DNOCS, onde a necessidade de subsistência muitas vezes os levava a aceitar condições de trabalho desumanas e inadequadas.

Por fim, a análise que fizemos aqui foi na tentativa de entender a relação entre os retirantes, as politicas assisntenciais e a integração e modernização do Piauí meados de 1940-1950 do século XX. Ao longo da dissertação conseguimos responder algumas questões sobre o cotidiano dos retirantes , no entanto, outras não foram passíveis de solução em decorrência da ausência de fontes. Com certeza, as inquietações, dúvidas e angústias são elementos essenciais no trabalho do historiador. Ao confrontar-se com lacunas de conhecimento, contradições nos relatos históricos ou questões éticas e morais relacionadas ao seu objeto de estudo, ao questionar o que é conhecido e explorar o que ainda não foi investigado, o historiador contribui para o avanço do conhecimento histórico e para uma compreensão mais profunda e complexa das sociedades humanas ao longo do tempo. Espera-se, portanto, que o trabalho realizado sobre a temática das obras de emergência no Piauí, assim como suas nuances sociais, políticas e econômicas,

possa inspirar outros pesquisadores a se envolverem com o assunto, aprofundando-o e trazendo novas perspectivas e abordagens para o debate histórico.

REFERÊNCIAS

Fontes

Acervo do DNOCS — Teresina/PI:

Boletim. Registro dos Salários dos Funcionários. 1942-1950- Ministério de viação de obras públicas.

Boletim. Acervo do DNOCS - OS trabalhos de escritórios (cálculos e cadernetas, desenhos e projetos) -1948 Ministério da viação de Obras Públicas.

Relatório. Perfuração de poços Tubulares – Ficha Individual. 1940-1950.

Telegramas anexados aos relatórios.

Arquivo Público - Teresina/PI:

Jornais

Referências Bibliográficas

ACCORSI, Antônio Carlos. Estado e grupos econômicos. A política de expansão rodoviária no Brasil a partir de 1930. Dissertação (Mestrado em Administração) – EAESP, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1996.

_____. As imagens retirantes: A constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. *Varia Histór*ia, Belo Horizonte, vol.33, n.61, p.225-251, jan/abr 2017.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922). Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Campinas: Unicamp, 1988.

ALBUQUERQUE JR, Durval. Nos destinos da fronteira: histórias espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008.

ALMEIDA, Beto. O século do DNOCS. Revista Conviver Nordeste Semiárido.V.I.N.¨6 DNOCS/BNB-ETENE, 2009.

ALMEIDA, José Américo. Secas no Nordeste. Ministério da Viação e Obras Públicas. 1953.

ALVES, Joaquim. História das secas - séc. XVII a XIX. Edição fac-símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1990/1129.>.

ANDRADE, Rômulo de Paula. A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, 2010.

AGUIAR JUNIOR, José de Arimatéa Freitas Aguiar. Festas, hinos e marchas: constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí. 2014. 212 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza; BRAY, Silvio Carlos. Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira: Everardo Adolpho Backheuser. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; MENDES, Iandara Alves. (organizadores). Do natural, do social e de suas interações: visões geográficas. – Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teorética – AGETEO, 2002.

ANDRADE, Cordeiro de. Cassacos. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.

AGUIAR, Edson de Souza. O DNOCS no Coração do Nordestino. DNOCS/BNB: Fortaleza, 2010.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do norte (1877-1884). Doutorado em História Social. São Paulo: PUCSP, 2013.

BARREIRA, Luciano. Os Cassacos. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1976.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. Culturas de classe. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. “Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”. In: FREITAS, Marcos Cesar de (org.). Historiografia brasileira e perspectiva. São Paulo. Contexto/USF, 1998.

BATALHA, Cláudio H. M.. Desafios atuais da história do Trabalho. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco – antes e além depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

BENEVIDES, Maria Victória. “O governo Kubitscheck: a esperança como fator de desenvolvimento”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). O Brasil de JK. Rio de janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

BREFE, Ana Cláudia F. As Cidades Brasileiras no Pós-Guerra. São Paulo: Atual Editora, 1995, 220.

BURKE, Peter. A escrita da história; novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMPOS, Eduardo. A ação do DNOCS. IN: DNOCS e o Novo Nordeste: uma perspectiva histórica, 1909-1984. Fortaleza: DNOCS, 1985.

CAMELO FILHO, José Vieira. A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas -SP, 2000.

CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, maleita, paludismo. Revista Ciência e Cultura. São Paulo-SP: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Vol 55, n. 01, 2003.

CAVALGANTE JÚNIOR, Idelmar Gomes. A Revolta dos cabos e a interrupção da “Revoluçãode 1930” no Piauí (1931). In SOUSA NETO, Marcelo de; ALVARENGA, Antônia Valtéria Melo; FONTINELES FILHO, Pedro Pio (org.). A história sob múltiplos ângulos: trajetórias de pesquisa e escrita – volume 2 – Teresina: EdUESPI, 2020.

CARVALHO, Francisco Prancacio Araújo de; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Ecoeficiência na produção de pó e cera de carnaúba no município de Campo Maior (PI). RER, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 421-453, abr/jun 2008.

CARVALHO, Erika Marques de. A expansão da República: a integração do território brasileiro nos projetos do Clube de Engenharia (1890-1922). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

CERQUEIRA, Maria Dalva Fontenele. Entre trilhos e dormentes: a estrada de ferro central do Piauí na história e na memória dos parnaibanos (1960-1980). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos. O livro do Centenário de Parnaíba 1844 – dezembro – 1944. Gráfica Americana, Parnaíba – Piauí, 1945.

COSTA, Lucas Felício; TREVISAN, Ricardo. Colônias Agrícolas Nacionais: Laboratórios experimentais de exploração e ocupação do território brasileiro, um arranjo possível. XXIII Congresso/XXXVIII Encontro Arquisur, Belo Horizonte, 02-04 de outubro de 2019.
COIMBRA, Créso. Visão Histórica e Análise Conceitual dos Transportes no Brasil. Rio de Janeiro: CEDOP do Ministério do Trabalho, 1974.

CANDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (18771880). Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

CANDIDO, Tyrone. Proletários das secas: arranjos e desarranjos na fronteira do trabalho (1877-1919). Tese de Doutorado em história, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2014.

CAMARGO, Aspácia. O Nordeste e a Política: diálogo com José Américo de Almeida. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. Nem sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico. Fortaleza, Mestrado em História Social - Universidade Federal do Ceará, 2011.

CARVALHO, Emmanoel Rocha. Barragens de Curema e Mãe D´àgua: nos bastidores da construção. João pessoa. Edição do Autor, 2013.

CARVALHO, Rejane V. Aciole. O Estado, a Terra e O Coronelismo. Rio de Janeiro: Coleção Mossoroense. Série C. Volume DCCI, 1991.

_____. A seca e os Movimentos Sociais. Coleção Mossoró: fundação Guimarães Duque, 1991.

CIRILO, J. A.; MONTENEGRO, S. M. G.; CAMPUS, J. N. B. A Questão da Água no Semiárido brasileiro, BICUDO, C. E. de M.; TUNDISI, J. G.; SCHEUENSTUHI, M. C. B. (Org.) *In*: Águas do Brasil, Análises Estratégicas. 1 ed. – São Paulo: Instituto de Botânica, 2010, v. 1, p. 81-91.

CASTELLUCCI, A. A. S. Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República. 1. ed. Salvador: Editora da Universidade do Estado da Bahia (EDUNEB), 2015.

CASTRO, Lara de. “Avalanches de flagelados” no sertão cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas. (Série Conviver nº. 12). Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2010.

CASTRO, Lara É “gente que só o diabo”: “trabalhadores-cassacos” no lavor das obras contra as secas no Ceará (1950). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal, Anais... Rio Grande do Norte: Anpuh, 2012.

CASTRO, Lara Cassacos. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950). 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bahia, 2016.

CASTRO, Ferreira de. A Selva. 34ª. ed. Guimarães Editores, 1982.

CHALHOUB. Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB. Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia desde os anos 1980. Cadernos AEL, vol.14, n.26, 2009.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1987.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. *O tempo do nacional-estatismo*: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

DOMINGOS NETO, Manuel. *Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

ESTEVAM NETTO, José. *DNOCS ontem e hoje – sustentáculo da nascente civilização da seca.* João Pessoa, 1987.

ESCOBAR, Arturo. *La invención del desarrollo*. Bogotá: Editorial Norma, 1996.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. Ed. São Paulo: EDUSP, 2019

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Cassacos. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (Ceará, anos 1950*). 2016. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bahia, 2016.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GARCIA, Carlos. *O que é Nordeste brasileiro*. 8 ed., Coleção Primeiros passos, São Paulo: Brasiliense, 1990.

GUERRA, Felipe. As Secas. Natal: Typ d´. "*a República",* 1932.

GUERRA, Felipe. Secas do Nordeste. Natal: Centro de Imprensa, 1951.

GUERRA, Felipe. Décimo primeiro livro das secas. Coleção mossoroense. Natal: Editora Universitária, Volume cccv, 1985.

GUERRA, Felipe. Ainda o Nordeste. Natal: Typ d´. “à República”, 1927.

GUERRA, Felipe; GUERRA, Teófilo. Secas Contra a Seca. Rio de Janeiro: Tip. Cruz Coutinho, 1909.

GUERRA, Paulo de Brito. Açudes públicos do Nordeste, relação dos reservatórios construídos até 1981. Fortaleza: DNOCS,1982.

GUERRA, Paulo de Brito. A Civilização da Seca: o Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS, 1981.

GUERRA, Paulo de Brito. Flashes das secas: coletânea de fatos e histórias reais. Fortaleza: Minter-DNOCS, 1977.

GUERRA, Otto. *21° Livro das secas*. Rio Grande do Norte: Coleção Mossoroense, Série C. Volume CDLXIII. 1989.

MAIO, M. C.; OLIVEIRA, N. S.; LOPES, T. C. Donald Pierson e o Projeto do Vale do Rio São Francisco: Cientistas Sociais em Ação na Era do Desenvolvimento. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 2, vol. 56, 2013, p. 245 a 284. Disponivel em: scielo.br/j/dados/a/cBQstpvKxc3zzRqfYDG97gH/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

NASCIMENTO, Francisco Alcides*. A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina* (1937-1945). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 34, n. 65, p. 315-346, maio/ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/ChCpxyx8Xg6w74xRTmNBRvJ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

PEREIRA. Vinicius. Povos, territórios e águas do sertão (etnografando memória e territorialidade no Açude/barragem Algodões I, em Cocal - PI). In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 2012, Teresina. *Anais...* Piauí: UFPI, 2012.

PATRÍCIO, Marcelino; LIMA, Damião. Caminhos e descaminhos do departamento nacional de obras contra as secas – DNOCS. Anpuh, 2010, p.10. Disponível em: https://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/pe/anais/encontro5/12-cult-memmodern/Artigo%20de%20Sandro%20Patr%EDcio%20e%20Dami%E3o%20de%20Lima.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

POMPONET, A. S. 100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. Conjunto & Planejamento, v. 162, p. 58-65, 2009.

QUEIROZ, Rachel de. 1937. *O Quinze*. Rio de Janeiro: Editora do Brasil.

RODRIGUES, M. M. A. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2010.

SÁ, Fagna Alves. *História e memória de uma cidade submersa: Guadalupe e a construção da barragem de Boa Esperança na década de 1960*. 2013.

SANTANA, R. N Monteiro. *Evolução histórica da economia piauiense*; 2º edição, 2001.

SOUSA, Eloy. *Calvário das secas.* Ed. Especial para o acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820.* Trad. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1968; 3 vols.

SÁ, I. B.; ANGELOTTI, F. Degradação Ambiental e Desertificação no Semiárido Brasileiro. In: Mudanças climáticas e desertificação no Semiárido brasileiro. Embrapa, 2009.

SILVA, A. G. F. da et al. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. Revista Debates, v. 11, n. 1, p. 25-42, 2017.

SILVA, B. C. O. da; SOARES, A. M. J.; NÓBREGA, R. S. Os paradigmas da seca no Semiárido brasileiro: das políticas de combate à concepção de convivência com o fenômeno. I Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido. Diversidade: aprender com Semiárido, no Semiárido e com o Semiárido. 2016.

SILVA, R. M. A. da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o Semiárido. Sociedade e estado, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, 2003.

SILVA, V. M. de A. et al. O desastre seca no Nordeste brasileiro. Revista Eletrônica Polêmica, v. 12, n. 2, p. 284-293, 2013.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, ano 8, nº 16, p. 20-45.2006.

TAVARES, M. da C.; ANDRADE, M. C. de O.; PEREIRA, R. Seca e poder: entrevista com Celso Furtado. Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

TRAVASSOS, I. S.; SOUZA, B. I. de; SILVA, A. B. da. Secas, desertificação e políticas públicas no Semiárido nordestino brasileiro. OKARA: Geografia em debate, v. 7, n. 1, p. 147-164, 2013.

VILLA, M. A. Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e X. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 43, p. 251-254. 2002.

VIERA, Rodriguez Leda*, CAMINHOS DE FERRO: A ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-196*0.

Sites de pesquisa

https://archive.org/search.php?query=piau%C3%AD. Acessado em: 12/05/ 2023.
https://www2.dnocs.gov.br/. Acessado em: 10/ 05/ 2019.

http://memorialdademocracia.com.br/card/retirantes-fogem-da-seca-e-da-fome. Acessado em: 12/ 05/ 2023.

http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/seca/historia-das-secas-no-nordeste/175481. Acessado em: 12/ 05/ 2023.

https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acessado em: 17/05/2023.

Jornais Digitais

A IMPRENSA, FOME E MISÉRIA. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Imprensa/lrRdUH4Z9_lB0Jb56sUP_Q==. Acessado em: 17/05/2019.

A ÉPOCA, A SECA E OS EMIGRANTES. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=164135&pasta=ano%20187&pesq=seca. Acessado em:16/05/2019.

A OPINIÃO CONSERVADORA, MUNICÍPIO DE PIRACURUCA. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=844098&pasta=ano%20187&pesq=seca. Acessado em: 18/05/2019.

O PIAUHY (PI), SECA E FOME. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217204&pasta=ano%20187&pesq=seca. Acessado em: 18/05/2019**.**

A IMPRENSA, FOME E MISÉRIA. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Imprensa/lrRdUH4Z9_lB0Jb56sUP_Q==. Acessado em: 17/05/2019.

A ÉPOCA, A SECA E OS EMIGRANTES. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=164135&pasta=ano%20187&pesq=seca. Acessado em: 16/05/2019.

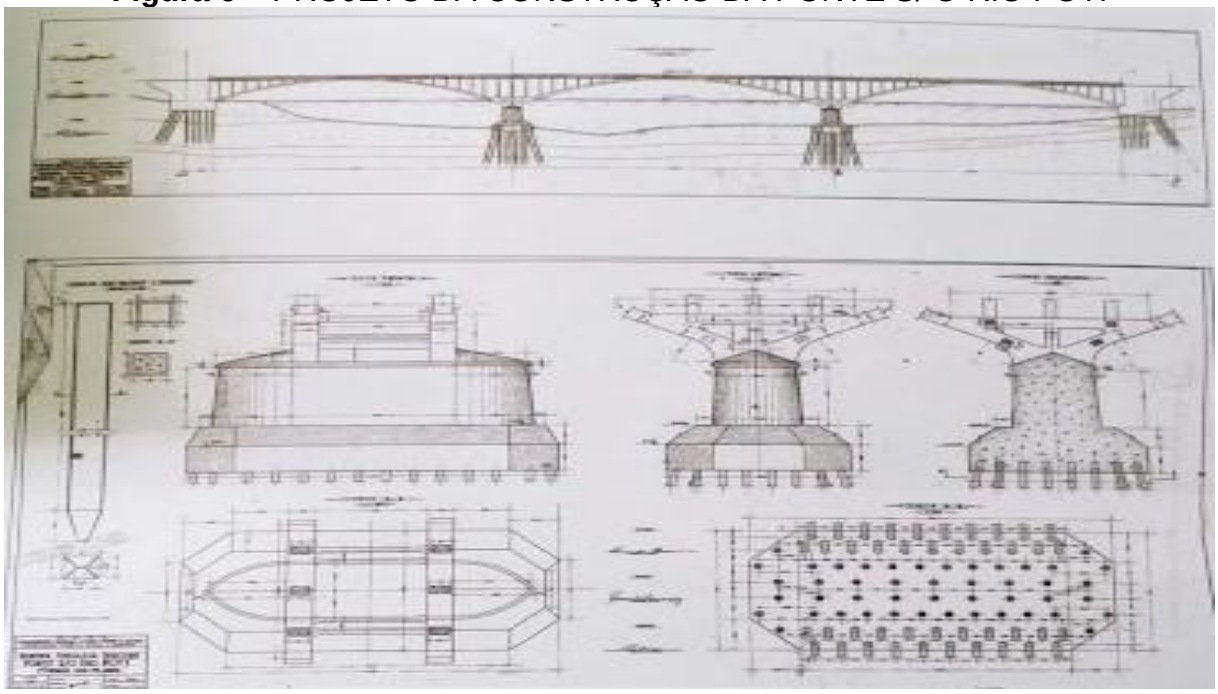
A OPINIÃO CONSERVADORA, MUNICÍPIO DE PIRACURUCA. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=844098&pasta=ano%20187&pesq=seca. Acessado em: 18/05/2019.

O PIAUHY (PI), SECA E FOME. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217204&pasta=ano%20187&pesq=seca. Acesso em: 18/05/2019.

DIÁRIO CARIOCA, 1933. Disponível em: per093092_1933_01573.pdf (bn.br). Acesso em: 1 fev. 2024.

ANEXO A – IMAGENS

Figura 6 – PROJETO DA CONSTRUÇÃO DA PONTE S/ O RIO POTI



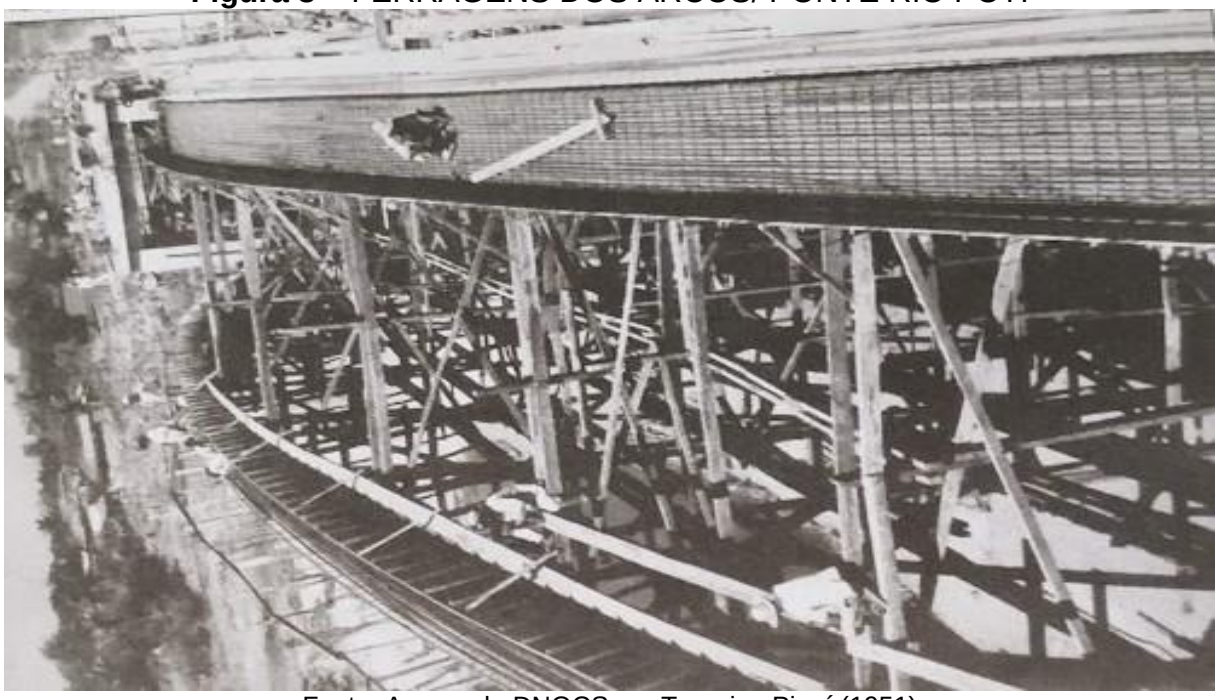
Fonte: Acervo do DNOCS em Teresina Piauí (1949)

Figura 7 – ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DA PONTE S/ O RIO POTI



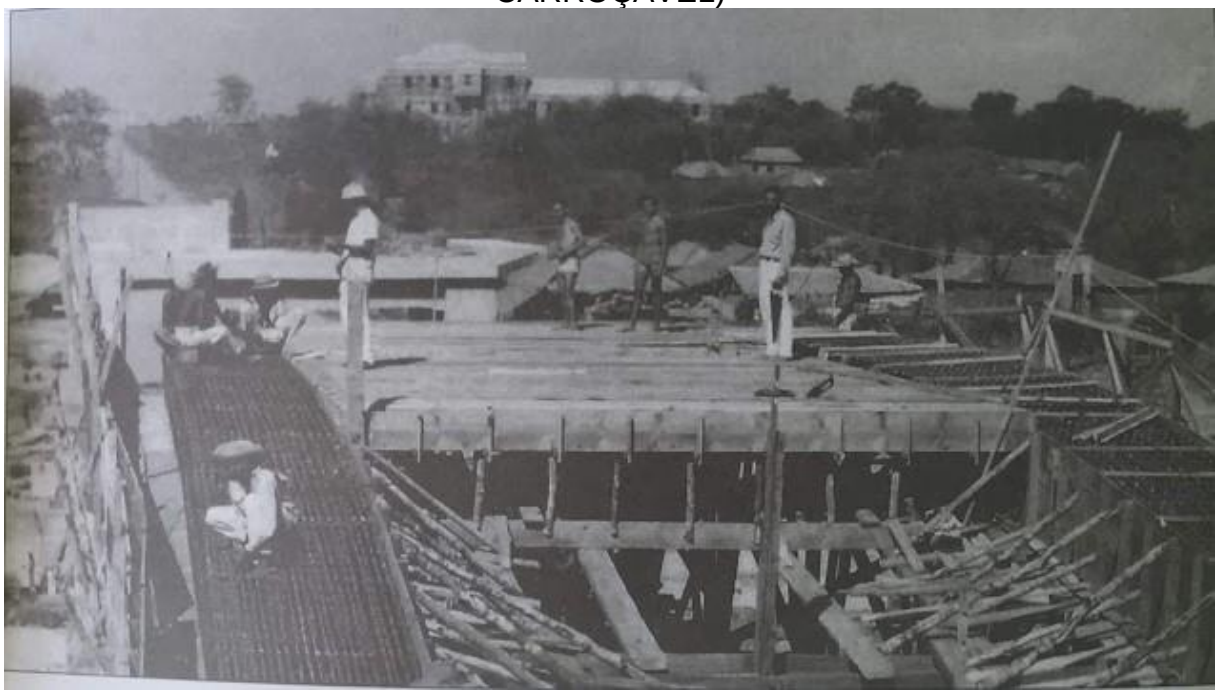
Fonte: Acervo do DNOCS em Teresina Piauí (1951)

Figura 8 – FERRAGENS DOS ARCOS/ PONTE RIO POTI



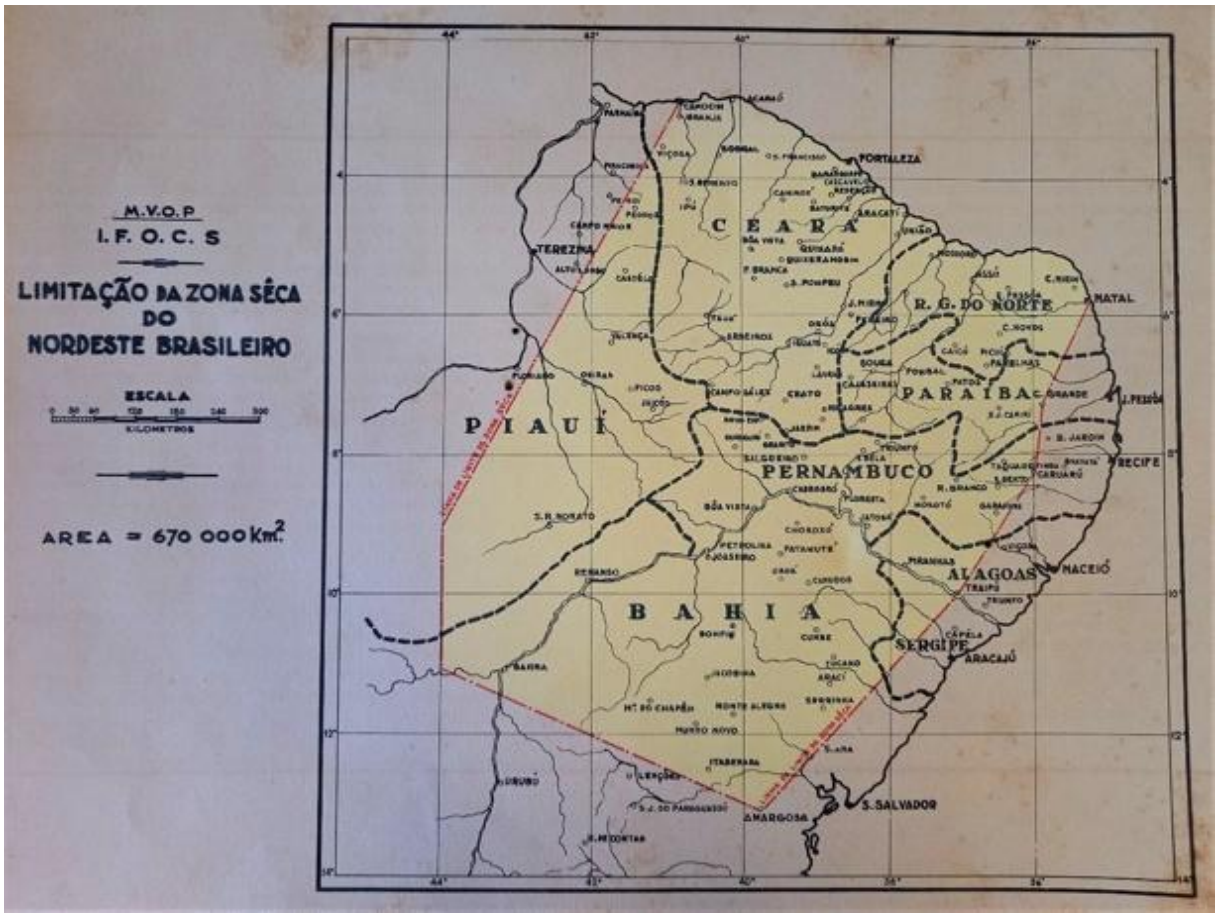
Fonte: Acervo do DNOCS em Teresina Piauí (1951)

Figura 9 – VISTA PANORÂMICA, VENDO-SE AO FUNDO, O ANTIGO SEMIÁRIDO DE TERESINA E A FUTURA AV. FREI SERAFIM (AINDA UMA ESTRADA CARROÇÁVEL)



Fonte: Acervo do DNOCS em Teresina Piauí (1951)

Figura 10 – Limitação da zona seca do Nordeste brasileiro



Fonte: Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, Seção Técnica. Seções – Tipos de barragens constantes do plano de açudagem em realização, 1935. Biblioteca do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Fortaleza – CE.

ANEXO B – DICIONÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS DA ENGENHARIA CIVIL

Abertura de valas: Ato de fazer valas.

Aclive: Quando o terreno se apresenta em subida em relação à rua; ladeira, vista de baixo para cima.

Açude: Reservatório do abastecimento de água. Muitas cidades dependem de um mesmo reservatório de água e devem, portanto, decidir conjuntamente sobre sua utilização.

Afastamento (ou Recuo): Refere-se às distâncias entre as faces da construção e os limites do lote ou terreno.

Agrimensura: É a medição de superfície dos terrenos na qual o arquiteto se baseia para executar seu trabalho.

Alto-relevo: Saliência criada e definida numa superfície plana.

Alvenaria: Conjunto de pedras, de tijolos ou de blocos - agregado ou unido com argamassa ou não - que forma paredes, muros e alicerces. Quando esse conjunto sustenta a casa, ele chama -se alvenaria estrutural. O próprio trabalho do pedreiro.

Arrasamento: Cota de arrasamentos é chamado assim o nível adotado para corte da cabeça de estacas, fundações.

Aterro: colocação de terra ou entulho para nivelar uma superfície irregular.

Bacia Hidrográfica: É o nível de atuação mais complexo que abrange toda a área de uma bacia hidrográfica, a qual deve ser entendida como uma unidade de planejamento e gestão, com todos os seus conflitos e potencialidades, onde a partir da consolidação do processo de organização dos dois níveis anteriores (açude e vale perenizado) serão constituídos os Comitês de Bacia visando a concretização do processo de gestão participativa dos recursos hídricos.

Barracão: Abrigo ou telheiro, ou casa provisória, geralmente de madeira, para guardar utensílios ou depositar materiais de construção, num canteiro de obras; barraca. Muitos Operários Ficavam alojados nesse barracão.

Cava: Pequeno espaço situado entre o solo e o primeiro plano de uma construção

Canteiro de obra: Local da construção onde se armazenam os materiais (cimento, ferro, madeira, etc.) e se realizam os serviços auxiliares durante a obra (preparação da argamassa, dobragem de ferro, etc.)

Carpinteiro: Profissional que trabalha o madeiramento de uma obra, como formas e escoramentos.

Croquis: Primeiro esboço de um projeto arquitetônico.

Declive: ladeira. Quando o terreno se apresenta em subida em relação à rua.

Desaterro: local de onde se retirou um volume de terra; desterro.

Escavação: ato de retirar, escavar um volume de terra, areia ou barro de um local.

Ferreiro: armador Profissional responsável pelo corte e pela armação dos ferros de uma construção.

Fundação (ou Alicerce): Obra responsável pela sustentação da construção.

Impermeabilização: Conjunto de providências que impede a infiltração de água na estrutura construída.

Infiltração: Ação de líquidos no interior das estruturas construídas.

Jusante: Dado um ponto num curso d´água, a região para onde a água está indo. No caso de açudes, a região do rio perenizado com água liberada pela válvula dispersora.

Levantamento topográfico: Análise e descrição topográfica de um terreno.

Marceneiro: Profissional que realiza o trabalho refinado da madeira na obra ou na confecção de móveis.

Memória descritiva: Descrição de todas as características de um projeto arquitetônico, especificando os materiais que serão necessários à obra, da fundação ao acabamento. Mestre-de-obras profissional que dirige os operários numa obra e que possui muita experiência prática sobre todos os tipos de serviços, mais do que o encarregado.

Montante: Dado um ponto num curso d´água, a região de onde a água está vindo. No caso de açudes, a região no entorno do reservatório, localizada acima do nível da água.

Parede: Barramento artificial que represa a água, construído com areia, pedra e/ou concreto.

Pedreiro: Profissional encarregado de preparar a alvenaria.

Projeto: Plano geral de uma construção, reunindo plantas, cortes, elevações, pormenorização de instalações hidráulicas e elétricas, previsão de paisagismo e acabamentos.

Talude: Rampa. Inclinação de um terreno em consequência de uma escavação. Volume inclinado de terra que atua como muro de arrimo, impedindo o desmoronamento do solo.

Topógrafo: Profissional que estuda os níveis e as características do terreno sendo muito importante a contratação deste para ajudar o arquiteto e o engenheiro no seu trabalho, evitando surpresas durante a obra, como locação de obstáculos e árvores existentes.

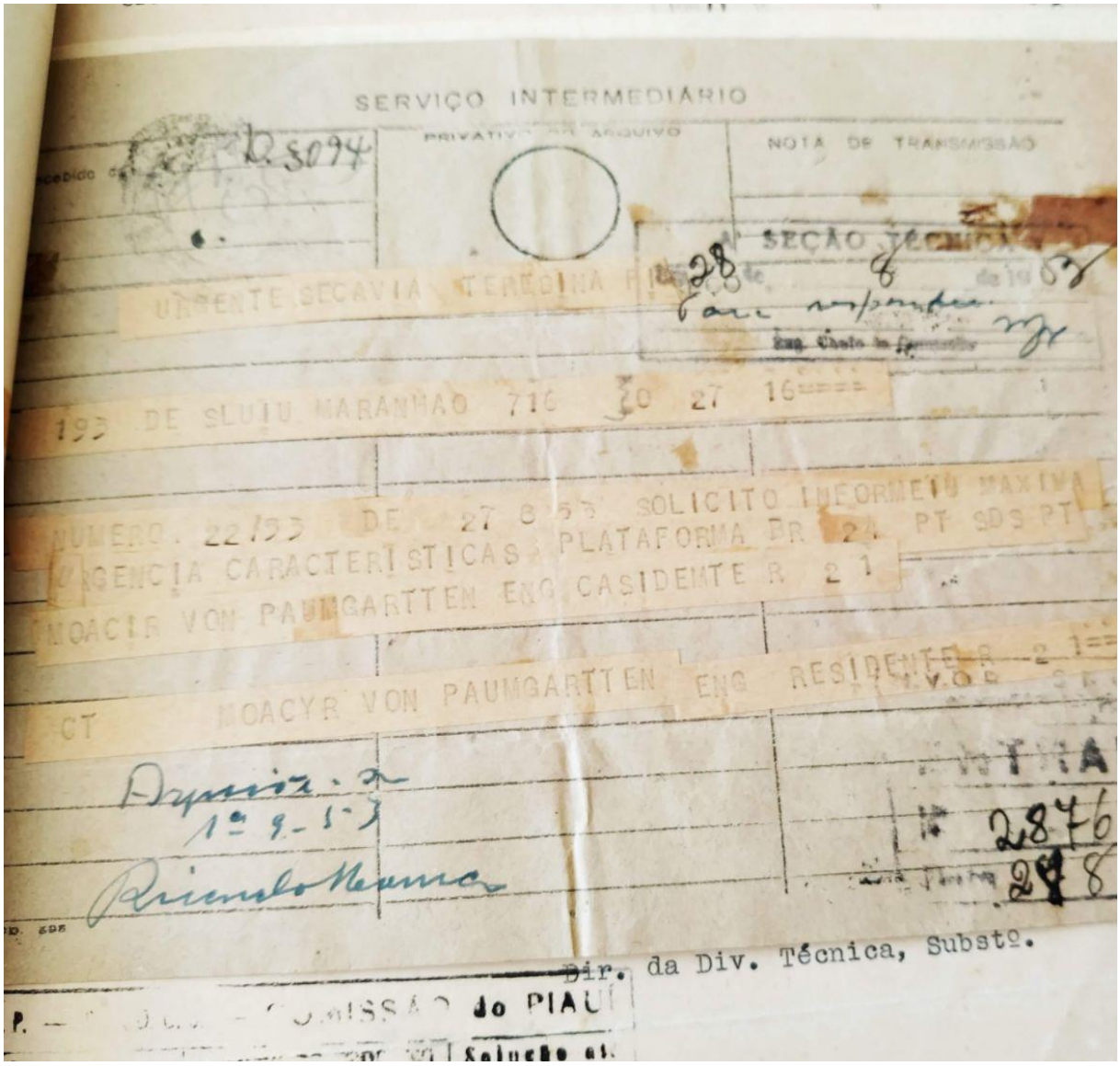
Válvula dispersora: Cano pelo qual é liberada água para o rio perenizado pelo açude.

Vala: Escavação estreita e longa feita no solo para escoar águas residuais ou pluviais e também para a execução de baldrames e de instalações hidráulicas ou eléctricas.

Volumetria: conjunto de dimensões que determinam o volume de uma construção, dos agregados, da terra retirada ou colocada no terreno, etc.

Fonte: Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh). Disponivel em: http://portal.cogerh.com.br. Acesso em: 05 nov. 2022.

ANEXO C – FONTES DOCUMENTAIS



34

Of. 125 mpm

Em 18 de Março de 1943

EXMº SR. MINISTRO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:

Assunto: Submete á aprovação projeto e orçamento do trecho inicial de 25,2 km da rodovia Teresina-Picos, no Piauí.-

Tenho a honra de submeter á aprovação de V. Excia. o projeto e orçamento, este na importância total de Cr$ 1 127 000,00, sendo Pessoal Cr$ 717 000,00 e Material Cr$ 410 000,00, referente ao trecho inicial de 25,2 km da rodovia Teresina-Picos, no Estado do Piauí.

Com a conclusão o ano passado da rodovia Fortaleza-Teresina, ficaram ainda por construir no Piauí, de acordo com o nosso plano rodoviario, as duas rodovias, "Teresina-Picos" e "Central do Piauí", estabelecendo esta a ligação de Floriano a Icó, no Ceará, passando por Oeiras, Picos, Campos Sales e S. Mateus.

Já estando em andamento, no Ceará, desde o ano passado, a construção desta segunda rodovia, nos trechos compreendidos entre Iguatú e Campos Sales, resolveu esta Inspetoria atacar este ano, no Piauí, em primeiro lugar, a construção da Teresina a Picos, que na realidade é o prosseguimento da Fortaleza-Teresina e sua ligação com a Central acima referida, em Picos.

Aprovado que seja por V. Excia. o projeto em aprêço, será a construção do trecho a que o mesmo se refere, realisada no corrente ano, correndo as despesas por conta da verba 5, do orçamento vigente desta Inspetoria.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.-

NUMERO DO PROCESSO

Distribuição	Serviço	Informado em
18/3/43		

(ABELARDO ANDRÉA DOS SANTOS)
ENCARREGADO DO EXPEDIENTE

Anexos: 16 folhas em papel vegetal do desenho da planta
13 " " " " " " do perfil
1 orçamento em 2 vias.

BLB/ASS

- RESUMO DOS TRABALHOS REALISADOS -

O B R A S

1 -Rodovia "Barão de Grajaú - Carolina "

(Trecho " Barão de Grajaú " Pastos Bons)

Locação de Variante

Picada:		
Abertura de picada a foice e machado.....	31,000	km
Alinhamento com o Th -78	31,000	km
Nivelamento:		
Nivelamento com Ni -277	31,000	km
Contra Nivelamento:		
Contra nivelamento com o Ni -277	31,000	km

Transportes Gerais

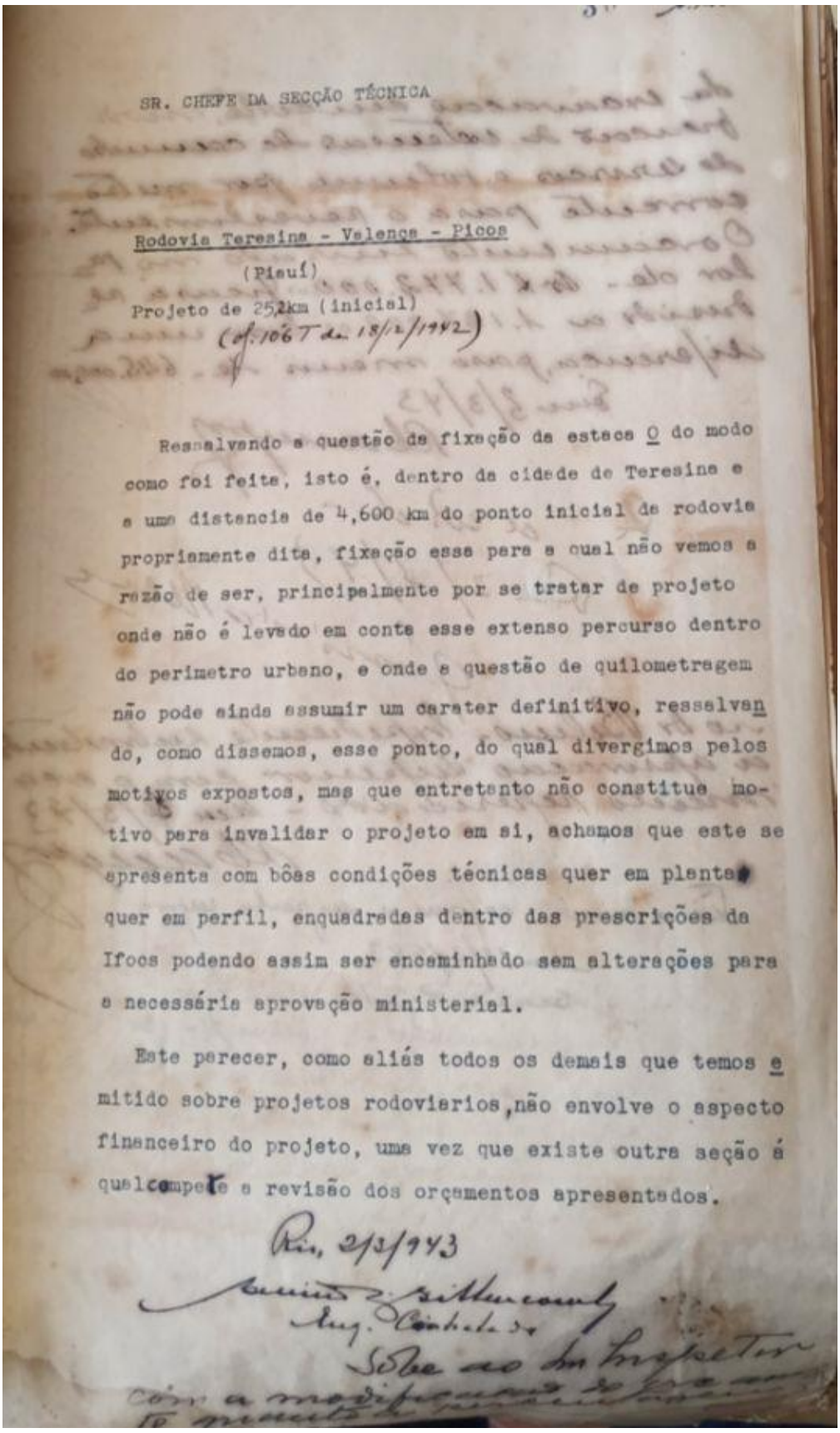
Caminhão:		
Transporte de materiais diversos em caminhão oficial (20.072 km)	60.216,000	tkm
Transporte de materiais em caminhão particular	26.998,000	km
Transporte de pessoal administrativo no Jeep particular.....	23.144,000	km

Tratores

Escavação e transporte de pedras jacaré, piçarra, barro e terra ordinaria.....	5.541	hs

Oficina

Operação:	
Reparo e encosto de máquinas	14 u
Soldagem de peças com a Ms- 34	30 h
Confecção de bancos para Escola	6 u
Consêrto de formas para manilhas	3
Confecção de parafusos c/porcas de 1/2"	310
Consêrto de carroceria	3
Confecção de mesa para Escola	1
Consêrto de caçamba de 3,000m3 para transporte de piçarra	7
Confecção de formas para boeiro	36,00



SR. CHEFE DA SECÇÃO TÉCNICA

Rodovia Teresina - Valença - Picos

(Piauí)

Projeto de 25,2km (inicial)

(of. 106 T de 18/12/1942)

Ressalvando a questão da fixação da estaca 0 do modo como foi feita, isto é, dentro da cidade de Teresina e a uma distancia de 4,600 km do ponto inicial da rodovia propriamente dita, fixação essa para a qual não vemos a razão de ser, principalmente por se tratar de projeto onde não é levado em conta esse extenso percurso dentro do perimetro urbano, e onde a questão de quilometragem não pode ainda assumir um carater definitivo, ressalvando, como dissemos, esse ponto, do qual divergimos pelos motivos expostos, mas que entretanto não constitue motivo para invalidar o projeto em si, achamos que este se apresenta com bôas condições técnicas quer em planta quer em perfil, enquadradas dentro das prescrições da Ifocs podendo assim ser encaminhado sem alterações para a necessária aprovação ministerial.

Este parecer, como aliás todos os demais que temos emitido sobre projetos rodoviarios, não envolve o aspecto financeiro do projeto, uma vez que existe outra seção á qual compete a revisão dos orçamentos apresentados.

Rio, 2/3/943

Eng. Chefe da 2ª

Sobe ao Sr. Inspetor

com a modificação

32

COPIA

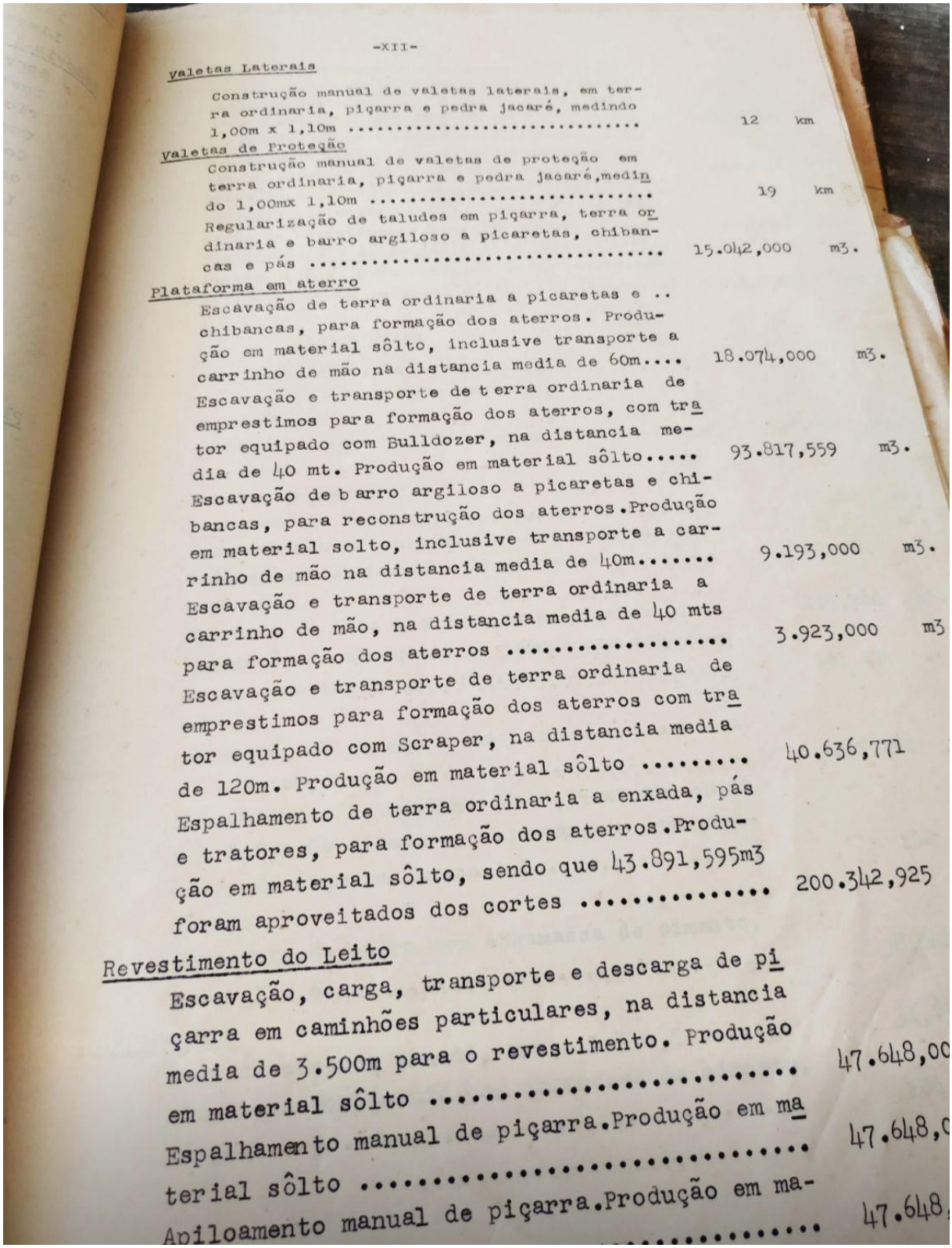
TELEGRAMA

EXMO MINISTRO GENERAL MENDONÇA LIMA MINISTERIO
VIAÇÃO OBRAS PUBLICAS RIO DF -

G 25 TEREZINA PY 1187 111 26 1950

- 486 PERMITA ME V EXCIA EXPOR SEGUINTE B I Pt -
DIARIAMENTE AFLUEM CIDADE PICOS ESTE ESTADO VG INUMEROS FLAGELADOS
SECA PROCEDENTES CEARÁ VG CREANDO DIFICIL SITUAÇÃO E PANICO
POPULAÇÃO MUNICIPIO VG DEVIDO PRINCIPALMENTE ESCASSES GENEROS
ALIMENTICIOS E CRESCENTE AUMENTO PESSOAS SEM TRABALHO PT COMO
MEIO MAIS VIAVEL MINORAR TAL SITUAÇÃO VG PEÇO VENIA LEMBRAR V
EXCIA SE DIGNE AUTORIZAR INSPETORIA OBRAS CONTRA SÊCAS ATACAR
SERVIÇOS RODOVIA TEREZINA PICOS VG PARTINDO AO MESMO TEMPO DOS
EXTREMOS B I Pt ESTA CAPITAL E PICOS VG FIM DAR TRABALHO TODOS
AQUELES INIGRANTES PT ANTECIPO AGRADECIMENTOS ATENÇÃO V EXCIA
DISPENSAR ASSUNTO PT SDS ATENCIOSAS LEONIDAS MELO INTERVENTOR
FEDERAL.

Copiado e conferido por. Antonio Filgueiras de Moura.



-XII-

Valetas Laterais

Construção manual de valetas laterais, em terra ordinaria, piçarra e pedra jacaré, medindo 1,00m x 1,10m ..... 12 km

Valetas de Proteção

Construção manual de valetas de proteção em terra ordinaria, piçarra e pedra jacaré, medindo 1,00mx 1,10m ..... 19 km

Regularização de taludes em piçarra, terra ordinaria e barro argiloso a picaretas, chibancas e pás ..... 15.042,000 m3.

Plataforma em aterro

Escavação de terra ordinaria a picaretas e .. chibancas, para formação dos aterros. Produção em material sôlto, inclusive transporte a carrinho de mão na distancia media de 60m.... 18.074,000 m3.

Escavação e transporte de terra ordinaria de emprestimos para formação dos aterros, com trator equipado com Bulldozer, na distancia media de 40 mt. Produção em material sôlto..... 93.817,559 m3.

Escavação de barro argiloso a picaretas e chibancas, para reconstrução dos aterros.Produção em material solto, inclusive transporte a carrinho de mão na distancia media de 40m..... 9.193,000 m3.

Escavação e transporte de terra ordinaria a carrinho de mão, na distancia media de 40 mts para formação dos aterros 3.923,000 m3

Escavação e transporte de terra ordinaria de emprestimos para formação dos aterros com trator equipado com Scraper, na distancia media de 120m. Produção em material sôlto 40.636,771

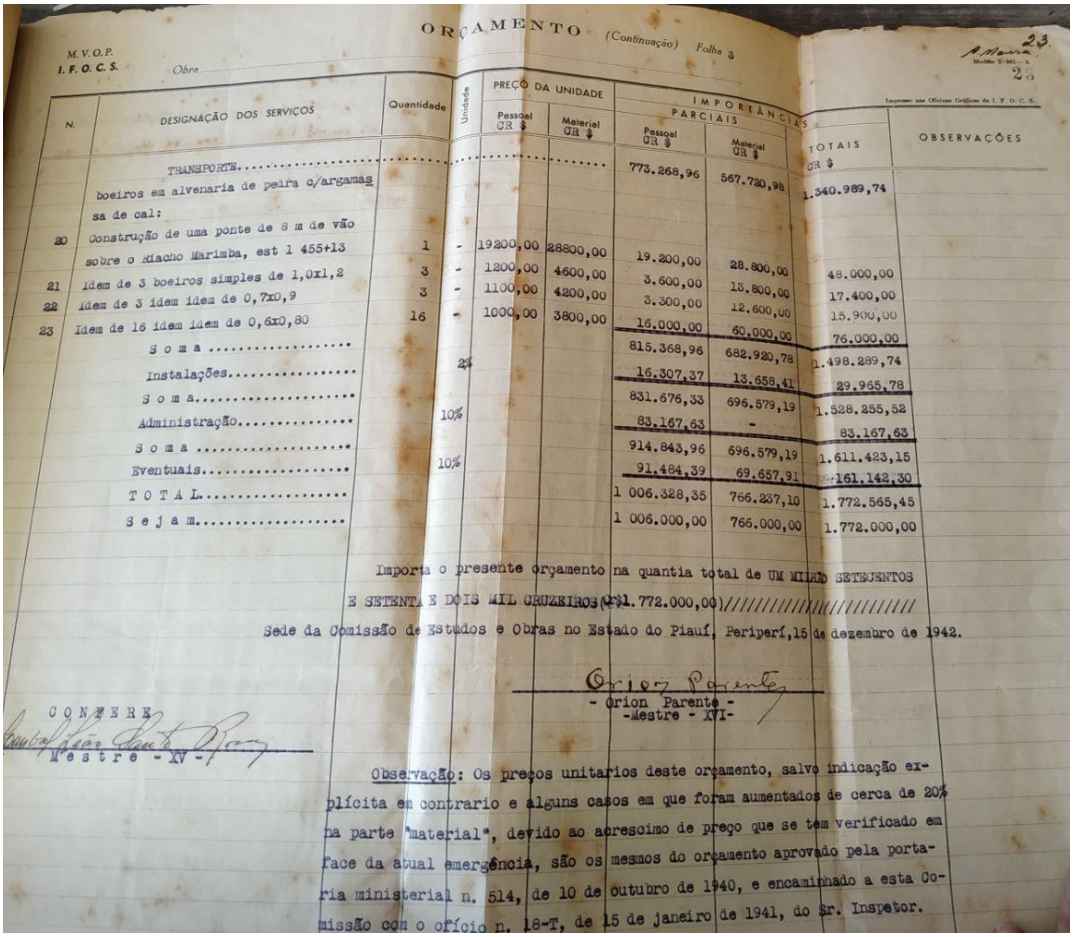
Espalhamento de terra ordinaria a enxada, pás e tratores, para formação dos aterros.Produção em material sôlto, sendo que 43.891,595m3 foram aproveitados dos cortes 200.342,925

Revestimento do Leito

Escavação, carga, transporte e descarga de piçarra em caminhões particulares, na distancia media de 3.500m para o revestimento. Produção em material sôlto 47.648,00

Espalhamento manual de piçarra.Produção em material sôlto 47.648,0

Apiloamento manual de piçarra.Produção em ma- 47.648,



M.V.O.P.
I.F.O.C.S. Obra

ORÇAMENTO (Continuação) Folha 3

N.	DESIGNAÇÃO DOS SERVIÇOS	Quantidade	Unidade	PREÇO DA UNIDADE Pessoal Cr$	PREÇO DA UNIDADE Material Cr$	IMPORTÂNCIAS PARCIAIS Pessoal Cr$	IMPORTÂNCIAS PARCIAIS Material Cr$	TOTAIS Cr$	OBSERVAÇÕES
	TRANSPORTE.....					773.268,96	567.720,98	1.340.989,74	
	boeiros em alvenaria de pedra c/argamassa de cal:								
20	Construção de uma ponte de 8 m de vão sobre o riacho Marimba, est 1 455+13	1	-	19200,00	28800,00	19.200,00	28.800,00	48.000,00	
21	Idem de 3 boeiros simples de 1,0x1,2	3	-	1200,00	4600,00	3.600,00	13.800,00	17.400,00	
22	Idem de 3 idem idem de 0,7x0,9	3	-	1100,00	4200,00	3.300,00	12.600,00	15.900,00	
23	Idem de 16 idem idem de 0,6x0,80	16	-	1000,00	3800,00	16.000,00	60.000,00	76.000,00	
	S o m a					815.368,96	682.920,78	1.498.289,74	
	Instalações.....		2%			16.307,37	13.658,41	29.965,78	
	S o m a.....					831.676,33	696.579,19	1.528.255,52	
	Administração.....		10%			83.167,63	-	83.167,63	
	S o m a					914.843,96	696.579,19	1.611.423,15	
	Eventuais.....		10%			91.484,39	69.657,91	161.142,30	
	T O T A L.....					1 006.328,35	766.237,10	1.772.565,45	
	S e j a m.....					1 006.000,00	766.000,00	1.772.000,00	

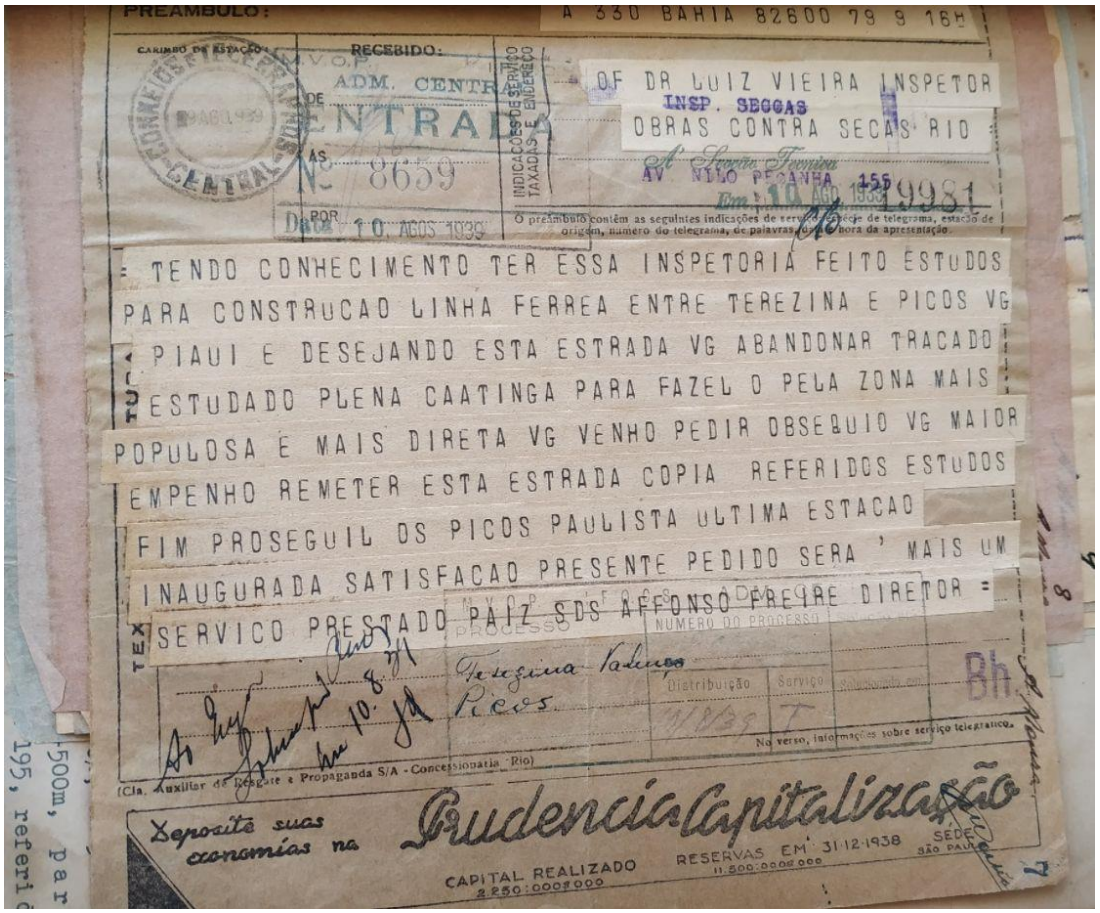
Importa o presente orçamento na quantia total de UM MILHÃO SETECENTOS E SETENTA E DOIS MIL CRUZEIROS (Cr$1.772.000,00)//////////////////////

Sede da Comissão de Estudos e Obras no Estado do Piauí, Periperí, 15 de dezembro de 1942.

Orion Parente
- Orion Parente -
-Mestre - XVI-

CONFERE
Mestre - XV -

Observação: Os preços unitarios deste orçamento, salvo indicação explícita em contrario e alguns casos em que foram aumentados de cerca de 20% na parte "material", devido ao acrescimo de preço que se tem verificado em face da atual emergência, são os mesmos do orçamento aprovado pela portaria ministerial n. 514, de 10 de outubro de 1940, e encaminhado a esta Comissão com o ofício n. 18-T, de 15 de janeiro de 1941, do Sr. Inspetor.



PREAMBULO: A 330 BAHIA 82800 79 9 16H

CARIMBO DA ESTAÇÃO: RECEBIDO: ADM. CENTRAL

DE ENTRADA

AS N. 8659

POR

DATA 10 AGOS 1939

INDICAÇÕES DO SERVIÇO TAXADAS E GRATIS

OF DR LUIZ VIEIRA INSPETOR
INSP. SECCAS
OBRAS CONTRA SECAS RIO
AV NILO PEÇANHA 155
Em 10 AGO 1939 19981

O preâmbulo contém as seguintes indicações de serviço: prioridade de telegrama, estação de origem, número do telegrama, nº de palavras, data e hora da apresentação.

TUC = TENDO CONHECIMENTO TER ESSA INSPETORIA FEITO ESTUDOS PARA CONSTRUCAO LINHA FERREA ENTRE TEREZINA E PICOS VG PIAUI E DESEJANDO ESTA ESTRADA VG ABANDONAR TRACADO ESTUDADO PLENA CAATINGA PARA FAZEL O PELA ZONA MAIS POPULOSA E MAIS DIRETA VG VENHO PEDIR OBSEQUIO VG MAIOR EMPENHO REMETER ESTA ESTRADA COPIA REFERIDOS ESTUDOS FIM PROSEGUIL OS PICOS PAULISTA ULTIMA ESTACAO INAUGURADA SATISFACAO PRESENTE PEDIDO SERA ' MAIS UM SERVICO PRESTADO PAIZ SDS AFFONSO FREIRE DIRETOR =

TEX

PROCESSO NUMERO DO PROCESSO

Distribuição Serviço

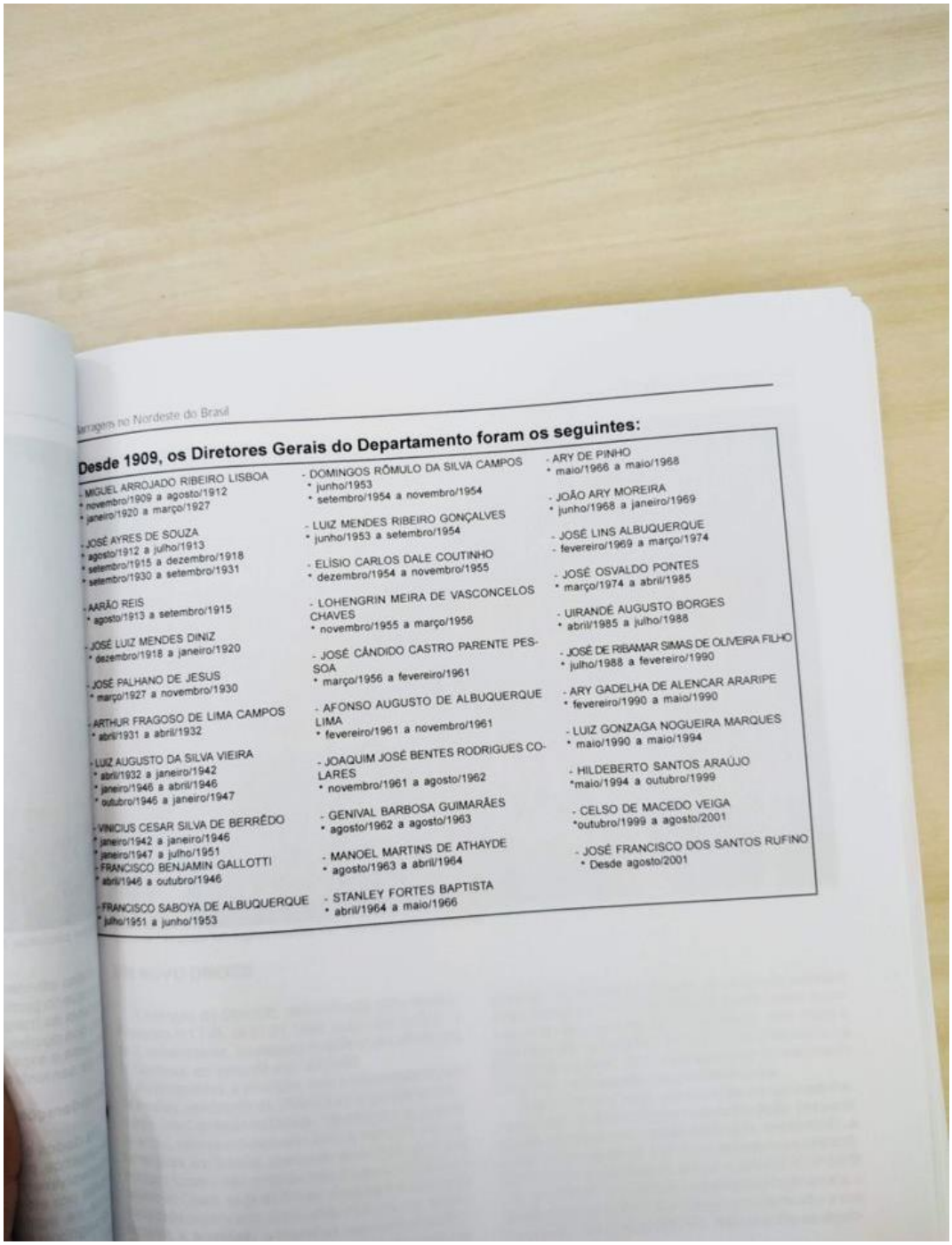
Teresina Valuno
Picos
10.8.39

No verso, informações sobre serviço telegráfico.

(Cia. Auxiliar de Propaganda e Propaganda S/A - Concessionaria - Rio)

Deposite suas economias na Prudencia Capitalização SEDE SÃO PAULO

CAPITAL REALIZADO 2.250:000$000 RESERVAS EM 31-12-1938 11.500:000$000



Desde 1909, os Diretores Gerais do Departamento foram os seguintes:

- MIGUEL ARROJADO RIBEIRO LISBOA
  - novembro/1909 a agosto/1912
  - janeiro/1920 a março/1927
- JOSÉ AYRES DE SOUZA
  - agosto/1912 a julho/1913
  - setembro/1915 a dezembro/1918
  - setembro/1930 a setembro/1931
- AARÃO REIS
  - agosto/1913 a setembro/1915
- JOSÉ LUIZ MENDES DINIZ
  - dezembro/1918 a janeiro/1920
- JOSÉ PALHANO DE JESUS
  - março/1927 a novembro/1930
- ARTHUR FRAGOSO DE LIMA CAMPOS
  - abril/1931 a abril/1932
- LUIZ AUGUSTO DA SILVA VIEIRA
  - abril/1932 a janeiro/1942
  - janeiro/1946 a abril/1946
  - outubro/1946 a janeiro/1947
- VINICIUS CESAR SILVA DE BERRÊDO
  - janeiro/1942 a janeiro/1946
  - janeiro/1947 a julho/1951
- FRANCISCO BENJAMIN GALLOTTI
  - abril/1946 a outubro/1946
- FRANCISCO SABOYA DE ALBUQUERQUE
  - julho/1951 a junho/1953
- DOMINGOS RÔMULO DA SILVA CAMPOS
  - junho/1953
  - setembro/1954 a novembro/1954
- LUIZ MENDES RIBEIRO GONÇALVES
  - junho/1953 a setembro/1954
- ELÍSIO CARLOS DALE COUTINHO
  - dezembro/1954 a novembro/1955
- LOHENGRIN MEIRA DE VASCONCELOS CHAVES
  - novembro/1955 a março/1956
- JOSÉ CÂNDIDO CASTRO PARENTE PESSOA
  - março/1956 a fevereiro/1961
- AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE LIMA
  - fevereiro/1961 a novembro/1961
- JOAQUIM JOSÉ BENTES RODRIGUES COLARES
  - novembro/1961 a agosto/1962
- GENIVAL BARBOSA GUIMARÃES
  - agosto/1962 a agosto/1963
- MANOEL MARTINS DE ATHAYDE
  - agosto/1963 a abril/1964
- STANLEY FORTES BAPTISTA
  - abril/1964 a maio/1966
- ARY DE PINHO
  - maio/1966 a maio/1968
- JOÃO ARY MOREIRA
  - junho/1968 a janeiro/1969
- JOSÉ LINS ALBUQUERQUE
  - fevereiro/1969 a março/1974
- JOSÉ OSVALDO PONTES
  - março/1974 a abril/1985
- UIRANDÉ AUGUSTO BORGES
  - abril/1985 a julho/1988
- JOSÉ DE RIBAMAR SIMAS DE OLIVEIRA FILHO
  - julho/1988 a fevereiro/1990
- ARY GADELHA DE ALENCAR ARARIPE
  - fevereiro/1990 a maio/1990
- LUIZ GONZAGA NOGUEIRA MARQUES
  - maio/1990 a maio/1994
- HILDEBERTO SANTOS ARAÚJO
  - maio/1994 a outubro/1999
- CELSO DE MACEDO VEIGA
  - outubro/1999 a agosto/2001
- JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS RUFINO
  - Desde agosto/2001



ADM CENTRAL
ENTRADA
Nº 8659
DATA 10 AGOS 1939
DF DR LUIZ VIEIRA INSPETOR
OBRAS CONTRA SECAS RIO
Em 10 AGO 1939

TEX TENDO CONHECIMENTO TER ESSA INSPETORIA FEITO ESTUDOS
PARA CONSTRUCAO LINHA FERREA ENTRE TEREZINA E PICOS VG
PIAUI E DESEJANDO ESTA ESTRADA VG ABANDONAR TRACADO
ESTUDADO PLENA CAATINGA PARA FAZEL O PELA ZONA MAIS
POPULOSA E MAIS DIRETA VG VENHO PEDIR OBSEQUIO VG MAIOR
EMPENHO REMETER ESTA ESTRADA COPIA REFERIDOS ESTUDOS
FIM PROSEGUIL OS PICOS PAULISTA ULTIMA ESTACAO
INAUGURADA SATISFACAO PRESENTE PEDIDO SERA MAIS UM
SERVICO PRESTADO PAIZ SDS AFFONSO FREIRE DIRETOR =

PROCESSO
NUMERO DO PROCESSO
Distribuição | Serviço
10/8/39 7
Teresina Valenço
Picos.
No verso, informações sobre serviço telegráfico

(Cia. Auxiliar de Reclame e Propaganda S/A - Concessionaria - Rio)

Deposite suas economias na Prudencia Capitalização
CAPITAL REALIZADO 2.250:000$000
RESERVAS EM 31-12-1938 11.500:000$000
SÉDE SÃO PA